

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2021, Furnas novamente obteve expressivos resultados econômico-financeiros, o que demonstra a correção das medidas tomadas nos últimos anos para aumentar a solidez e garantir a sustentabilidade da Companhia. Merecem destaque: (i) o robusto lucro líquido de cerca de R\$ 4 bilhões, com margem líquida de 31%; (ii) o EBITDA (critério CVM) de R\$ 6,8 bilhões, com margem de 53%; (iii) a continuidade da redução do endividamento líquido, que foi de cerca de 30% com relação a 2020.

Demonstração do Resultado Resumida (em milhões de reais)

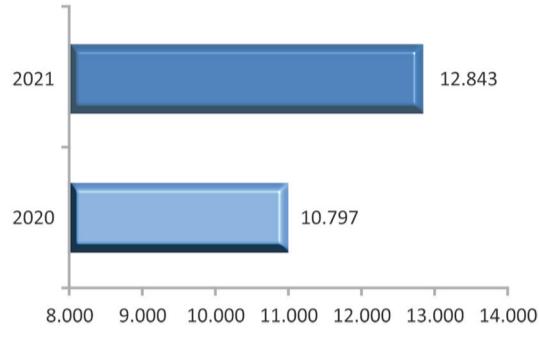
	2021	2020	Variação Percentual (%)
Receita Operacional Líquida	12.843	10.797	19
Custos e Despesas Operacionais	(6.110)	(6.224)	-2
Ebitda	6.755	4.599	47
Resultado Financeiro	(487)	(413)	18
Lucro Líquido	4.033	2.568	57

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida em 2021 atingiu R\$ 12.843 milhões, o que representou um aumento de 19% em relação a 2020 (R\$ 10.797 milhões). Tal variação é justificada, principalmente, em virtude de:

- No segmento de Transmissão, devido ao impacto da variação do indexador acumulado IPCA no período, tanto sobre a RAP – Receita Anual Permitida como sobre o Ativo de Contrato; e
- No segmento de Geração, devido ao aumento na receita do ACL suprimento, do impacto da variação do indexador acumulado IPCA e do aumento da receita variável de Santa Cruz.

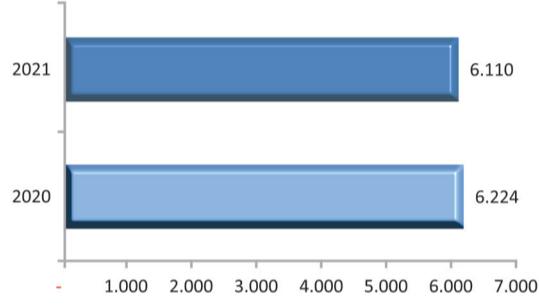
Receita Operacional Líquida (R\$ Milhões)



Custos e Despesas Operacionais

Mesmo com o acréscimo de 124% na compra de combustível para produção de energia (cerca de R\$ 519 milhões) e com a alta variação do IPCA no período, houve uma redução de 2% nos custos e despesas operacionais, devido principalmente ao impacto da repactuação do risco hidrológico (conforme nota explicativa 7.1 das Demonstrações Financeiras de 2021) e a diminuição de 20% nos gastos com PMSO – Pessoal, Material, Serviços e Outros (cerca de R\$ 564 milhões).

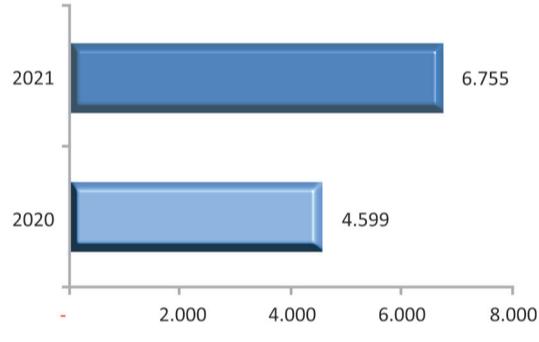
Custos e Despesas Operacionais (R\$ Milhões)



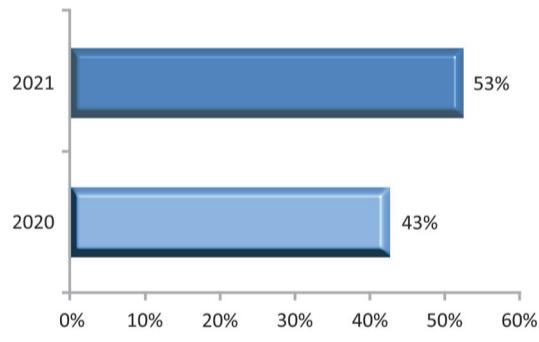
Ebitda

Como reflexo dos impactos descritos acima, houve aumento do Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de 2021, calculado no critério da CVM, que atingiu R\$ 6,8 bilhões, ante R\$ 4,6 bilhões em 2020, o que representa um aumento de 47%, com margem de 53%, ante 43% em 2020.

Ebitda (R\$ Milhões)



Margem Ebitda (%)



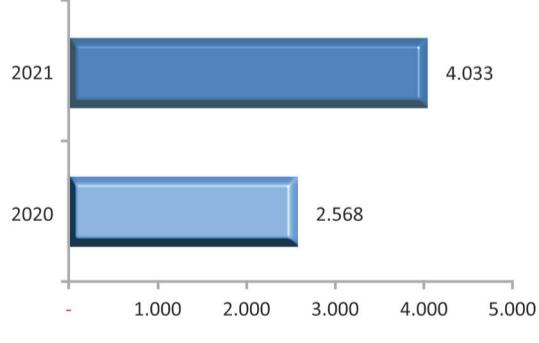
Resultado Financeiro

Verificou-se uma variação negativa de 18% em relação ao Resultado Financeiro de 2020, passando de -R\$ 413 milhões para -R\$ 487 milhões em 2021, em virtude do comportamento observado dos principais indexadores das dívidas. Em contrapartida, destaca-se a redução de R\$ 263 milhões do endividamento da Companhia no exercício.

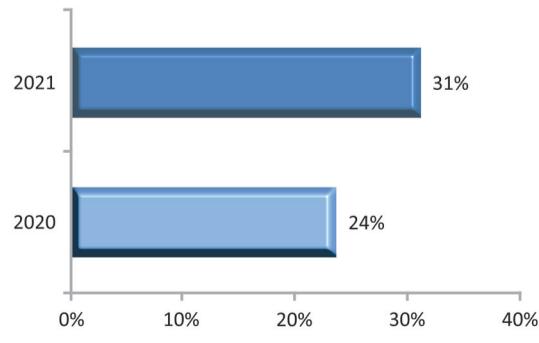
Lucro Líquido

Furnas apresentou Lucro Líquido de R\$ 4 bilhões, em função principalmente do aumento da receita de geração e transmissão e da redução dos custos e despesas operacionais (repactuação do GSF e diminuição dos desembolsos com PMSO), com margem líquida de 31%, ante 24% em 2020.

Lucro Líquido (R\$ Milhões)



Margem Líquida (%)



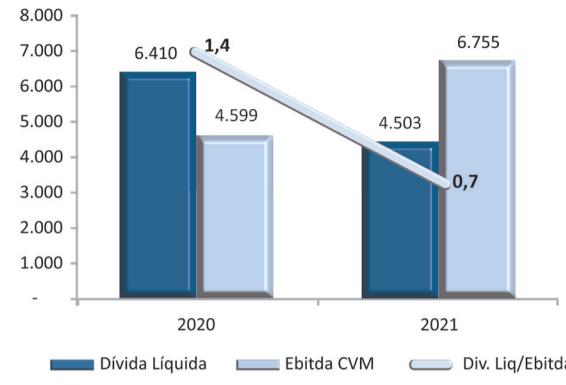
Endividamento

Da mesma forma que no exercício de 2020, a Companhia manteve a estratégia de buscar a melhoria no perfil da dívida, liquidando antecipadamente contratos mais onerosos, e ao mesmo tempo alongando os prazos de pagamento, sustentando a liquidez necessária para cumprir seus compromissos de curto prazo.

De 2020 para 2021, a Dívida Líquida foi reduzida em cerca de 30% (R\$ 1,9 bilhão).

Com os resultados apresentados pela Empresa em 2021, o indicador Dívida Líquida/Ebitda foi reduzido em relação ao ano anterior, de 1,4 para 0,7.

Dívida Líquida / Ebitda CVM



COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS (CFURH)

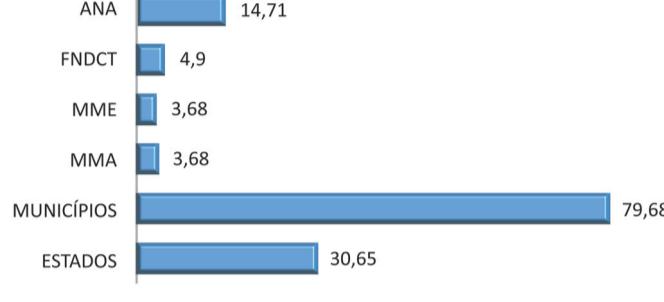
A CFURH é um encargo setorial pago pelas concessionárias de geração hidrelétrica e demais empresas autorizadas a produzir energia hidrelétrica, em virtude da utilização dos recursos hídricos.

Em 2021, o valor total pago por Furnas à Aneel, calculado de novembro de 2020 a outubro de 2021, foi de R\$ 137.299.090,47. Deste total, e conforme legislação vigente, 11% foram repassados à Agência Nacional de Águas (ANA). Os restantes 89% são distribuídos pela Aneel da seguinte forma: Estados (25%), Municípios (65%) e União (10%).

A parte que cabe à União é dividida entre os Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e de Minas e Energia (MME), e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

A divisão final do total dos recursos da CFURH teve a seguinte configuração:

CFURH – R\$ milhões



Furnas também possui participação acionária em nove usinas hidrelétricas, que desembolsaram pela utilização dos recursos hídricos em 2021 o total de R\$ 180 milhões. São elas, com os respectivos percentuais de participação: Baguari (30,612%) e Retiro Baixo (49%), em Minas Gerais; Peixe Angical (40%), no Tocantins; Foz do Chapecó (40%), entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Serra do Fáculo (54,013%), em Goiás; Santo Antônio (43,0554%), em Rondônia; Teles Pires (24,72%) e São Manoel (33,333%), entre Mato Grosso e Pará; e Três Irmãos (49,9%), em São Paulo.

DESEMPENHO DO NEGÓCIO

GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

No desempenho de suas atividades estatutárias de prestação de serviços públicos de energia elétrica, Furnas desenvolve atividades nas áreas de geração e de transmissão de energia elétrica.

GERAÇÃO

São 28 usinas em operação, cujas concessões são 100% de Furnas, ou em parceria com a iniciativa privada, ou em regime de Sociedade de Propósito Específico (SPE), ou designada temporariamente, e que contam com 18.266,57 MW de potência instalada total em operação.

A UTE Roberto Silveira (Campos), com 25 MW, encontra-se fora de operação comercial, conforme Despacho Aneel 708/2019.

A tabela a seguir apresenta, por tipo de geração, os principais grupos de empreendimentos em operação, próprios, de propriedade compartilhada e em SPE, com as respectivas potências instaladas.

Geração	2021	2020	2019
Hidráulica**			
Renovadas (Lei 12.783/2013)	4.617	4.617	4.617
Não Renovadas	2.944	2.944	2.944
Regime Compartilhamento	1.485	1.485	1.485
Em SPE	8.720	8.720	8.719
Térmica			
Não Renovada *	350	350	380
Eólica			
Em SPE	123	123	0

* Solicitada à Aneel prorrogação da concessão da UTE Santa Cruz nos termos e prazo legais.

** Furnas foi designada como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica por meio da Usina Hidrelétrica Jaguari, com 27,60 MW de potência instalada, a partir de 1º de janeiro de 2021, até a assunção do concessionário vencedor da licitação da Usina, conforme Portaria nº 409, de 13 de novembro de 2020, do Ministério de Minas e Energia (MME).

Projetos de Geração em Implantação

A Empresa implanta o ciclo combinado da UTE Santa Cruz, de 150 MW, com previsão de entrada em 2022.

Segurança de Barragem

Furnas possui um Protocolo de Segurança de Barragens, rigidamente cumprido, para acompanhamento do comportamento e avaliação das condições das barragens e estruturas civis associadas de seus empreendimentos.

Desta forma, para atender ao Protocolo estabelecido, são realizadas inspeções periódicas das usinas, pelo corpo técnico de Furnas, sendo complementadas por avaliação do comportamento das estruturas por meio de análise de registros da instrumentação naselhas instaladas. Tais ações são consubstanciadas em Relatórios de Inspeção Técnica, além de Relatórios de Estudos de Comportamento, com frequências compatíveis às características de cada empreendimento.

Os relatórios emitidos fazem parte do acervo da usina, sendo, inclusive, disponibilizados e apreciados pela Aneel, em conformidade com a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), consolidada pela Resolução Normativa nº 696.

Além disto, os empreendimentos do Sistema Furnas têm sido periodicamente inspecionados pela Aneel, que considerou adequadas as condições de segurança de todos os empreendimentos vistoriados.

Face ao exposto, pode-se afirmar que as barragens e estruturas civis associadas aos empreendimentos do Sistema Furnas evidenciam, até o momento, condições de operação com segurança, atendendo aos critérios previstos pelos respectivos projetos, e sem anormalidades que comprometam sua integridade e/ou funcionalidade operativa.

TRANSMISSÃO

O parque de transmissão em operação apresenta capacidade de transformação total de 147.382,97 MVA, decorrente da operação das 72 subestações próprias ou em parceria via SPEs.

Subestações	2021	2020	2019
Renovadas	47	47	46
Não Renovadas	8	8	8
Em SPEs	17	17	15

As linhas de transmissão operadas pela Empresa alcançam o total de 35.201,26 km de extensão, distribuídas ao longo de 4 regiões geográficas do País, a saber: Norte, Sul, Sudeste e Centro Oeste.

Linhas de Transmissão	2021*	2020	2019

<tbl_r cells="4" ix="3" maxc

Os reservatórios das UHEs Furnas, Itumbiara, Funil, Serra da Mesa e do APM Manso são de regularização anual e operam armazenando água durante o período chuvoso (novembro a abril) para utilização no período de estiagem (maio a outubro). Esse procedimento permite que as usinas produzam a quantidade necessária de energia elétrica durante todo o ano, além de fornecerem água para que outras usinas a jusante também possam operar.

As usinas são componentes do SIN e sua operação é planejada e programada em conjunto com o ONS. No caso das hidrelétricas, o nível do reservatório e a energia despachada são definidos pelo ONS, que opera o conjunto de reservatórios brasileiros de forma integrada com o objetivo de garantir a segurança energética a menores custos.

Crise Hídrica e Ações de Mitigação no Estado de Minas Gerais

A escassez de chuva entre setembro de 2020 e março de 2021 ocasionou o pior aporte hídrico aos reservatórios brasileiros nos últimos 90 anos, levando os órgãos de controle do setor elétrico a tomar medidas como o aumento do despacho de usinas térmicas para atendimento aos consumidores.

A crise hídrica afetou não apenas a geração de energia, mas também os diversos usos dos reservatórios das hidrelétricas mantidas e operadas por Furnas. Em virtude disso, Furnas desenvolveu ações para reduzir o impacto no cotidiano das comunidades, estreitando parcerias com gestores públicos e a sociedade civil.

O Programa Assistencial aos Pequenos Piscicultores da Agricultura Familiar e Pescadores Artesanais do Reservatório da UHE Furnas cadastrou 1.106 profissionais de 30 municípios para receber três parcelas de auxílio alimentação. O programa contou com o apoio da Associação de Municípios do Lago de Furnas (Alago) e disponibilizou R\$ 830 mil para o pagamento do benefício.

Para melhorar as condições de travessia entre os municípios de Cássia e Delfinópolis, no reservatório da UHE Marechal Mascarenhas de Moraes, Furnas disponibilizou um reboque extra e reformou uma balsa de propriedade da prefeitura de Delfinópolis, que teve sua capacidade ampliada de 30 para 157 passageiros.

Ações voltadas à conscientização sobre o uso sustentável da energia e água e conservação ambiental também fizeram parte do esforço de Furnas para enfrentar a crise hídrica. Uma campanha publicitária com anúncios de rádio, TV, jornal e internet foi veiculada pela Empresa no estado de Minas Gerais.

A Empresa realiza outras iniciativas para a melhoria das condições ambientais no estado de Minas Gerais, como o projeto de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) Nascentes, que tem o objetivo de recuperar matas ciliares em cerca de 200 nascentes no entorno dos reservatórios das hidrelétricas Furnas e Mascarenhas de Moraes; e o Projeto de Capacitação de Gestores e Educadores de Escolas Agrícolas, que visa aprimorar os profissionais para transmitir uma educação calcada na sustentabilidade ambiental a estudantes de 20 municípios.

Manutenção das Instalações

A gestão de ativos realizada pela empresa aplica nas estratégias de manutenção o conceito de Manutenção Centrada em Confiabilidade (MCC), metodologia mundialmente consagrada, que estabelece a melhor estratégia de manutenção para um sistema, função de transmissão ou equipamento, gerando planos de manutenção com ações adequadas de manutenção preventiva, preditiva ou detectiva, com base nos modos de falha identificados e suas criticidades. Esta estratégia também transpassa por atender as rígidas determinações do Regulador através das Resoluções Normativas plausíveis.

Os planos de manutenção são implementados em ambiente SAP-PM e, nas periodicidades adequadas, geram ordens de manutenção que são executadas por equipes de campo altamente treinadas, organizadas em Departamentos de Produção, de forma a atender todo o parque gerador e o sistema de transmissão de Furnas.

A Empresa também demonstra para o Regulador, através do Operador Nacional do Sistema (ONS), todas as atividades de manutenção desenvolvidas nos prazos regulatórios determinados.

A efetividade das ações de manutenção de Furnas pode ser verificada através dos altíssimos índices de disponibilidade e confiabilidade das linhas de transmissão, subestações e unidades geradoras do sistema Furnas que, a despeito do longo tempo em operação de algumas instalações, estão entre os mais elevados dentre as concessionárias de transmissão e geração do Brasil. Este controle é disponibilizado em dashboards que demonstram em tempo real os principais resultados da empresa.

Os altos índices de disponibilidade dos ativos refletem o compromisso das Engenharias de Manutenção, Operação e Telecomunicações junto com as Superintendências de Produção, realizando efetivos planejamento, execução, análise e planos de ação para a obtenção do desempenho máximo de cada ativo.

Base de Dados das Instalações de Transmissão de Energia Elétrica (BDIT)

Furnas se estruturou para atender a Resolução Normativa 861/2019, publicada no DOU em 3 de dezembro de 2019, que rege a disposição dos dados técnicos e contábeis dos equipamentos de transmissão da rede básica.

O Regulador dispõe de um banco de dados, de gestão do ONS, para ser alimentado pelos agentes de transmissão em três ondas de cadastramento. O objetivo é reunir em um mesmo local todos os dados técnicos e financeiros dos equipamentos em operação no país.

Trata-se de um projeto complexo e audacioso, por conta do considerável volume de equipamentos instalados e da dificuldade de obtenção e consolidação de alguns dos dados exigidos. Neste processo, Furnas vem percorrendo instalação por instalação sob sua concessão, no intuito de suprir o requisitado na Resolução Normativa 861/2019 e nas Especificações Técnicas complementares publicadas pelo ONS no Portal SINTEGRÉ.

Neste cenário está compreendido o levantamento técnico-contábil de 185 linhas de transmissão e todos os equipamentos instalados nas mais de 70 subestações da Empresa, perfazendo mais de um milhão de atributos.

Este trabalho propiciará a Furnas uma base técnica e contábil conciliada, como requer o Projeto de Gestão de Ativos (AIS) desenvolvido pela Holding, facilitando a identificação correta dos ativos nas bases oficiais da Empresa.

Reforços e Melhorias em Instalações de Transmissão e Geração

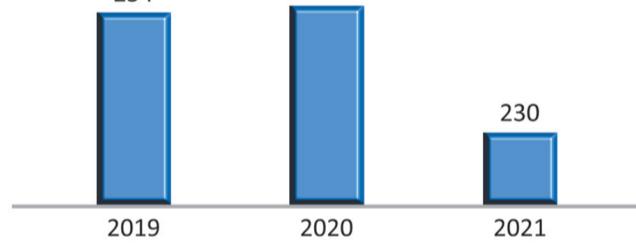
Para garantir os altíssimos índices de disponibilidade e confiabilidade do sistema Furnas, as equipes de engenharia também estão constantemente acompanhando o desempenho dos equipamentos de geração e transmissão, bem como sua vida útil técnica e regulatória, profundo, quando adequado, a implantação de reforços e melhorias. Tais empreendimentos têm como finalidade a substituição, modernização ou revitalização de equipamentos e sistemas em fim de vida útil, obsoletos, superados eletricamente ou com problemas crônicos de desempenho.

As ações são coordenadas entre diversos órgãos de Furnas e visam, principalmente, priorizar investimentos que minimizem o risco para o sistema, gerem receita adicional e evitem penalidades regulatórias, em consonância com a regulação vigente.

Uma vez priorizados e planejados, os empreendimentos estão agrupados em quatro segmentos baseados em critérios definidos pela Aneel: proteção e controle; substituição de equipamentos; reforços de transmissão; e modernização do sistema de transmissão e substituição de equipamentos em final de vida útil.

Visando implantar, no parque transmissor existente, reforços autorizados pela Aneel e melhorias identificadas por Furnas como necessárias à segurança e confiabilidade do sistema, foram investidos, em 2021, R\$ 230 milhões. No triênio 2019-2021 foram realizados investimentos de aproximadamente R\$ 740 milhões.

Investimento (R\$ milhões)



Destacamos ainda, no ano de 2021, a instalação de 240 novos equipamentos dentro os 315 com Resoluções Autorizativas da Aneel, com receita prévia ou a ser definida na revisão tarifária.

Esses esforços proporcionaram as energizações nas subestações Adrianópolis, Água Vermelha, Brasília Geral, Brasília Sul, Caçoeira Paulista, Campos, Corumbá, Foz do Iguaçu, Furnas, Guarulhos, Ibiúna, Itumbiara, Marimbondo, Mascarenhas de Moraes, Poços de Caldas, Porto Colômbia, São José e Tijucu Preto.

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Visando maximizar seus resultados, Furnas sempre persegue a melhor estratégia de comercialização, considerando as análises de riscos nos diversos cenários do mercado de energia, contemplando as incertezas inerentes a cada negócio e diversificando seu portfólio de contratos. Vêm sendo estabelecidas estratégias de participação nos diversos certames, contemplando suas especificidades, de modo a ganhar competitividade nos ambientes de comercialização de energia.

GERAÇÃO

A comercialização de energia é exercida com empresas distribuidoras de energia, comercializadoras e consumidores livres de todo o território nacional.

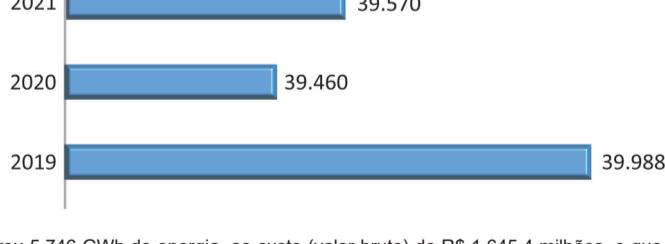
Os contratos de compra de energia de longo prazo são apresentados a seguir.

MW médios

Contratos de Energia de Longo Prazo		
	2021	2020
Serra da Mesa	328,1	328,1
Manso	3,5	3,5
Outros	324,3	261,9
Total	655,9	593,5
	446,7	

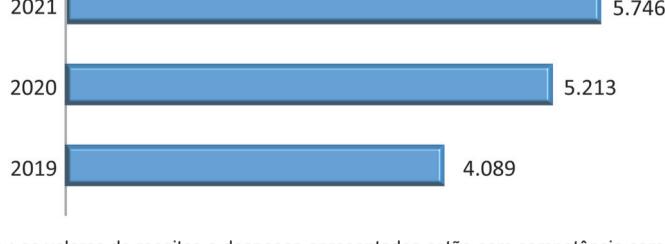
O total de energia elétrica vendida, em 2021, foi de 39.570 GWh, o que representa aumento de 0,3% em relação a 2020, proporcionando um faturamento 13,7% maior, totalizando R\$ 5.760 milhões em 2021. O gráfico a seguir apresenta a evolução da energia vendida.

Energia Elétrica Vendida (GWh)



Em 2021, Furnas comprou 5.746 GWh de energia, ao custo (valor bruto) de R\$ 1.645,4 milhões, o que representa acréscimo de 10,2%, em relação à quantidade de energia comprada em 2020.

Energia Elétrica Comprada (GWh)



Obs.: os valores de receitas e despesas apresentados estão com competência comercial

Tendo em vista a prorrogação da concessão das UHEs Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Marimbondo, Porto Colômbia, Funil e Corumbá I, a comercialização de suas respectivas energias se dá, desde 1º de janeiro de 2013, por meio do rateio de cotas entre as distribuidoras do SIN, e da aplicação de tarifas definidas pela Aneel. Em 2021, também pelo regime de cotas, Furnas passou a operar temporariamente a UHE Jaguari, até que a sua concessão seja licitada.

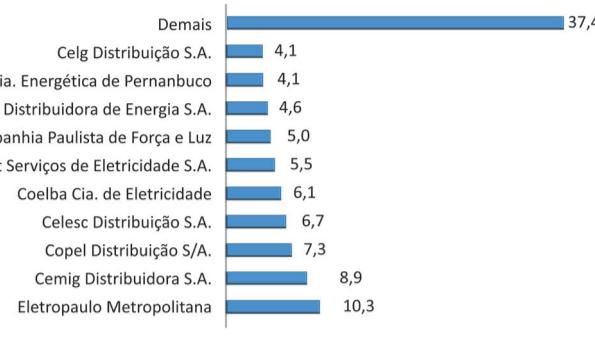
Em 2016, a Aneel anuiu ao pedido de repactuação do risco de GSF para as UHEs Simplicio, Batalha, Mascarenhas de Moraes, Serra da Mesa e Itumbiara e para o APM Manso, que vinha acarretando, desde 2014, significativos ônus a Furnas.

A repactuação, em conformidade com a Resolução Aneel nº 688/2015, previu a transferência integral às distribuidoras de energia dos ônus (GSF) e dos bônus (energia secundária) atinentes ao risco hidrológico aplicável às usinas hidrelétricas, tendo como contrapartida pagamento de prêmio de risco de R\$ 9,50 / MWh (referência Jan/2015), a partir de julho de 2020.

Em termos da base de diversificação de clientes, o risco de inadimplência é bem diluído, pois a Empresa deteve 250 contratos bilaterais celebrados no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), compreendendo grandes consumidores e as principais comercializadoras de energia do País como clientes. Além disso, conta com 420 contratos no regime de cotas de garantia física, com as principais empresas da distribuição de energia.

No âmbito regulado (ACR + cotas de garantia física), Furnas obteve receita em 2021 de aproximadamente R\$ 2.848 milhões, resultantes do relacionamento comercial com 60 concessionárias. Cabe destacar que 10 concessionárias respondem por 62,6% desse montante, restando evidente a pulverização dos clientes, o que mitiga eventuais riscos de inadimplemento. O gráfico a seguir demonstra essa diversificação.

Principais Clientes – ACR (%)



TRANSMISSÃO

No que tange à transmissão, as transações comerciais são realizadas segundo duas modalidades, no ambiente de serviço público (concessão) e no ambiente de interesse exclusivo do acessante (outras receitas).

A prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica é caracterizada no Contrato de Concessão (CTT). O Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) regula as condições técnicas e comerciais relativas à disponibilidade das instalações de transmissão para a operação interligada.

O CTT também prevê o compartilhamento, com outros concessionários, de instalações e infraestrutura, bem como o acesso de usuários do sistema de transmissão. Estão incluídos nesta categoria os Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI) e os Contratos de Conexão a Sistema de Transmissão (CCT).

O CTT permite o desenvolvimento de outras atividades mediante recebimento de receitas que não fazem parte da prestação do serviço público regulado pela Aneel, regido por instrumento contratual próprio a título oneroso. Nesta categoria estão incluídos os Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM) e os Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPMS).

A tabela a seguir apresenta a evolução da receita dos contratos de transmissão nos dois últimos anos, especificada por tipo de contrato:

	2021	2020
Natureza do Contrato		
Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT)		
Encargos Definidos por Resolução Homologatória da Aneel	173.534	131.305
Furnas Geração (¹)	27.475	30.578
Encargos Negociados entre as partes	30.509	25.919
Total CCT	231.518	187.802
Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI)	13.182	11.967
Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPMS)	0	0
Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção e Operação (CPSOM)	3.544	4.070
Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) (²)	5.646.452	5.772.646
Total Geral	5.894.697	5.976.485

O RECFY, desenvolvido pela área de TI de Furnas, é a primeira solução de TI que gerou um novo negócio para a Empresa com perspectiva de geração de receita. É uma plataforma inovadora que utiliza a tecnologia *blockchain* para a emissão e comercialização de certificados de energia renovável. A plataforma proporciona maior segurança e menor custo, e marca o pioneirismo da Empresa no uso da tecnologia *blockchain* para certificação de energia limpa. Os certificados servem para comprovar a geração de energia por meio de fontes renováveis e auxiliam as empresas a reduzir o impacto de suas emissões de CO₂. Ainda em 2021 Furnas celebrou um contrato de venda desses certificados e em fevereiro de 2022 haverá o primeiro leilão desses certificados.

Com esse projeto Furnas foi listada entre as 100+ Inovadoras no Uso de TI em 2021, lista feita pela IT Midia, empresa brasileira de soluções integradas de mídia para o setor de Tecnologia da Informação (TI). Realizada há 21 anos, a seleção reconhece projetos que trazem impactos reais aos negócios de organizações brasileiras. Furnas foi destacada, entre 255 inscritos.

CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS (CSC)

O CSC tem como principal objetivo atualizar e padronizar os processos de suporte administrativo ao negócio da Empresa. Furnas, como pioneira na experiência de compartilhamento de serviços, logrou liderar o CSC Sudeste, das Empresas Eletrobras, onde atua prestando serviços à *Holding*.

Este modelo de compartilhamento de serviços visa aumentar a rentabilidade a partir da redução de custos no atendimento às demandas das Empresas Eletrobras com atuação no Sudeste e tornar os procedimentos mais eficientes para os macroprocessos de finanças e tesouraria, contabilidade e fiscal, recursos humanos, suprimentos, logística, infraestrutura e serviços gerais, tecnologia de informação e jurídico.

O CSC também apoia atendimentos a emergências, principalmente em linhas de transmissão e equipamentos, que têm impacto significativo no desempenho operacional e, consequentemente, na receita e imagem da Empresa.

Em dezembro de 2021, foi finalizado o primeiro ciclo do Projeto de Controle e Recuperabilidade de Sobressalentes que resultou na implementação de uma Política para Provisionamento de Itens Obsoletos nos estoques de Furnas. Nesta Política foram apontadas informações sobre equipamentos em uso ou descontinuados e análise de obsolescência de sobressalentes em estoque. Neste ciclo, foram indicadas mais de 5 mil peças para alienação e mais de 2 mil para almoxarifados mais próximos dos principais clientes.

Ao final de 2021 foi publicada a Instrução Técnica do Projeto de Controle e Recuperabilidade de Sobressalentes, no portal de Normativos de Furnas, finalizando a recomendação da Auditoria Interna e tornando pública esta ação tão importante para a logística da Empresa e seus clientes.

Três processos de Alienação de Bens Móveis Inservíveis foram realizados com a venda de 115 lotes, gerando receita de R\$ 11,2 milhões e concluídas as doações de 295 computadores e 296 monitores para Eletronuclear, além de equipamentos laboratoriais diversos, considerados inservíveis, disponíveis em Aparecida de Goiânia/GO, em atendimento às solicitações das Universidades Estadual e Federal de Goiás (UEG e UFG, respectivamente).

Outra iniciativa foi a aprovação pela Diretoria Executiva do processo licitatório para a contratação de prestação de serviços de gerenciamento logístico, para a operação de *outsourcing*, almoxarifado virtual *in company*, *marketplace*, *selfstorage*, sob demanda, envolvendo suprimento de insumos diversos, por meio de sistema *Web*, disponibilizado e implementado pela contratada, com entrega ponto a ponto nos endereços das unidades organizacionais de Furnas. O projeto piloto será aplicado em toda a Empresa.

Atendimento a Emergências

Entre julho e novembro de 2021, foram atendidas emergências de quedas de torres das seguintes linhas:

- Torre nº 1372, LT 600kV - Foz do Iguaçu - Ibiúna - Bipolo 01, localizada no município Capão Bonito/SP, sinistrada em 13/07/2021.
- Torres T.234, T.235 e T.236, LT 500kV - Itatiba/Batéias, localizada no município Boituva/SP, operada e mantida pela Mata de Santa Genebra Transmissões, sinistradas em 19/08/2021.
- Torres T.38, T.163 e LT 750kV – Foz do Iguaçu/Ivaiporã, localizadas nos municípios de Santa Terezinha do Itajuru/PR (Círculo 2) e Diamante do Oeste/PR (Círculo 1), além da substituição do Poste 46, do Eletrodo de Terra, Círculo do Bipolo 02, localizado no mesmo município, sinistrados em 23/10/2021.

Outros Destaques

Considerando a multiplicidade de processos sob responsabilidade do CSC, pode-se destacar ainda as seguintes ações, conforme as diversas áreas de atuação:

- na área de serviços gerais e infraestrutura: apoio na revitalização e reforma de instalações nas áreas de atuação das divisões regionais, dando ênfase às UHEs Furnas, Estreito, Funil e Itumbiara; continuidade da desmobilização da antiga sede da Empresa, localizada em Botafogo/RJ, com a completa desativação do Bloco E; estudos para terceirização de serviços e automação de processos, já com o desenvolvimento e implantação do sistema de controle de contas públicas e continuidade do processo de regularização dos imóveis, com ênfase para o município de Caldas Novas/GO, onde Furnas está participando de um projeto piloto, juntamente com a Prefeitura do Município, para regularização dos imóveis por meio do REURB;
- na área de TI: desenvolvimento de ferramenta para automação do processo de cobrança a terceiros (réguas de cobrança), em fase de testes; implantação de nova VPN SSL; migração e administração de ambiente de colaboração; aumento de banda internet; desenvolvimento de mais de 2.400 pontos de função e sustentação de 69 sistemas; implantação de testes automatizados e atendimento a 32.424 chamados;
- na área de suprimentos: contratação de empresa especializada para realizar a gestão dos riscos com terceiros em contratos de prestação de serviço e
- na área do contencioso trabalhista: análise e atendimento a 49.596 citações de Furnas na Justiça do Trabalho em todo território nacional pela equipe responsável por aproximadamente 5.000 processos trabalhistas.

GOVERNANÇA

As políticas e práticas de governança corporativa possuem foco na transparência de gestão, em atitude respeitosa no relacionamento com todos os seus *stakeholders*, no tratamento equitativo e na prestação de contas clara e objetiva de sua atuação, sempre em alinhamento com o Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras.

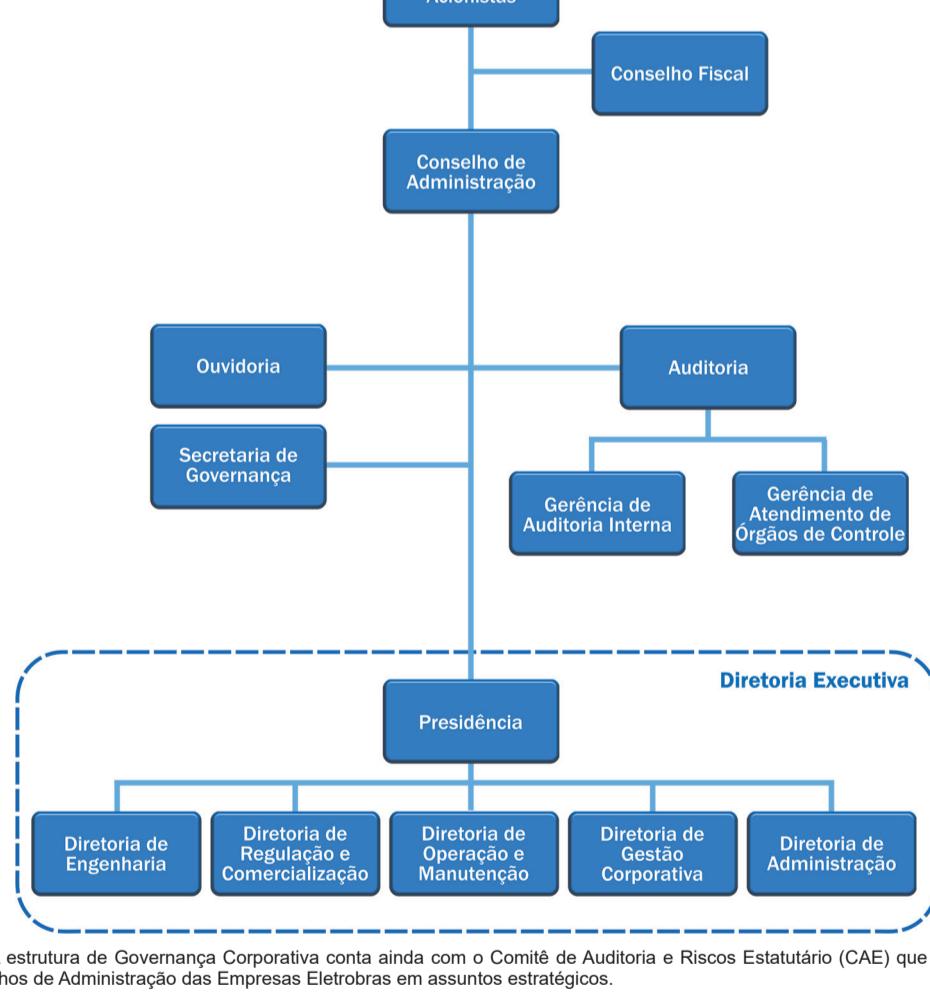
O aprimoramento da governança corporativa é garantido por uma estrutura de gestão, práticas e instrumentos que seguem as recomendações do Manual de Organização da Empresa, no qual estão incluídos o Estatuto Social, o Regimento Interno, as Políticas e Normas da Organização, as diretrizes que norteam a atuação dos Comitês Internos que apoiam a Diretoria Executiva, e as descrições de atribuições de todas as unidades formais da estrutura organizacional.

O modelo se fundamenta, também, no estabelecimento claro dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva no que se refere à formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes relativas à condução dos negócios da Empresa, bem como do Conselho Fiscal, na fiscalização dos atos e contas da Administração.

Diversos desafios relacionados à inovação, novos mercados e aperfeiçoamentos dos aspectos Ambiental, Social e Governança Corporativa (ASG) foram enfrentados e superados, contribuindo para consolidar as relevantes contribuições dadas aos acionistas e à sociedade.

Estrutura de Governança Corporativa

A governança corporativa é assegurada pelos processos internos e relacionamentos da administração superior, composta pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Auditoria Interna.



Obs: A estrutura de Governança Corporativa conta ainda com o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE) que auxilia os Conselhos de Administração das Empresas Eletrobras em assuntos estratégicos.

Assembleia Geral de Acionistas

Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para: alienar, no todo ou em parte, ações de seu capital social ou de suas controladas; proceder à abertura e aumento do capital social; alienar debêntures que seja titular, de empresas das quais participe e emitir debêntures conversíveis em ações; promover operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação; permutar ações ou outros valores mobiliários; reformar o Estatuto Social; e deliberar sobre outros assuntos propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

Em 2021, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu, de forma virtual, conforme previsto na legislação, em 26 de abril de 2021, para aprovar, entre outros assuntos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2020, a Destinação do Resultado do Exercício Social de 2020 e a remuneração anual global dos administradores e membros do Conselho Fiscal.

Em 2021, foram realizadas duas Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE), por meio digital, por videoconferência, em:

- 17.06.2021 – para deliberar sobre a eleição de membros do Conselho de Administração e de membros do Conselho Fiscal.

- 29.12.2021 – para aprovar a Retificação da Proposta de Destinação do Lucro do Exercício de 2020 e para aprovar a Antecipação da Distribuição aos Acionistas da Furnas de Juros Sobre o Capital Próprio (JCP) referentes ao exercício de 2021.

Conselho de Administração

Instância máxima da Administração de Furnas, o Conselho de Administração é composto por sete membros, brasileiros, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, na forma estabelecida pelo Estatuto, dentre os quais é designado o Presidente do Conselho e seu substituto designados pela Eletrobras, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três recontruções consecutivas.

Dentre os membros, um é indicado pelo Ministério da Economia, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos, em eleição organizada pela Empresa, em conjunto com as autoridades sindicais que os representam, nos termos da legislação vigente. Os demais membros são indicados pelos acionistas, dentre os quais dois serão independentes, nos termos da legislação aplicável.

Usualmente, o Diretor-Presidente de Furnas é indicado como membro do Conselho de Administração.

No exercício de 2021, este colegiado reuniu-se 33 vezes.

Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE)

O CAE, órgão auxiliar do Conselho de Administração (CA) da Eletrobras, instalado em 2018, tem por finalidade assessorar os Conselhos de Administração das Empresas Eletrobras e estabelecer estruturas de controle, supervisão e fiscalização da atuação das empresas, dirigentes e empregados.

Em atendimento às disposições da Lei Sarbanes-Oxley, o CAE é composto por membros independentes e visa atender a uma série de dispositivos legais, com destaque para a Lei nº 13.303/16, instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Programa em Governança de Estatais da B3 e Indicador de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

Conselho Fiscal

A atribuição do Conselho Fiscal é a de fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários. Compõe-se de três membros efetivos e respectivos suplentes, brasileiros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos por AGO, com prazo de atuação de dois anos, permitidas, no máximo, duas recontruções consecutivas, observando-se os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente.

É constituído por um membro e respectivo suplente indicados pelo Ministério da Economia, como representante do Tesouro Nacional, que deverão ser servidores públicos com vínculo permanente com a Administração Pública Federal; um membro e respectivo suplente indicados pelo Ministério de Minas e Energia; e um membro e respectivo suplente indicados pela *Holding*.

Em 2021, este colegiado reuniu-se 13 vezes.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva, órgão colegiado, é composta por um Diretor-Presidente e cinco Diretores, gestores dos negócios da Empresa, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três recontruções consecutivas. Eles atuam nas seguintes áreas: Presidência; Gestão Corporativa; Finanças; Engenharia; Operação e Manutenção; e Regulação e Comercialização.

Compete à Diretoria Executiva, em reunião semanal ou extraordinária, a direção geral e a administração de Furnas, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração e as diretrizes estratégicas estabelecidas pela controladora.

As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria Executiva são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas.

Em 2021, foram realizadas 75 reuniões.

Secretaria de Governança

A Secretaria de Governança tem como principais atribuições:

- coordenar reuniões prévias à reunião de Diretoria Executiva com os Assessores das demais diretorias e a área Jurídica para instruir os processos administrativos e padronizar as matérias a serem deliberadas, organizando-as por Diretoria e colocar o Presidente informado dos assuntos que serão pautados;
- agendar e participar das reuniões semanais da pré-pauta da Diretoria Executiva, e das mensais do Conselho Fiscal, transcrevendo as deliberações tomadas e os pareceres fiscais em livros próprios de atas, em observância à Lei 6.404/76, Lei das Sociedades por Ações e providenciar a distribuição dos documentos pelas diversas unidades organizacionais;
- convocar profissionais de vários órgãos da Empresa para promoverem apresentações ao Conselho Fiscal sobre projetos novos e em andamento, demonstrações contábeis e orçamentárias, processos jurídicos e societários, cogestão das empresas Distribuidoras, entre outros esclarecimentos julgados necessários;
- interagir com os Diretores e Conselheiros de modo a viabilizar a conclusão dos processos decisórios da Diretoria Executiva;
- providenciar a publicação de atas e deliberações do Conselho de Administração no órgão da imprensa oficial e em jornal de grande circulação, quando for o caso;
- publicar os Editais de Convocação das Assembleias Gerais de Acionistas, Ordinárias e Extraordinárias no Diário Oficial da União e em jornais de grande circulação;
- prover o CA e os Comitês dos meios necessários ao seu adequado funcionamento;
- dar todo o suporte necessário na elaboração de documentos de apoio às reuniões do Conselho, quando solicitado;
- administrar e controlar os arquivos contendo atas, certidões registradas na Junta Comercial, Determinações e Resoluções, referentes à Diretoria Executiva, além de dados dos Diretores, Conselheiros e Contador, que somente são repassados aos órgãos federais, com atribuições de controle, tais como Tribunal de Contas da União, Comissão de Valores Mobiliários, entre outros.

Auditória Interna

A Auditória Interna, vinculada ao Conselho de Administração, realiza consultoria e avalia os controles e o cumprimento de diretrizes, de normativos internos e da legislação.

Seus principais objetivos são melhorar as operações da Empresa e das partes relacionadas com as quais mantém negócio e auxiliar a Empresa a cumprir seus propósitos. Para tal, adota uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e aperfeiçoar os processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

Tem como missão aumentar e proteger o valor organizacional, fornecendo avaliação, assessoria e conhecimento, e atuando como terceira linha no gerenciamento eficaz de riscos e controles.

Em 2021 foram cumpridas as 27 atividades de auditoria programadas no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), o que resultou na emissão de 42 relatórios, incluindo os referentes às demandas extraordinárias da Alta Administração que surgiram ao longo do exercício.

Informações no site: <https://www.furnas.com.br/subsecao/172>

Comitês e Comissões Internos

Grupos consultivos, de ação permanente, compostos por representantes de todas as diretorias, que têm por finalidade avaliar determinados temas e suportar as decisões da Diretoria Executiva no cumprimento das políticas internas de gestão.

Políticas Internas

São instrumentos balizadores dos atos deliberativos da Diretoria Executiva e estabelecem princípios básicos e critérios para orientar as diferentes áreas quanto ao trato de assuntos, que cobrem, dentre outros, os temas: Uso de Mídias Sociais; Logística de Material; Gestão de Pessoas; Segurança Empresarial; Responsabilidade Social; Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional; Segurança Patrimonial; Ambiental; Propriedade Intelectual; Gestão Sociopatrimonial; Gestão de Resíduos; Contratação; Intraempreendedorismo Inovador; Gestão de Continuidade de Negócios e Investimento Social.

Políticas das Empresas Eletrobras

São instrumentos aprovados pelos Conselhos de Administração da *Holding</*

ESTRATÉGIA

O planejamento estratégico visa identificar tendências, riscos e incertezas relacionados aos negócios da Empresa. Os estudos que embasam as estimativas e que orientam o planejamento consideram expectativas atuais e referentes a eventos futuros, além de tendências financeiras e não financeiras para um determinado horizonte temporal. Estruturado em três níveis de desdobramento, o planejamento engloba:

Plano Estratégico 2020-2035, plano de longo prazo que tem como objetivo estabelecer um conjunto de diretrizes e objetivos voltados ao crescimento e à modernização da Empresa, assim como definir a identidade empresarial do grupo.

O Plano Diretor de Negócios e Gestão PDNG 2021-2025 se configura no desdobramento do Plano Estratégico, com horizonte de cinco anos, e define os projetos a serem desenvolvidos pelas empresas, visando ao alcance dos objetivos estratégicos alinhados às novas tendências do setor de energia.

Propósito	Visão de Futuro	Valores
<ul style="list-style-type: none"> Colocamos toda nossa energia para o desenvolvimento sustentável da sociedade. 	<ul style="list-style-type: none"> Ser uma empresa inovadora, de energia limpa, reconhecida pela excelência e sustentabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Respeito às pessoas e a vida; Ética e transparéncia Excelência; Inovação Colaboração e reconhecimento.

No Plano de Negócios e Gestão PNG 2021-2025, desdobrado a partir do PDNG, tem-se as especificidades relativas ao conjunto de projetos a ser desenvolvido por Furnas, visando à consecução do PDNG em curto/médio prazo e do Plano Estratégico em longo prazo.

A partir do PNG são gerados os instrumentos internos de gestão da estratégia: o Contrato de Metas e Desempenho Empresarial (CMDE), a Remuneração Variável Anual dos Dirigentes (RVA), a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e a Agenda 2030. No âmbito do PNG são monitorados os indicadores e as metas projetadas do próprio PNG, bem como dos instrumentos internos supracitados.

No ano de 2021, Furnas orientou-se pelas seguintes diretrizes estratégicas:



Informações no site: <https://www.furnas.com.br/subsecao/10/>

SUSTENTABILIDADE

Desde 2003 Furnas aderiu ao Pacto Global da ONU, maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, alinhando sua estratégia aos dez princípios de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção.

Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) considerados prioritários para as Empresas Eletrobras integram o PDNG e o PNG de Furnas, por meio de ações que contribuem com a Agenda 2030 da ONU.

A Comissão Executiva de Sustentabilidade, composta por representantes das seis Diretorias, tem como principal objetivo aperfeiçoar a governança da sustentabilidade, garantindo que os aspectos ASG (ambientais, sociais e de governança) sejam adequadamente analisados pela Alta Administração nos processos de tomada de decisão.

O compromisso de Furnas com a sustentabilidade se manifesta também na participação em outras iniciativas e associações para o desenvolvimento sustentável:

- Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P);
- Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS);
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD);
- Programa na Mão Certa (Childhood Brasil);
- Fundação Abrinq;
- Programa Pró-Equidade de Gênero (Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República);
- Rede de Empresas pela Aprendizagem e Erradicação do Trabalho Infantil (Instituto Ethos, Organização Internacional do Trabalho e Ministério do Trabalho);
- Instituto Ethos.

Furnas vem aperfeiçoando seus mecanismos de relato, em busca de transparéncia e prestação de contas. Desde 1998, quando foi uma das primeiras empresas brasileiras a publicar o seu balanço social, a Empresa divulga, para seus públicos de interesse, informações sobre o desempenho e os resultados econômicos, sociais e ambientais em seu Relatório Anual.

Informações no site: <https://www.furnas.com.br/subsecao/69/relatorio-de-sustentabilidade?culture=pt>.

CONTROLES INTERNOS

O ambiente de controles internos da Empresa visa assegurar a efetividade e eficiência de suas operações, proporcionar a confiabilidade nos relatórios financeiros, bem como cumprimento de normas e regulamentos. Auxilia na mitigação de riscos corporativos, no alcance de metas e no crescimento sustentável do negócio, propiciando maior transparéncia e credibilidade.

Desde 2010, a Eletrobras possui registro na Bolsa de Valores de Nova York com emissão de ADRs Nível II, exigindo de suas subsidiárias adequação aos requisitos da lei norte-americana Sarbanes Oxley (SOx), em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa e gerenciamento de riscos.

Anualmente, a Eletrobras divulga suas Demonstrações Financeiras e a Certificação Anual de Controles Internos à Securities and Exchange Commission (SEC) dos EUA, a fim de consolidar os controles mitigadores dos riscos.

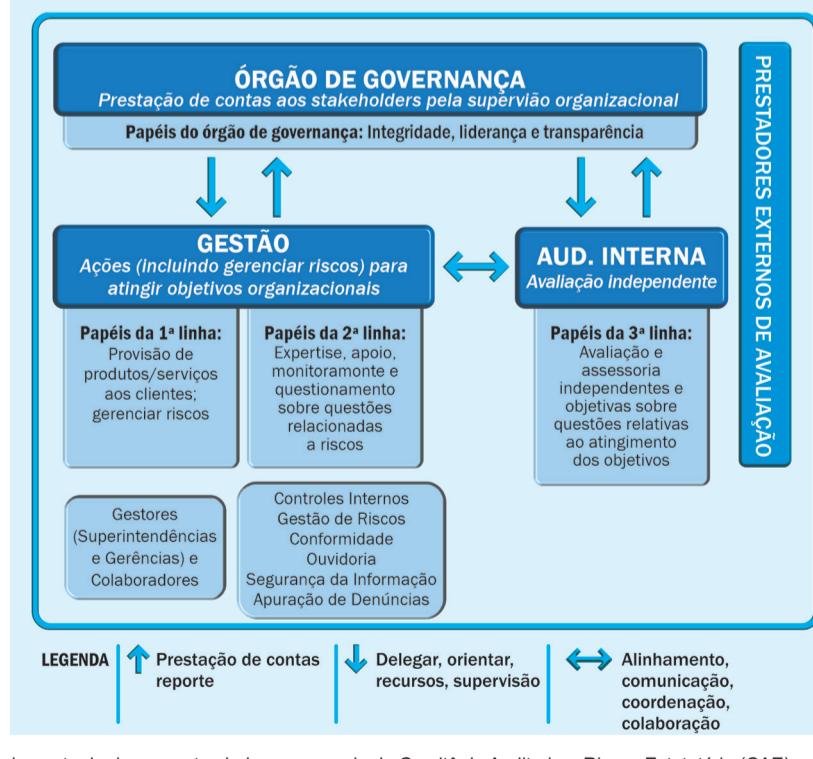
O escopo dos processos mais relevantes para a certificação SOx compreende os que possuem materialidade diante das demonstrações financeiras da Empresa. Em 2021, foram selecionados 31 processos, associados a: Compra de Energia; Gestão Contábil; Gestão de Contingências; Entity Level Controls; Empréstimos e Financiamentos; Gestão Financeira; Gestão do Ativo Fixo; Gestão de Materiais; Benefício Pós-Emprego; Gestão de Participações; Venda de Energia; Recursos Humanos; Gestão Tributária; e Processos de Tecnologia.

O Departamento de Controles Internos e Riscos Corporativos coordena ações visando o fortalecimento do ambiente de controles internos da Empresa.

Um dos objetivos estratégicos é a redução das deficiências de controles internos mais relevantes, classificadas como fraquezas materiais (Material Weakness - MW), em linha com a diretriz estratégica "Aprimoramento da Governança e da Integridade Empresarial."

Os trabalhos relacionados à certificação SOx desdobram-se em três etapas: Mapeamento, Programa de Remediação e Testes propriamente ditos.

A figura a seguir apresenta, de forma esquemática, o funcionamento das três Linhas, no gerenciamento eficaz de riscos e controles internos:



Obs.: O gerenciamento de riscos conta ainda com o apoio do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE) que auxilia os Conselhos de Administração das Empresas Eletrobras em assuntos estratégicos.

PROGRAMA DE INTEGRIDADE (COMPLIANCE)

Furnas adota o Programa Eletrobras 5 Dimensões, previsto no PDNG 2021-2025, implantado em todas as Empresas Eletrobras, com o objetivo de cumprir com as normas internacionais de governança corporativa e de fortalecer a gestão de integridade corporativa.

O programa baseia-se nas diretrizes propostas pelo Guia de Implantação de Programa de Integridade nas Empresas Estatais da Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO).

O Programa de Integridade das Empresas Eletrobras é desenvolvido a partir da integração dos representantes de compliance de cada empresa, viabilizada por meio de reuniões semanais na Comissão Diretiva de Compliance (CDC), para o alinhamento das práticas e adoção das medidas necessárias ao amadurecimento do programa.

A partir da CDC são estabelecidos mecanismos e procedimentos para: 1) desenvolvimento do ambiente de gestão do programa de integridade; 2) análise periódica de riscos; 3) estruturação e implantação de políticas e procedimentos do programa de integridade; 4) comunicação e treinamento; 5) monitoramento do programa, medidas de remediação e aplicação de penalidades.

O Programa de Integridade de Furnas está fundamentado nos princípios e valores éticos previstos no Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras, bem como na Política Anticorrupção das Empresas Eletrobras, Política de Administração de Conflito de Interesses, Política de Consequências das Empresas Eletrobras, Regulamento do Programa de Integridade das Empresas Eletrobras, Regulamento de Monitoramento de Integridade das Empresas Eletrobras e Regulamento de Avaliação de Integridade das Empresas Eletrobras. Nesse sentido, Furnas promove anualmente a revisão da avaliação dos riscos de fraude e corrupção, bem como ações contínuas de conscientização e treinamentos.

Em 2021 foi realizado o segundo ciclo de avaliação a partir do questionário eletrônico de due diligence de conflito de interesses, aplicável a todos os seus empregados, com o objetivo de mapear os relacionamentos dos empregados e prevenir situações de conflito de interesses.

Adicionalmente, foram promovidos treinamentos para a Diretoria Executiva, Conselho de Administração e gerentes, bem como gestores de contratos e empregados que mantêm relacionamento com setor público, além de treinamento de integridade para todos os empregados.

Ainda em relação a treinamentos de integridade e ética, Furnas realizou em 2021, por meio de webinar, o Projeto Integridade Corporativa, abordando os aludidos temas através de vídeos com dilemas éticos do cotidiano e reuniões com gerentes de quatro unidades regionais

Em relação aos riscos de integridade no relacionamento com terceiros, no ano de 2021, aproximadamente 270 fornecedores foram submetidos ao processo de due diligence.

Furnas participa ativamente do GT Anticorrupção da Rede Brasileira do Pacto Global da ONU, do GT de Integridade do Instituto Ethos, do Instituto Compliance Rio (ICRio), bem como do Fórum de Integridade das Estatais, fóruns de debate e fomento ao tema da integridade, com a participação de experientes profissionais relacionados ao tema.

A Empresa conta com o Comitê do Sistema de Integridade (CSI), composto por representantes de todas as Empresas Eletrobras, coordenado pela Diretoria Governança, Riscos e Conformidade da Eletrobras, com a atribuição de gestão e tratamento de todas as denúncias capturadas no Canal de Denúncias unificado das Empresas Eletrobras.

Furnas aderiu ao Programa e-prevenção do Tribunal de Contas da União (TCU), que visa avaliar como as entidades públicas se organizam para o enfrentamento à fraude e corrupção. A iniciativa prevê o preenchimento de um questionário e o encaminhamento de evidências, abrangendo diversos parâmetros. Furnas alcançou o patamar "aprimorado" em relação aos riscos de fraude e corrupção.

GESTÃO DE RISCOS

O processo de gestão de riscos é integrado, coordenado pela Eletrobras, com o apoio das gerências de riscos das subsidiárias e do comitê de risco das Empresas Eletrobras. Tem como principal objetivo reduzir a materialização de eventos que possam impactar negativamente, de forma relevante e permanente, os objetivos estratégicos. Esse processo é regido pela Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras, que preconiza a incorporação da visão de riscos à tomada de decisões, em conformidade com as regulamentações aplicáveis e às melhores práticas de mercado.

A Matriz de Riscos Corporativa 2021-2022 é baseada nos objetivos estratégicos de Furnas. O Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) contém análise do contexto externo e interno, e sua influência sobre o processo de Gestão de Riscos, a partir de forças e fraquezas e dos principais fatores de risco que podem impactar o ambiente de negócios e o conjunto de diretrizes e premissas.

Na matriz de Riscos são identificados e consolidados os riscos estratégicos do negócio, operacionais, financeiros e de conformidade aos quais a Empresa se encontra exposta, para posterior avaliação, tratamento e monitoramento, além da comunicação clara e objetiva para todas as partes interessadas. O processo de revisão da Matriz de Riscos Corporativa de Furnas foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração de Furnas.

Para o ciclo de 2021-2022 foram identificados 24 eventos de risco, a saber: Ativos de G&T em final de vida útil; Ineficiência de O&M na Geração e na Transmissão; Competitividade na Expansão de G&T; Segurança de Barragem; Comercialização de Energia; Mudanças Climáticas; Regulação Setorial; Segurança da Informação; Crise Hídrica; Gestão do Negócio de SPEs (Sociedades de Propósito Específico); Gestão de P&D; Fluxo de Caixa; Gestão Fiscal-Tributária; Precificação Regulatória de Ativos; Gestão Socioambiental de Empreendimentos; Direitos Humanos; Formação e Gestão do Contencioso; Saúde e Segurança do Trabalho; Capacitação e Retenção do Quadro Técnico; Fundos de Pensão; Gestão da Cadeia de Suprimentos; Segurança Patrimonial; Apuração Ineficiente de Denúncias; Demonstrações Financeiras e SOx.

Eventos de riscos são periodicamente monitorados, quanto às suas respectivas ações de tratamento, e reportados para a Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE), quando demandado.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Furnas possui uma área de Segurança da Informação que articula as ações para garantir as propriedades essenciais (Disponibilidade, Integridade, Confidencialidade e Autenticidade) que conferem valor às informações.

Em julho de 2021 foi encerrado o projeto de adequação à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), com a colaboração de representantes das frentes funcionais de "Tecnologia da Informação", "Gestão de Pessoas", "Jurídico", "Contratos e Convênios", "Contratos de Terceiros" e "Riscos". A Empresa definiu o responsável pelo tratamento de dados pessoais – DPO que vem a ser o eler entre a Empresa e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

O projeto promoveu adequação de Furnas à Lei Geral de Proteção a Dados Pessoais através de adaptações normativas, análise de riscos corporativos relacionados, treinamento e conscientização dos colaboradores, revisão de processos que tratam de dados pessoais, elaboração de Registro de Tratamento de Dados Pessoais (RTD), Relatório de Impacto de Dados Pessoais (RIPD), bem como da inclusão de cláusula contratual padrão nos contratos e convênios atuais (realizada por apostilação), bem como nos futuros.

Em junho de 2021 foi concluído o processo de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), com foco em Segurança da Informação.

Após a conclusão e implantação da Gestão de Continuidade de Negócios, foi constituída a formação de um novo grupo de trabalho, com dois representantes de cada Diretoria, para apoiar o Departamento de Gestão e Segurança da Informação, na manutenção e continuidade do processo, que será testado anualmente.

Com relação às ações de conscientização relativas à Segurança da informação foram realizados workshops para gestores e colaboradores com o intuito de sensibilizá-los sobre o tema, visando garantir o nível de proteção adequado e, adicionamente, utilização de plataforma de gamificação contemplando vídeos corporativos relacionados ao tema de segurança da informação.

Por fim, diversos comunicados foram veiculados através de papel de parede nas telas dos computadores e notebooks da Empresa sobre os temas afetos à segurança da informação e, também, em relação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

CYBER SEGURANÇA DA REDE CORPORATIVA

A segurança cibernética da Rede Operativa (ou Rede de Automação) de Furnas está em permanente evolução, buscando o aprimoramento técnico efetivo em um ambiente de constantes ameaças e novos desafios. Os ataques cibernéticos vêm se sofisticando e ganhando cada vez mais escala, o que demanda ações coordenadas para manter os princípios de alta disponibilidade que caracterizam a rede utilizada para interconexão de ativos críticos para o sistema elétrico.

No contexto desafiador de manter em funcionamento uma estrutura cujos requisitos de atuação são extremamente rígidos, a Rede Operativa vem direcionando seus esforços em três pilares principais: permanente aprimoramento do corpo técnico, análise de novas ferramentas disponíveis no mercado e monitoramento contínuo dos ativos que compõem a rede, atuando proativamente sempre que identificado um ponto de atenção. Dessa forma, temos conseguido manter os indicadores de disponibilidade dentro dos rigorosos padrões determinados pelo Operador Nacional do Sistema para instalações estratégicas.

A Empresa teve participação ativa na criação do Comitê de Tecnologia da Operação das Empresas Eletrobras (CTOEE), concebido a partir da demanda para organizar as iniciativas de segurança cibernética, em âmbito operativo. Tal iniciativa faz frente à necessidade de tratamento correto e objetivo para todas as especificidades do ambiente de automação.

Furnas ainda participa ativamente de outros fóruns dedicados a aprimorar a segurança cibernética de instalações críticas, contribuindo com associações como ABRATE, ABRAGE, UTCAL, além de interagir diretamente com demais empresas do setor e fornecedores de soluções. Tal

Entidades Representativas

Visando manter relacionamento com as entidades representativas no Setor de Energia Elétrica, a Empresa está presente nos principais fóruns e mantém relacionamento constante com instituições, como: Ministério de Minas e Energia (MME), Eletrobras, Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), assim como com órgãos da esfera estadual e municipal, em função de construir e operar empreendimentos situados em grande parte do território nacional.

Adicionalmente, Furnas contribui para diversas entidades, no País e no exterior, das quais destacamos: Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (ABRAGE), Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (ABRATE), Associação Brasileira de Energia Elétrica (ABEEólica), Associação Brasileira de Geradoras Termoelétricas (ABRAGET), Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia (CBCME), Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB), Associação Internacional de Hidrelétricidade (*International Hydropower Association - IHA*), Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (CIGRÉ-Brasil), Centro de Estudos de Energia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Energia), Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Illumina), Fundação COGE, Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro (Crea-RJ), Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (ABRACONEE), Pacto Global da ONU, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Associação Brasileira de Atividades Nucleares (ABDAN), Associação Brasileira de Energia Nuclear (ABEN) e Fundação Abrinq, entre outras.

COMUNICAÇÃO

As mídias adotadas por Furnas para ampliar a interatividade com seus diversos públicos de interesse apresentaram bom desempenho em 2021. Os destaques estão listados a seguir e se referem à comparação com o ano anterior.

Nas redes sociais, o crescimento foi totalmente orgânico, não havendo nenhum impulsionamento pago ao longo do ano.

- **Twitter (twitter.com/Furnas):** 19.199 seguidores em 2021, crescimento de 1% em relação ao ano anterior.
- **YouTube (youtube.com/CanalFurnas):** 621 novos inscritos em 2021, incremento de 18%, totalizando 4.103 inscritos. Até dezembro, o conjunto de vídeos publicados alcançou 777.802 exibições, sendo 95.613 em 2021.
- **Facebook (facebook.com/FurnasEnergia):** chegou à marca de 22.628 seguidores ao final de 2021, aumento de 3,3%.
- **Instagram (https://www.instagram.com/furnasenergia):** o perfil Furnas Energia contava, em dezembro de 2021, com 13.495 seguidores, aumento de 9,4%.
- **LinkedIn (linkedin.com/company/furnas):** em dezembro de 2021, o perfil de Furnas no LinkedIn contava com 72.978 seguidores, aumento de 17,9% em relação ao ano anterior.
- **Website (www.furnas.com.br):** alcançou 887.220 visualizações de páginas únicas em 2021, o que equivale a 73.935 visualizações/mês ou 2.464 visualizações/dia. Nele, encontram-se informações sobre a empresa e seus negócios, meio ambiente, sustentabilidade, serviços, cultura, publicações institucionais e de interesse público, como prestação de contas, segurança de barragens, níveis dos reservatórios, cuidados com as linhas de transmissão e uso racional da água e de energia elétrica.

RECONHECIMENTO**Empresa Pró-Ética 2020-2021**

Furnas foi contemplada pela primeira vez com o selo Empresa Pró-Ética 2020-2021, em reconhecimento ao seu Programa de Integridade, denominado Eletrobras 5 Dimensões. Das 356 empresas inscritas, 67 foram aprovadas com o selo, promovido pela Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC), órgão da Controladoria-Geral da União (CGU), em parceria com o Instituto Ethos, que busca promover no país um ambiente corporativo mais íntegro e transparente.

As empresas aprovadas contam com os benefícios do reconhecimento público de que estão comprometidas com a prevenção e o combate de atos de fraude e corrupção, da publicidade positiva e da avaliação do programa de integridade por equipe especializada. A edição 2021 comemora os 10 anos do projeto e foi realizada com o apoio da Apex-Brasil em parceria com os membros do Comitê Pró-Ética.

II Concurso de Boas Práticas da Rede de Corregedorias

Furnas conquistou o primeiro lugar, na categoria Inovação, no II Concurso de Boas Práticas da Rede de Corregedorias, por seu Processo de Monitoramento de Ações de Remediação. O objetivo do concurso é estimular, reconhecer e premiar iniciativas desenvolvidas pelas corregedorias públicas que promovam o aprimoramento das apurações de responsabilidade de agentes públicos e entes privados e a inovação processual ou tecnológica no combate à corrupção.

Prêmio IIA May Brasil

Pelo terceiro ano consecutivo, a Superintendência de Auditoria de Furnas foi contemplada com o prêmio "IIA May Brasil", que faz parte da premiação internacional do "IIA May". Recebem o Prêmio de Conscientização de Auditoria Interna profissionais que se destacam na promoção de ações voltadas a valorizar a profissão de auditor, conscientizando sobre a importância dos especialistas da área.

Prêmio Aberje 2021

O Programa de Integridade Corporativa de Furnas ganhou o Prêmio Aberje 2021 – Regional Rio de Janeiro e Espírito Santo – na categoria Ética, Integridade e Compliance. O caso apresentado pela Empresa abordou a experiência de transformar o programa itinerante de divulgação da cultura ética e de conformidade por meio de esquetes teatrais, que percorreu em 2019 uma série de unidades regionais de Furnas, num evento totalmente on-line em razão da pandemia de Covid-19.

Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHG)

Furnas recebeu, pelo nono ano consecutivo, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHG). A certificação é um reconhecimento concedido às empresas que realizam seus inventários de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), devidamente verificado por terceira parte independente, e o publicam no Registro Público de Emissões (RPE).

Selo Empresa Amiga da Criança

A Empresa, pelo quinto ano consecutivo, foi reconhecida como Empresa Amiga da Criança. O selo, conferido pela Fundação Abrinq, é direcionado às empresas que aderem ao Programa Empresa Amiga da Criança e realizam boas práticas no enfrentamento do trabalho infantil e na proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça

Furnas recebeu, pela sexta vez, o selo do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Governo Federal. Concedido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o programa é o reconhecimento às instituições que executam ações em prol da igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho. Desde 2007, a Empresa está entre as empresas brasileiras contempladas.

Digital Governance Awards

Furnas, entre mais de 400 empresas avaliadas, foi uma das quatro premiadas no evento *Digital Governance Awards* como uma das empresas brasileiras que mais se destacaram pela efetividade e digitalização da sua governança. Iniciativa da Atlas *Governance*, empresa líder de mercado na América Latina em tecnologia para Governança, o reconhecimento tem por objetivo premiar os *governance officers* e as organizações com a governança mais eficaz e digitalizada do Brasil.

SOCIAL**GESTÃO DE PESSOAS**

A política de gestão de pessoas atua como agente do fortalecimento organizacional, contribuindo para a competitividade, rentabilidade e sustentabilidade do negócio. Com o objetivo de aumentar a satisfação e melhorar a qualidade de vida dos colaboradores, a gestão de pessoas está direcionada a soluções que proporcionem condições adequadas ao desenvolvimento, valorização e retenção de seu quadro de pessoal.

Quadro de Pessoal

Empregados Efetivos	2021	2020	2019
Entradas	10	16	111
Saídas	35	21	316
Total	2.802	2.827	2.832
Não Efetivos - Mão de Obra Direta			
Quantidade	0	0	–
Variação	0	0	(1.046)
Estagiários			
Quantidade	74	82	191
Deficientes (IBAP)			
Quantidade	186 ⁽³⁾	189 ⁽²⁾	192 ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Refere-se à soma de 23 empregados efetivos e 169 profissionais vinculados ao contrato firmado com o IBAP

⁽²⁾ Refere-se à soma de 22 empregados efetivos e 167 profissionais vinculados ao contrato firmado com o IBAP

⁽³⁾ Refere-se à soma de 20 empregados efetivos e 166 profissionais vinculados ao contrato firmado com o IBAP

Política de Teletrabalho

Em relação às políticas de Gestão de Pessoas, Furnas implantou em 2021 a sua Política de Teletrabalho, expressa em Normativo Interno, aprovado em Diretoria, a qual estabelece os critérios para o planejamento, a execução e a avaliação deste regime de trabalho. Com foco na produtividade, melhoria da qualidade de vida, agilidade e integração interna, o teletrabalho destina-se aos empregados cujas atividades possam ser realizadas preponderantemente fora das dependências da Empresa, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituem como trabalho externo.

Baseado na adesão mútua da empregadora e do empregado, o teletrabalho foi planejado com foco na produtividade, agilidade e integração interna, e melhoria da qualidade de vida do empregado. O teletrabalho conta hoje com 507 profissionais indicados para esta modalidade, dos quais 479 já se encontram nesse regime de trabalho. Dada a possibilidade do desligamento do teletrabalho, 5 colaboradores retornaram ao regime presencial.

Fortalecimento Cultural

Furnas implementou em 2021 o Projeto Furnas de Fortalecimento Cultural, com foco na Gestão da Cultura Organizacional, buscando direcionar a Empresa para patamares ainda mais elevados de performance, alavancando seu papel de protagonismo no setor elétrico.

Com base no Projeto de Transformação Cultural das Empresas Eletrobras, a iniciativa prevê o desenvolvimento da liderança e a implementação de práticas de gestão de pessoas inovadoras. Seus objetivos consistem em construir e refinar práticas culturais, novas e existentes, que sustentem o fortalecimento cultural de Furnas, bem como desenvolver a nova liderança. Com duração de 22 meses e baseada na cocriação, previram-se os seguintes Pacotes de Trabalho: Efetividade; Engajamento; Comunicação; Desenvolvimento, Liderança; Encantamento, Atração, Conexão e Sustentação Cultural.

Aumento de produtividade, melhoria do clima organizacional, desenvolvimento da liderança e melhoria da aderência estratégica/cultura organizacional são alguns dos resultados esperados. Os três primeiros pacotes de trabalho aplicados este ano (Efetividade, Engajamento e Comunicação) contemplaram todas as diretórias, envolvendo líderes e colaboradores. Ao todo, foram 684 participações em workshops de formação da liderança e fortalecimento cultural e 1.382 participações em pesquisas e atividades on-line de engajamento e comunicação.

Plano de Carreira e Remuneração (PCR)

Furnas adota o Plano de Carreira e Remuneração (PCR) das Empresas Eletrobras, que utiliza como base o conceito de competências como principal referência para a gestão de pessoas.

O PCR utiliza um modelo baseado em competências que considera sua vinculação com o direcionamento estratégico da Organização, insumo para o desdobramento das competências organizacionais e profissionais.

A identificação das competências profissionais do modelo está alinhada às competências organizacionais das Empresas Eletrobras, para que o desempenho individual possa contribuir para a alavancagem do desempenho organizacional.

Nesse sentido, as áreas de carreira promoveram estudo para revisão do Plano, incluindo novas competências organizacionais, aderentes aos novos cenários e desafios do setor elétrico nacional. A proposta de alteração encontra-se em análise pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) do Ministério da Economia.

O PCR é composto de eixos de atuação que refletem as naturezas de trabalho presentes na Organização e que agrupam um conjunto de macroprocessos e processos, além de cargos amplos, separados por natureza e complexidade. Para as remunerações são considerados os cargos, os níveis de complexidade em que o empregado se enquadraria e os critérios para progressões horizontais e verticais, concedidas de acordo com o desempenho do empregado.

Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

Furnas concede a seus empregados efetivos a participação nos lucros e resultados após o encerramento de cada exercício financeiro.

Remuneração Variável (RVA)

O pagamento de remuneração variável aos Diretores das empresas estatais é atrelado ao atendimento das metas e dos resultados na execução do plano de negócios, nos termos estabelecidos pela Sest.

Benefícios

Como parte da política de valorização e retenção de seus empregados, Furnas agrega, aos benefícios e vantagens a que está obrigada por lei e aos que concede por força de Acordos Coletivos de Trabalho, outros, de forma espontânea, com base nas premissas da sua política de recursos humanos. Os principais benefícios são: plano de saúde e odontológico, auxílio-alimentação ou refeição, auxílio-creche, auxílio-educacional, auxílio-óculos, auxílio-funeral, cesta natalina, reembolso de medicamentos de uso contínuo e seguro de vida, entre outros.

Desenvolvimento e Capacitação dos Empregados

Em 2021, Furnas disponibilizou ações educacionais e de gestão do conhecimento para capacitação de seus empregados, por meio do Plano Global de Aprendizagem, contribuindo, assim, para o alcance dos objetivos definidos no Planejamento Estratégico da Empresa.

O Plano Global de Aprendizagem foi estruturado com ações relativas a cinco eixos de desenvolvimento que apoiam o negócio de Furnas: Liderança, Ações Estratégicas, Específicas das Áreas de Negócio da Empresa, Saúde e Segurança e Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

Foram oferecidas ações previstas no Plano Global de Aprendizagem tais como cursos de longa duração (Pós-Graduação e MBA, alinhados aos processos de trabalho dos participantes indicados), bem como cursos sobre temas importantes alinhados aos eixos de aprendizagem, como contratos, compliance e legislação trabalhista, dentre outros. Como destaque do ano, foram realizadas diversas capacitações em BIM e os Cursos de Compras Públicas para Inovação e Encomendas Tecnológicas.

Na Educação Corporativa foi lançado o App Furnas EDU 4.0 que marca a implantação de uma nova cultura de aprendizagem baseada em tecnologias digitais móveis e que contribui com a capacitação contínua do quadro profissional. O aplicativo é utilizado em dispositivos móveis e permite o acesso a ações de aprendizagem, de forma rápida, pelo celular. Pretende-se que o aplicativo seja o principal canal de comunicação entre a área de Educação e a Empresa, facilitando e agilizando o desenvolvimento dos empregados, bem como otimizando os processos de Educação Corporativa e de Gestão do Conhecimento.

A Trilha de Conhecimento em Inovação e Transformação Digital foi lançada e já atende mais de 300 colaboradores, capacitando de forma vertical e horizontal toda a companhia em Técnicas para Inovação, Metodologias Ágeis, Transformação Digital, Métricas e Soft Skills. É oferecida em formato híbrido (presencial, on-line e gravado) e integra técnicas de mobile learning, gamificação e microlearning. Cada um dos cinco módulos possui um projeto aplicado, que é integrado através das três turmas: Alta-gestão, Média Liderança e Analistas/Operacionais.

Na Gestão do Conhecimento, foi realizado o edital e seleção do Programa Empregado Educador, que tem o objetivo de disseminar conhecimento e valorizar o Capital Intelectual Humano. Foi lançado o projeto "Pilulas de Energia", que tem como objetivo propiciar a disseminação de conteúdos curtos, através da gravação de vídeos por colaboradores voluntários e que alimenta a estratégia de mobile learning e microlearning da empresa.

O ano de 2021 finalizou com os seguintes números para participações em Iniciativas de Gestão do Conhecimento:

Eventos	Participantes	Participações	Horas de Treinamento
334	1.972	5.039	135.714

Enfrentamento ao Coronavírus

A partir de fevereiro 2020 e continuamente em 2021, Furnas mantém intenso movimento de comunicação quanto às medidas de prevenção ao coronavírus, por meio de Informes na intranet e de e-mails corporativos. As seguintes ações, a seguir destacadas, compreendem dentre outras, um conjunto de medidas implementadas, envolvendo todas as diretorias, inicialmente em caráter emergencial de contenção diante de todas as incertezas e dos riscos associados a um cenário de pandemia e posteriormente, na manutenção e ajustes necessários à medida que novos conhecimentos e informações permanecem surgindo.

Medidas administrativas para prevenção e controle:

- cumprimento aos decretos, normas e demais medidas legais publicadas pelo Governo para combate à Covid 19;
- realização de testes de detecção da Covid-19, estratégia alargada (sorológicos e antígenos);
- fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual adequados (máscaras, luvas, aventais, macacões etc.);
- disponibilização, em toda a Empresa, de materiais de higienização e limpeza (álcool gel, álcool líquido, cloro, desinfetantes etc.);
- monitoramento diário por equipe de Serviço Social e Medicina dos empregados em afastamento, sintomáticos e assintomáticos;
- afastamento (quarentena) dos empregados sintomáticos e assintomáticos contactantes;
- monitoramento epidemiológico com graduação de Índice de Risco Covid (IRD), através da plataforma Power BI;
- realização de simulados de desinfecção em salas de controle;
- contratação de empresa especializada em sanitização para prestação de serviços em todas as salas de controle e centros de operação; disponibilização da Plataforma Digital Gestão Ocupacional Sharecare, sharepoint para controle dos empregados vacinados (Covid e Influenza); e do sistema de auto anamnese diário – Key APP;
- criação de página do enfrentamento ao Covid-19 (www.furnas.com.br/coronavirus);
- publicação de Procedimentos de Combate ao Coronavírus (PCV);
- teleatendimento das equipes de Enfermagem, Nutrição, Serviço Social, Psicologia, Educação Física e Medicina;
- lançamento das notificações de Covid nas Secretarias de Saúde das cidades;
- auditoria de procedimentos – PCV 07, em conjunto com as CIPAs;
- disponibilização de ginástica laboral on-line;
- definição de requisitos e diretrizes para teletrabalho (em circulares gerais);
- implantação de ferramenta de colaboração (Teams);
- emissão de circulares contendo orientações e medidas para enfrentamento e combate à Covid-19;
- empresa em teletrabalho, com trabalho presencial somente as atividades essenciais;
- definição de protocolo de afastamento junto ao GT Eletrobras – Saúde Ocupacional;
- informes sobre afastamentos (INSS, Abono Social e Atestado Médico);
- desenvolvimento de vídeos sobre a prevenção e combate ao coronavírus;
- realização de treinamentos de Segurança e Saúde em modalidade EaD;
- controle dos empregados vacinados (Covid e Influenza);
- Plano Nacional de Operacionalização (PNO) da Vacinação contra a Covid;
- formulário informatizado para gestão e controle dos empregados imunizados pela campanha de vacinação Covid-19 e Influenza.

Plano de Previdência Complementar

Furnas é patrocinadora instituidora da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG), pessoa jurídica sem fins lucrativos que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

Ao final de 2021, total de 11.210 participantes dos dois planos administrados pela FRG, Plano de Benefício Definido (BD) e Plano de Contribuição Definida (CD). 8.391 eram filiados ao plano BD, sendo 407 ativos, 6.067 aposentados, 1.887 pensionistas, 1 auto patrocinado e 29 ex-participantes que deixaram de ser empregados de Furnas, não mais contribuindo para o Plano, e que farão jus ao denominado benefício proporcional diferido quando se tornarem elegíveis ao benefício de complementação de aposentadoria. Os demais 2.819 participantes, filiados ao plano CD, dividem-se em 2.310 ativos, 406 aposentados, 62 pensionistas, 14 auto patrocinados e 27 que aderiram ao benefício proporcional diferido.

Durante o ano de 2021, o valor das contribuições normais pagas por Furnas para a constituição das reservas matemáticas de benefícios a conceder nos dois planos foi de R\$ 48.168.051,92. Com relação ao valor destinado pela Empresa à cobertura de despesas administrativas da FRG, este alcançou R\$ 42.689.804,15 no exercício.

No ranking do período de novembro/dezembro 2021, divulgado na revista nº 437 da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), a Fundação Real Grandeza ficou em 10º lugar entre 241 empresas. Ainda no ranking da Abrapp, entre os 15 maiores planos, o Plano BD da Real Grandeza classificou-se em 4º lugar.

RESPONSABILIDADE SOCIOCULTURAL

Furnas desenvolve uma série de iniciativas com o objetivo de promover a redução das desigualdades e a proteção dos direitos humanos, alinhadas às suas políticas corporativas, às políticas públicas municipais, estaduais e federais e aos diversos compromissos voluntários assumidos, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Em 2021, ano em que a pandemia causada pela Covid 19 continuou impondo inúmeras restrições e dificuldades para todos, mantivemos o nosso compromisso de promover o desenvolvimento das comunidades adjacentes aos nossos empreendimentos, realizando ações e implementando projetos com foco nas reais necessidades dessas populações, através de processos transparentes e estruturados.

Também foi concluída a revisão da Política de Responsabilidade Social de Furnas, passando a refletir as mais recentes orientações dos indicadores de relato corporativo e índices de sustentabilidade empresarial de referência no mercado, como a GRI (Global Reporting Initiative) e o ISE B3 (Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3). A revisão segue os padrões adotados mundialmente, especialmente no que diz respeito à proteção dos direitos humanos, como os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos, do Pacto Global.

As ações desenvolvidas, que contribuíram para o desenvolvimento da sociedade e das comunidades do entorno dos empreendimentos da Empresa, foram as seguintes:

Lançamento de Editais

Em 2021, Furnas lançou editais próprios ou em parceria com a Eletrobras, destacando-se os seguintes:

- Edital Social de Furnas – lançado para beneficiar organizações sem fins lucrativos, sediadas em municípios nos quais a Empresa está presente, distribuindo R\$ 1 milhão para entidades alinhadas com a política de responsabilidade social da Empresa e com iniciativas que atendam os ODS. O edital recebeu 155 inscrições e, desse total, cinco projetos foram selecionados como titulares;
- Editais Socioambientais de Furnas e das Empresas Eletrobras - foram 108 projetos inscritos no primeiro Edital Socioambiental de Furnas de apoio a projetos de conservação da biodiversidade brasileira, lançado em agosto. Cinco foram selecionados e receberam até R\$ 200 mil cada;
- Edital de Projetos Socioambientais das Empresas Eletrobras – Furnas foi selecionada com dois projetos de proponentes do Rio de Janeiro e Minas Gerais;
- Editais de Furnas a fundos de Direitos da Criança e do Adolescente e da Pessoa Idosa: lançados em outubro mais dois editais, destinando R\$ 3 milhões em recursos financeiros incentivados para os Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e R\$ 1 milhão para os Fundos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa, beneficiando programas, serviços ou projetos localizados em municípios nos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso;
- Edital de Eventos do Setor Elétrico das Empresas Eletrobras: lançada a nona edição do Programa de Patrocínio das Empresas Eletrobras a Eventos do Setor Elétrico, contando com aporte de R\$ 1,3 milhão, sendo R\$ 400 mil investidos por Furnas. Os 12 eventos patrocinados pela Empresa têm como temas a operação, manutenção e gestão dos ativos de energia, meio ambiente, sustentabilidade e inovação;
- Edital do Programa Cultural das Empresas Eletrobras, lançado com o objetivo de apoiar iniciativas nas áreas de artes cênicas, museus e memória, música e patrimônio cultural material e imaterial, destinando R\$ 9 milhões aos projetos contemplados, sendo R\$ 5 milhões aportados por Furnas, que selecionou dez projetos titulares;
- Edital do Programa de Patrocínio Socioesportivo das Empresas Eletrobras: destinou R\$ 3,7 milhões para 17 projetos selecionados. Desse total, 7 projetos receberam R\$ 2 milhões por meio de recursos de Furnas. Os projetos se dividem entre as categorias "desporto educacional", associada à educação, e "desporto de rendimento", voltada ao aperfeiçoamento da prática esportiva e a formação integral, de acordo com as modalidades aprovadas na Lei Federal de Incentivo ao Esporte.

Ações de Combate à Pandemia

Projeto Salvando Vidas: conduzido ao longo de 2020 em parceria com o BNDES, após atender a 46 hospitais em 32 municípios, abrangendo o entorno dos empreendimentos de Furnas em 9 estados e no Distrito Federal, com o saldo residual do projeto, Furnas identificou em alguns municípios a necessidade de câmaras frias para apoiar a vacinação da população. Os hospitais que receberam os equipamentos por meio do projeto foram: Hospital Municipal Dr. Waldemar de Alcântara em Fortim-CE, Hospital Municipal de Itaberá-MG e Hospital de Clínicas Nossa Senhora da Conceição em Três Rios-RJ.

Gênero e Raça

Mentoria em parceria com a ONG Inspiring Girls Brasil (IGB): com o intuito de estimular a participação profissional de mulheres nas áreas STEM (ciência, tecnologia, engenharia, matemática, na sigla em inglês), Furnas, em parceria com a IGB, realizou uma ação de mentoria para ampliar os horizontes profissionais de um grupo de meninas de 10 a 15 anos, estudantes de escolas públicas do Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás. A ação de mentoria teve início em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, em evento virtual onde foram compartilhadas histórias sobre os sucessos e os desafios da atuação feminina nas áreas STEM e se estendeu até o mês de maio, com a participação de 11 colaboradoras da Empresa que atuaram de forma voluntária no projeto.

Projeto Impulsionando Mulheres na Liderança

O objetivo é promover o desenvolvimento da carreira de mulheres da Empresa, por meio de sensibilização, capacitação e mentoria, possibilitando que, mulheres ascendam a cargos de liderança na Empresa. Em 2020, Furnas aderiu ao Programa Equidade é Prioridade, da Rede Brasil do Pacto Global das Nações Unidas, em parceria com a ONU Mulheres, comprometendo-se a alcançar o percentual de 30% de mulheres em cargos de liderança na Empresa até o ano de 2025.

Promoção dos Direitos da Criança, do Adolescente, do Idoso e dos Refugiados

Além da realização dos editais para os Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Pessoa Idosa, Furnas completou 12 anos de participação no Programa Na Mão Certa, que visa mobilizar governos, empresas e organizações da sociedade para o enfrentamento mais eficaz da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. A Empresa tornou-se, recentemente, mantenedora do programa.

No contexto das ações de enfrentamento, colaboradores de Furnas, que realizam o curso Noções Básicas de Direção Defensiva, passaram a receber orientações sobre como agir quando testemunham atos de exploração de crianças e adolescentes em rodovias. O objetivo da ação é informar e incentivar empregados condutores de veículos a se engajarem em ações para eliminar a situação que afeta milhares de meninas e meninos pelo país. Os participantes receberam informações sobre o tema e conheceram mais sobre o Programa Na Mão Certa e sobre a campanha "Mantenha seus Olhos Abertos".

Furnas iniciou, em março, o grupo de WhatsApp "Motoristas de Furnas Na Mão Certa". A ação visa abrir um canal direto com todos os motoristas da Empresa, em todo o país. Por meio do grupo no aplicativo de mensagens, os motoristas e gestores de frota de Furnas recebem periodicamente informações e orientações sobre a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes por meio de vídeos e mensagens. Também serão divulgados os canais de denúncia, como o Disque 100, mantido pelo Governo Federal.

Em parceria com o Programa na Mão Certa, foram realizados encontros virtuais intitulados Jovem Aprendiz na Mão Certa, com o objetivo de explicar aos adolescentes que fazem parte do Programa Jovem Aprendiz de Furnas/SENAI, como agir em situação em que sofram, presenciem ou suspeitem de abusos ou exploração sexual.

Furnas promoveu o 1º Encontro do Ciclo de Oficinas de Elaboração de Projetos Sociais Incentivados. De forma gratuita e virtual, a capacitação teve o objetivo de ampliar a capacidade técnica da sociedade civil, conselhos municipais e profissionais da administração pública municipal para conhecer e esclarecer o funcionamento dos processos que envolvem os recursos através de incentivos fiscais, contribuindo para o aprimoramento da elaboração de projetos sociais. Além do treinamento gratuito, foram realizadas também mentorias aos participantes entre os meses de julho e setembro. Foram selecionados para participar dos encontros 204 profissionais que atuam em prol dos Direitos da Criança e Adolescente e de Pessoas Idosas.

Apoio a Refugiados

Para marcar o Dia Mundial do Refugiado (20/06), criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2000, Furnas e Sicoob realizaram o webinar "Marketing Digital para Refugiados Empreendedores". A apresentação foi realizada por analistas de comunicação e marketing do Sicoob. Com o impacto causado pela pandemia, o tema foi debatido como alternativa para a população refugiada que já realiza comércio de produtos típicos e não sabia como empreender no ambiente virtual.



Furnas disponibiliza vagas no Curso Cuidador como possibilidade de ampliar as oportunidades de trabalho para os refugiados. Sendo um segmento do mercado em ascensão, ante o aumento da expectativa de vida da população e os aportes da previdência pública e de acordo coletivo para a contratação desse tipo de força de trabalho, trata-se de alternativa para que o migrante reinicie sua vida no país.

Apoio a Comunidades Tradicionais

Furnas deu continuidade ao Projeto Infraestrutura, Esporte e Cultura Kaingang - Terra Indígena Queimadas, que contempla a construção de uma cozinha comunitária, de um espaço multiuso e de um centro poliesportivo no território da comunidade indígena Kaingang, localizada no município de Ortigueira (PR). As três comunidades Kaingang – Sede, Campo e Missões foram envolvidas num processo participativo para a escolha das ações a serem implementadas, através do acordo estabelecido entre Furnas, Ministério Público e Funai.

Educação

O Instituto Ciranda – Música e Cidadania foi criado em 2003 para desenvolver ações nas áreas da educação e cultura, utilizando a música como ferramenta de cidadania, atendendo cerca de 800 crianças, adolescentes e jovens de diferentes classes sociais e cidades mato-grossenses. Com o apoio de Furnas, são oferecidas aulas de capacitação e aperfeiçoamento profissional nas áreas musicais e de produção cultural. Em 2021 as atividades presenciais foram retomadas, com as devidas precauções e orientações para se evitar o contágio pelo coronavírus.

No projeto Internet das Coisas para Jovens do Ensino Médio, em parceria com o Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológicos (LSI-TEC), ligado à USP, cinco espaços maker de internet das coisas foram inaugurados em escolas públicas da cidade de São Paulo. As escolas receberam kits de componentes eletrônicos para programação física, equipamentos, ferramentas e móveis básicos para montarem um Espaço Maker de baixo custo.

Os Centros de Empoderamento Digital, parceria entre Furnas e a Recode em 2021, foram implantados nas cidades mineiras de Lavras, Varginha, Alfenas, Alpinópolis, Campo Belo, Formiga, Passos, Piumhi, Juruá, Muzambinho, Nepomuceno, Três Pontas, Coqueiral e Machado. O projeto tem como objetivo democratizar o acesso à formação de qualidade em habilidades digitais e competências socioemocionais, através de trilhas formativas, abrindo portas para o conhecimento tecnológico, interação social, mercado de trabalho, empreendedorismo e engajamento cívico de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Voluntariado

Mentoria para Jovens Aprendizes: a ação de mentoria é uma parceria do Programa Furnas de Voluntariado com a área de RH da Empresa e com a FESA C.R.O.M.A., área social da FESA Group. Os voluntários serão mentores de jovens do programa Jovem Aprendiz da Empresa, com o objetivo de dar insumos e ferramentas para que consigam desenvolver seu plano de ação profissional. A primeira turma da mentoria - de Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal - contou com 60 mentores. A segunda turma está prevista para o primeiro trimestre de 2022.

Projeto IARA (Intervenção Ambiental para Recuperação das Águas): parceria do Programa Furnas de Voluntariado com a área de meio ambiente. Seu objetivo é a limpeza e a recuperação de rios e córregos que atravessam as unidades de operação da Empresa, com a destinação dos resíduos para as cooperativas do programa Coleta Seletiva e campanhas de educação ambiental para conscientização das comunidades e escolas vizinhas aos empreendimentos.

O IARA foi lançado em 18 de setembro, Dia Mundial de Limpeza (World Clean Up Day), quando Furnas promoveu um mutirão para limpar o Rio Jacó, que atravessa a Subestação Grajaú, no Rio de Janeiro. Cerca de 30 voluntários recolheram resíduos sólidos nas margens e no leito do rio e plantaram mudas aquáticas que ajudarão na despoluição da água. O material recolhido foi encaminhado para a Cooperativa Popular Amigos do Meio Ambiente (Coopama).

No dia 4 de dezembro, em Minas Gerais, foi realizado um mutirão de limpeza e reflorestamento em oito municípios vizinhos ao Lago de Furnas. A iniciativa resultou na retirada de cerca de 1,5 tonelada de lixo do reservatório e dos rios afluentes e no plantio de 580 mudas de espécies nativas, reunindo cerca de mil voluntários, gerando grande repercussão, com 47 publicações em espaços de destaque nas mídias local e nacional.

Hortas Sociais: em 2021, a Horta Tita Brasília foi retomada após paralisação por conta da pandemia, numa iniciativa dos colaboradores voluntários da Subestação de Brasília Sul. Já foram produzidos mais de 140 kg de frutas, legumes e hortaliças, que foram doados a comunidades carentes nos bairros próximos.

Programa de Desenvolvimento Territorial

Encontra-se em andamento a implantação de cinco novos Núcleos de Integração que, através dos seus fóruns comunitários consolidados, estão dialogando sobre os respectivos projetos de referência e planos de ação.

Os fóruns são a principal ferramenta de fortalecimento das ações relacionadas ao desenvolvimento local e a interação entre as comunidades, possibilitando uma nova e horizontal estrutura de representação da comunidade, resultando em um canal de contato permanente com o território.

As áreas beneficiadas são vizinhas às seguintes instalações: Subestação de Angra dos Reis/RJ, Usina Hidrelétrica de Funil/RJ, Subestação de Foz de Iguaçu/PR, Subestação de Mogi das Cruzes/SP, e Usina Hidrelétrica Marechal Mascarenhas de Moraes/MG. Desde o início do projeto já foram beneficiadas mais de 54 mil pessoas.

Cultura

Em 2021 tiveram continuidade os projetos contemplados no edital do Programa de Cultura das Empresas Eletrobras 2019, que sofreram impacto devido à pandemia, especialmente pela necessidade de adiamento ou adaptação para formatos on-line ou híbridos. Os projetos patrocinados por meio do edital de 2021 têm execução prevista até 2022.

Esporte

Mudanças Climáticas e Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)

As Empresas Eletrobras assumiram Declaração de Compromisso da Eletrobras sobre Mudanças Climáticas, instituindo metas de redução da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE), a partir de 2013. Atualmente, essas metas estão contempladas no Plano de Negócios e Gestão (PNG), atrelado aos Indicadores da Agenda 2030.

Ainda em 2021, concluímos a contratação do projeto "Estudo de Vulnerabilidade dos Empreendimentos de Geração de Furnas frente às Mudanças Climáticas", cujo objetivo é modelar os potenciais impactos identificados e analisar as vulnerabilidades da geração às alterações climáticas no presente (2021) e no futuro (2040 e 2070), considerando as variáveis climáticas resultantes da modelagem e, sobretudo, identificando e priorizando os riscos, que necessitem de uma resposta de adaptação à mudança do clima, a partir de uma análise de probabilidade dos impactos.

Também em 2021, os fatores de risco e respectivos controles estabelecidos no âmbito da Força Tarefa de Riscos (FT Riscos), vinculada ao Comitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras (CMA), foram incorporados nos eventos sob responsabilidade da Superintendência de Gestão Ambiental, com vistas a uniformização da análise, tratamento e monitoramento desses riscos corporativos priorizados pela Diretoria da Empresa.

Relacionamento com a Comunidade e Territórios

Devido à epidemia da Covid-19, protocolos e recomendações do poder público quanto a medidas de segurança sanitária e de isolamento social, em 2021, alguns programas ambientais tiveram o seu cumprimento prejudicado ou paralisado devido à suspensão dos seus contratos.

Os programas cujo escopo prevê o contato direto com a população sofreram os maiores impactos da pandemia, como é o caso dos Programas de Comunicação Social e de Educação Ambiental.

Os Programas de Educação Ambiental (PEA) são implementados junto às populações das áreas de influência dos empreendimentos da Empresa. O seu objetivo é facilitar a produção e a aquisição de conhecimentos e habilidades, visando a articulação e a integração comunitária na construção de alternativas sustentáveis para o desenvolvimento local. São medidas compensatórias de atendimento legal que visam ao empoderamento das comunidades locais a partir do fortalecimento de suas potencialidades e oportunidades de solução das fragilidades identificadas.

Foram implementados PEAs nas seguintes UHEs: Serra da Mesa, Itumbiara, Luiz Carlos Barreto, Batalha, Simplicio e Furnas (Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores - PEAT).

Já os Programas de Comunicação Social (PCSs) atendem as comunidades afetadas. Seu objetivo é manter a população que vive nos municípios atingidos informada sobre os diferentes aspectos do empreendimento, sobretudo aqueles relacionados aos seus impactos reais e potenciais, as respectivas medidas de mitigação e a contribuição dos empreendimentos para a ampliação do alcance de políticas públicas nacionais e do desenvolvimento regional. Moradores, estudantes e empregados são os principais públicos-alvo das campanhas e palestras.

Foram implementados PCSs nos seguintes empreendimentos: i) implantação da variante da LT 750 kV Itaberá-Tijucu Preto II; ii) LT 750 kV Itaberá-Tijucu Preto III; iii) LT 230 kV Mascarenhas-Linhares; iv) UHE Porto Colômbia; v) UHE Serra da Mesa; vi) SE Campos; vii) UHE Furnas; viii) UHE Itumbiara; ix) LT 138 kV Batalha Paracatu; e x) UHE Funil.

Gestão da Questão Indígena

Desde 1992, Furnas e Funai vêm celebrando convênios objetivando a preservação do modo de vida da Comunidade Avá-Canoeiro, no contexto da UHE Serra da Mesa. Atualmente encontra-se em vigor o Convênio 9000000455/2012. E, ainda, bimestralmente são repassados à Funai os valores correspondentes aos *royalties* em benefício dessa comunidade indígena.

No Programa de Gestão da Questão Indígena, além do repasse de recursos à Funai para a implementação do Programa de Apoio aos Avá-Canoeiro (PAAC), conforme estabelecido no Convênio, Furnas mantém ações de monitoramento e proteção da Terra Indígena Avá-Canoeiro, por meio de contratação de empresa que disponibiliza mão de obra e equipamentos necessários para a execução dessa ação.

Monitoramento Socioeconômico

Em atendimento às premissas do processo de Licenciamento Ambiental, entre agosto e setembro de 2021, foi dada continuidade ao levantamento socioeconômico da população que foi remanejada devido à construção do reservatório da UHE Batalha. As atividades incluíram uma campanha de campo, com aplicação de entrevistas com intuito de avaliar as condições de vida dos ocupantes e compreender sua relação com o entorno.

Água, Efluentes e Resíduos

Foram realizadas inspeções técnicas para elaboração e atualização dos Planos de Monitoramento de Efluentes e Qualidade da Água (PMEQA), Planos de Gerenciamento de Resíduos (PGR) e Planos de Atendimento a Emergência (PAE) nos empreendimentos relacionados a seguir.

Planos para Águas, Efluentes e Resíduos

	PMEQA	PGR	PAE/PAEC/PRAI
Subestação (SE)	Tijucu Preto, Guarulhos, Mogi das Cruzes, São José, Votorânia, Brasília Sul, Pirineus, Araraquara.	Macaé, Rocha Leão, Ibiúna, Guarulhos, Campinas, Tijucu Preto, Mogi das Cruzes, Jacarepaguá, Grajaú, Cachoeira Paulista, Viana, Brasília Geral, Brasília Sul, Pirineus, Samambaia, Bandeirantes, Votorânia e Angra.	Campinas, Foz do Iguaçu, Grajaú, Jacarepaguá, São José, Brasília Geral, Brasília Sul.
Usina Hidrelétrica (UHE)	Jaguari, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Mascarenhas de Moraes, Porto Colômbia, Marimbondo.	Porto Colômbia, Marimbondo, Simplicio, Anta e Jaguari.	Anta, Marimbondo, Porto Colômbia, Simplicio.
Usina Termelétrica (UTE)		Santa Cruz	Campos

Atendendo à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) e às políticas ambientais da Empresa, 334 colaboradores, entre empregados e terceirizados, das áreas de operação, manutenção, logística e serviços compartilhados, que atuam na cadeia de gerenciamento de resíduos sólidos de diferentes empreendimentos de Furnas foram capacitados em gestão de resíduos sólidos.

GESTÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS SERVIÇOS ECOSISTÉMICOS**Reflorestamento**

São realizadas ações de reflorestamento em Áreas de Preservação Permanente, além da reposição florestal em áreas remanescentes dos reservatórios de usinas hidrelétricas e de linhas de transmissão. Em 2021, foram reflorestados cerca de 192 hectares.

Fauna Terrestre e Ictiofauna

Furnas, como forma de mitigar os impactos de suas operações, realizou o resgate de peixes nas unidades geradoras da UHE Porto Colômbia, quando da parada das máquinas. Foram resgatados 42 exemplares de *Pimelodus maculatus* (mandi amarelo).

Uma importante ação visando a conservação da ictiofauna foi a soltura de alevinos das espécies migradoras, destacando-se a Piracanjuba (*Brycon orbignyanus*) que é uma espécie de peixe criticamente ameaçada de extinção. Em 2021, foram soltos cerca de 422.479 alevinos de espécies migradoras nos rios Sapucaí Paulista e Pardo, afluentes dos reservatórios das UHEs Porto Colômbia e Marimbondo. A seguir, são apresentadas as quantidades de alevinos soltos, por espécie:

Número de Alevinos soltos 2021

Espécie	UHE Porto Colômbia	UHE Marimbondo
Curimbatá (<i>Prochilodus lineatus</i>)	9.450	19.440
Dourado (<i>Salminus brasiliensis</i>)	57.660	58.200
Pacu (<i>Piaractus mesopotamicus</i>)	24.000	37.584
Piracanjuba (<i>Brycon orbignyanus</i>)	102.000	114.145

Além dessa atividade pontual, foram realizados monitoramentos referentes à ictiofauna em diversas unidades no ano-base 2021, igualmente aos realizados em 2020, como apresentado na tabela a seguir:

Monitoramento da Ictiofauna

Empreendimento/UHE	Ictiofauna	Ictioplâncton	Pesca	Sistema de Transposição	Telemetria
Simplicio	X	X		X	X
Funil	X	X			
Batalha	X	X	X		
Itumbiara		X	X		
Porto Colômbia	X	X	X		
Marimbondo	X	X	X		
Luiz Carlos Barreto de Carvalho	X	X	X		
APM Manso	X	X	X		
Corumbá	X	X			

Outro destaque do ano foi a finalização da primeira fase do monitoramento das populações do Mutum-de-penacho (*Crax fasciolata*) e do Aracuá paulista (*Ortalis remotus*), no entorno da UHE Marimbondo.

São duas aves que estão sob algum risco de ameaça, sendo o Aracuá paulista criticamente ameaçado de extinção, e o Mutum-de-penacho, vulnerável segundo a mais recente revisão da lista nacional de espécies ameaçadas (2014). O projeto foi noticiado pelo Ibama (<https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2020/especies-ameacadas-de-extincao-sao-avistadas-em-programa-ambiental-da-uhe-marimbondo>), e a segunda fase foi iniciada em 2021.

Destacam-se, ainda, programas específicos para a conservação de espécies, com foco nas ameaçadas e endêmicas. Tiveram início, em 2021, o Programa de Conservação de Pequenos Felinos na UHE Batalha e o de Conservação da Avifauna, na área de influência da LT 750 kV Itaberá-Tijucu Preto III, visando a conservação das espécies de aves endêmicas, raras e ameaçadas do domínio da Mata Atlântica.

Os seguintes monitoramentos da fauna terrestre e de águas continentais foram realizados em 2021:

Monitoramento e Conservação da Fauna Terrestre e de Águas Continentais

Empreendimento	Fauna Terrestre	Vetores	Crustáceos Exóticos	Mutum-de-Penacho e Aracuá	Pequenos felinos	Avifauna da Mata Atlântica
UHE Funil	X					
UHE Batalha					X	
UHE Porto Colombia	X	X	X			
UHE Marimbondo	X			X		
LT Bom Despacho - Ouro Preto	X					
LT Itaberá - Tijucu Preto II (variante)	X					
LT Itaberá - Tijucu Preto III						X

Informações de Natureza Ambiental

Passivo ambiental: quantidade de processos ambientais administrativos e judiciais movidos contra a Empresa.

Informações no site: <https://www.furnas.com.br/subsecao/69/relatorio-de-sustentabilidade?culture=pt>

INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

Geração e distribuição de riqueza		(Valores expressos em milhares de reais)			
		Em 2021	Em 2020	Em 2021	Em 2020
Distribuição do Valor Adicionado	% governo	35	30	% governo	30
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.	% acionistas	6	7	% acionistas	7
	% empregados	11	14	% empregados	14
	% financiadores	43	41	% financiadores	41
	% outros	5	8	% outros	8
I - RECURSOS HUMANOS					
1.1 - Remuneração				Em 2021	Em 2020
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		R\$ 1.218.062	R\$ 1.063.392		
- Empregados		R\$ 1.210.773	R\$ 1.058.005		
- Administradores		R\$ 7.288	R\$ 5.387		
Relação entre a maior e a menor remuneração:					
- Empregados		25	25		
- Administradores		1	1		
				Em 2021	Em 2020
1.2 - Benefício Concedido					
Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	24				

BALANÇO PATRIMONIAL
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado		Controladora	Consolidado				
	Nota	31.12.2020 (Reclassifi- cado)	31.12.2020 (Reclassifi- cado)	31.12.2020 (Reclassifi- cado)		31.12.2020 (Reclassifi- cado)	31.12.2020 (Reclassifi- cado)			
		31.12.2021	31.12.2021	31.12.2021		31.12.2021	31.12.2021			
CIRCULANTE										
Caixa e equivalente de caixa										
Caixa restrito	4	14.404	9.050	116.800	108.546	13	667.040	682.362	668.272	694.885
Títulos e valores mobiliários	4.2	—	161.070	—	161.070	14	1.453.750	1.499.136	1.488.326	1.522.892
Clientes	5	2.762.181	961.965	2.762.181	961.965	14	97.947	3.022	97.947	3.022
Remuneração das participações societárias	6	1.123.071	1.407.982	1.129.389	1.414.966	15	236.444	163.175	233.007	160.318
Ativo de contrato	31	117.586	71.278	117.586	71.278	20	1.860	1.778	1.860	1.778
Impostos e contribuições sociais	8	3.111.428	4.554.703	3.124.010	4.561.167	17	408.446	277.949	409.251	278.800
Outros	16	168.254	248.850	168.130	248.748	18	82.509	81.892	82.806	82.167
	10	290.363	360.632	291.872	360.690	19	14.776	12.640	14.776	12.640
		7.587.287	7.775.530	7.709.968	7.888.430	24	40.666	72.081	58.517	75.625
						3.897.571	3.304.754	3.948.895	3.342.846	
NÃO CIRCULANTE										
Realizável a longo prazo										
Caixa restrito	4	—	—	4.857	4.689	14	4.068.656	4.382.041	4.538.554	4.860.258
Clientes	6	263.295	272.583	263.295	272.583	14	1.257.225	1.258.446	1.257.225	1.258.446
Cauções e depósitos vinculados	21.3	937.689	901.131	937.696	901.137					
Adiantamento para futuro aumento de capital			—	1.541	—					
Ativo de contrato	8	21.253.224	17.372.758	21.370.408	17.483.202					
Concessões Indenizáveis – Geração	9	1.449.680	1.367.475	1.449.680	1.367.475					
Outros	10	132.567	125.179	159.789	151.598					
		24.036.455	20.040.667	24.185.725	20.182.225					
Investimentos	11	5.526.875	6.067.230	5.121.806	5.633.921					
Imobilizado	12	6.530.644	6.087.357	7.082.100	6.702.079					
Intangível	12.5	979.276	147.950	1.175.872	331.066					
		37.073.250	32.343.204	37.565.503	32.849.291					
TOTAL DO ATIVO		44.660.537	40.118.734	45.275.471	40.737.721					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (em milhares de reais)

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Nota	Controladora		Consolidado				
		31.12.2020 (Reclassifi- cado)	31.12.2021	31.12.2020 (Reclassifi- cado)	31.12.2021			
			31.12.2021		31.12.2020 (Reclassifi- cado)			
CUSTO OPERACIONAL								
CUSTO DE CONSTRUÇÃO								
LUCRO BRUTO								
RECEITA (DESPESAS) OPERACIONAIS								
EFEITO REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA								
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA								
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL								
RESULTADO FINANCEIRO								
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS								
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(1.102.185)	(1.287.377)	(1.102.859)	(1.288.351)			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(787.543)	(48.152)	(787.935)	(48.431)			
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO								
Parcela atribuída aos controladores		4.032.937	2.568.457	4.032.792	2.568.482			
Parcela atribuída aos acionistas não controladores		4.015.192	2.557.156	4.032.937	2.568.457			
Resultado líquido por ação (básico e diluído) (R\$)		17.745	11.301	(145)	25			
		0,060	0,038	0,060	0,038			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (em milhares de reais)

Lucro do exercício	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020 (Reclassifi- cado)	31.12.2021	31.12.2020 (Reclassifi- cado)	31.12.2021
			31.12.2021		31.12.2020 (Reclassifi- cado)
Outros resultados abrangentes:					
Ganho em benefícios pós-emprego		892.516	779.306	892.516	779.306
IRPJ e CSLL diferidos sobre resultado atuarial		(303.455)	(255.374)	(303.455)	(255.374)
Parcela atribuída aos controladores		4.621.998	3.092.389	4.621.853	3.092.414
Parcela atribuída aos não controladores		—	—	145	(25)
Total do resultado abrangente do exercício		4.621.998	3.092.389	4.621.998	3.092.389

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (em milhares de reais)

SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Reapresentado)	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Dividendo Adicional Proposto		Lucro (Prejuízo) Acumulado	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido Controladores	Patrimônio Líquido Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
31.12.2021	31.12.2020									
31.12.2021	31.12.2020 (Reclassifi- cado									

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2021	(Reclassifi-cado)	31.12.2020	(Reclassifi-cado)	Nota	31.12.2021	(Reclassifi-cado)	31.12.2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS									
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	16.5	5.922.665	3.903.986	5.923.586	3.905.264				
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:									
Depreciação e amortização	27	294.577	279.971	344.926	280.017				
Variações monetárias/cambiais líquidas	29	6.095	(9.127)	6.895	(9.123)				
Encargos financeiros	29	420.685	403.879	480.038	422.363				
Receita de ativo contratual de transmissão	26	(4.213.700)	(2.750.163)	(4.238.572)	(2.762.824)				
Receita de construção	26	(847.009)	(291.738)	(847.009)	(291.738)				
Remensurações regulatórias - contratos de transmissão	8	(1.364.564)	(2.104.182)	(1.364.564)	(2.104.182)				
Ganhos com repactuação do risco hidrológico	27.1	(864.086)	—	(864.086)	—				
Resultado da equivalência patrimonial	11.2	367.569	322.766	321.945	254.618				
Provisão (reversão) para passiva a descoberto	11.3	705.864	—	705.864	—				
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	28	104.469	(25.673)	104.469	(25.673)				
Provisão para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis	28	372.319	499.056	372.319	499.056				
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável de ativos	28	(272.494)	(294.422)	(267.332)	(223.812)				
Provisão contrato oneroso	28	54.801	2.846	54.801	2.846				
Reversão de provisão para incentivo ao desligamento de pessoal		—	(7.078)	—	(7.078)				
Provisão (reversão) para perda com investimentos	28	(137.842)	297.913	(137.842)	297.913				
Provisão para perda de depósitos judiciais	28	46.409	53.897	46.409	53.897				
Provisão para PAES - crédito tributário	28	—	29.019	—	29.019				
Provisão GAG Melhoria	28	16.183	70.479	16.183	70.479				
Baixa de investimentos	28	29.283	9.796	29.283	9.796				
Baixa de imobilizado	12.1	1.617	161	10.005	161				
Baixa (reversão) do intangível	12.5	—	—	(10.697)	—				
Baixa de financiamento - dação em pagamento	28	—	(25.042)	—	(25.042)				
Resultado atuarial - benefícios pós-emprego	28	18.665	81.011	18.665	81.011				
Participação dos não controladores		—	—	145	(25)				
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais		661.506	447.355	705.431	456.943				
Cientes		342.791	(255.654)	343.456	(250.127)				
Cauções e depósitos vinculados	21	(27.542)	(29.415)	(27.543)	(29.414)				
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	7	—	10.458	—	10.458				
Tributos a recuperar		309.021	12.829	309.043	15.201				
Créditos com fornecedores	10	(66.553)	66.496	(66.552)	66.496				
Despesas pagas antecipadamente	10	7.475	(18.275)	7.475	(18.275)				
Contas a receber – CIEN		—	134.284	—	134.284				
Desativações e alienações em curso	10	58.562	(46.146)	58.562	(46.146)				
Outros		58.903	(16.362)	60.638	(34.866)				
		682.657	(141.785)	685.079	(152.389)				
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais									
Fornecedores						53.055	208.921	41.764	202.327
Encargos setoriais						(81.220)	(65.705)	(81.198)	(65.921)
Obrigações estimadas	17					130.498	49.803	130.452	49.881
Tributos a recolher						(101.390)	(18.988)	(102.280)	(22.455)
Arrendamento mercantil						—	—	—	53.798
Convênio Itaipu - revitalização de ativos						—	161.070	—	161.070
Credores diversos	24					(33.979)	—	(33.979)	—
Outros						(15.023)	4.062	(11.620)	12.102
						(48.059)	339.163	(56.861)	390.802
Caixa proveniente aplicado nas atividades operacionais									
Recebimento de ativo contratual de transmissão	8					3.905.878	4.163.147	3.917.892	4.174.036
Recebimentos de encargos financeiros						23.622	24.554	23.622	24.554
Pagamento à entidade de previdência complementar - dívida (FRG)						(14.553)	(13.401)	(14.553)	(13.401)
Pagamento à entidade de previdência complementar - Plano BD/CD						(91.212)	(90.370)	(91.212)	(90.370)
Pagamento de encargos financeiros						(365.571)	(351.200)	(425.696)	(360.021)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social						(1.340.758)	(1.770.915)	(1.340.758)	(1.770.915)
Pagamento de refinanciamento de impostos e contribuições - principal						(29.324)	(26.692)	(29.324)	(26.692)
Pagamento pelo uso do bem público						(2.674)	(2.547)	(2.674)	(2.547)
						2.085.408	1.932.576	2.037.297	1.934.644
						3.381.512	2.577.309	3.370.946	2.630.000
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais									
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO									
Aquisição de ativo imobilizado	12.1					(407.405)	(367.440)	(407.430)	(484.715)
Aquisição de ativo intangível	12.5					(4.074)	(3.935)	(9.379)	(61.332)
Aquisição/aporte de capital em participações societárias						(51.718)	(53.924)	(54.933)	(53.924)
(Aumento) redução de caixa com uso restrito	4.2					—	(161.070)	(168)	(165.759)
Concessão de adiantamento para futuro aumento de capital	11.2					(20.600)	(22.000)	—	—
Recebimento de empréstimos e financiamentos						8.327	2.914	8.327	2.914
Recebimento de remuneração de investimentos e participações societárias						361.580	301.789	361.580	301.789
Aplicação em títulos e valores mobiliários						(1.573.229)	(240.593)	(1.573.229)	(240.593)
Outros						(15.183)	(5.557)	(13.271)	(5.557)
						(1.702.302)	(549.816)	(1.688.503)	(707.177)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento									
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO									
Adiantamento para futuro aumento de capital						—	—	266	(396)
Emissão de debêntures	14.3					—	800.000	—	800.000
Emprestimos e financiamentos obtidos	14.3					1.606.057	420.000	1.606.057	561.595
Amortização de arrendamento mercantil						(21.526)	(21.409)	(21.526)	(21.409)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal									

1.3 Jornada EESG - Economic, Environmental, Social and Governance

Furnas vem adotando práticas sustentáveis e inovadoras desde a sua fundação, há quase 60 anos. A Empresa contribui substancialmente para fazer a Matriz Elétrica Brasileira ser uma das mais limpas do mundo, dispondo de uma capacidade instalada formada por 97% de fontes de baixa emissão de carbono. Há 16 anos Furnas é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, maior iniciativa universal de sustentabilidade empresarial, e prioriza 9 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Agenda 2030, tendo o seu compromisso reconhecido como case de sucesso pela Rede Brasil do Pacto Global.

Desde 2009 a Empresa emite anualmente seu inventário de gases de efeito estufa, seguindo metodologia do Greenhouse Gas - GHG Protocol. A Companhia investe em uma comunicação cada vez mais clara e objetiva sobre os temas relativos à sustentabilidade e estrutura seu Framework de Sustentabilidade em quatro pilares: Pessoas, Planeta, Prosperidade e Governança, com base nas iniciativas métricas do Capitalismo dos Stakeholders, liderada pelo World Economic Forum. Além do relatório anual, que atende aos padrões da Global Reporting Initiative - GRI e às diretrizes do International Integrated Reporting Council - IIRC, a Eletrobras elabora dois novos documentos a partir da materialidade da Sustainability Accounting Standards Board (SASB) e das recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD).

A holding de Furnas, Eletrobras, é um dos membros fundadores da Global Alliance for Sustainable Energy, que reúne os maiores players globais em energia sustentável, com o objetivo de promover a sustentabilidade junto à cadeia de valor, em especial nos

temas EESG, nos princípios de economia circular e em modelos e soluções alinhados aos ODS da Agenda 2030. A holding, implementou o Canal da Sustentabilidade.

O Conselho de Administração aprovou, por meio do Plano Diretor de Negócios e Gestão, o Programa de Sustentabilidade 4.0, que é composto por 12 projetos ligados às dimensões social (Direitos Humanos e Alavancagem do Capital Humano), ambiental (Transição Energética, Meio Ambiente, Biodiversidade e Descarbonização dos Sistemas Isolados da Amazônia), de governança (Reputação e Engajamento, Gestão de Fornecedores, Aprimoramento de Práticas de Governança, EESG Risks e Agenda 2030) e econômico-financeira (Gestão Sustentável do Capital Financeiro, Certificação de Energia Limpa e Sustentável com a Indústria 4.0). O programa é resultado da análise de tendências e melhores práticas do mercado em relação à sustentabilidade empresarial.

Com relação a eventos climáticos a Empresa encontra-se exposta aos efeitos na hidrologia, o que pode impactar na capacidade de geração, no preço de energia e na necessidade de compra de energia por fontes mais onerosas como usinas térmicas. O Brasil tem sido afetado por reduções em seu nível hidrológico devido a alterações climáticas, sendo que os níveis dos reservatórios que se encontravam abaixo da média em 2021 foram parcialmente reestabelecidos com o período de chuvas. Até o momento essas alterações não trouxeram efeitos relevantes para a Empresa, sendo que em seus testes de impairment são estabelecidas condições de geração e preço compatíveis com os atuais níveis hidrológico e com os correspondentes reflexos nas tarifas e custos de energia. A Empresa continuará monitorando o impacto desses efeitos nas suas demonstrações financeiras.

NOTA 2 – CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

Furnas detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, cujas principais características são listadas a seguir:

2.1 Geração de Energia Elétrica

A matriz de geração é composta por aproximadamente 97% de energia de fontes renováveis. São 28 usinas em operação, cujas concessões são 100% de Furnas, ou em parceria com a iniciativa privada, ou em regime de Sociedade de Propósito Específico (SPE), ou designada temporariamente, e que contam com 18.266,57MW (*) de potência instalada total em operação, das quais:

Geração em Operação							
Usina	Rio/Local	Potência Instalada (MW) ⁽¹⁾ (*)	Garantia Física (MW médio) (*)	Data da Concessão Original	Data de Vencimento	Data de Vencimento Renovado ⁽¹¹⁾	Data estendida GSF ⁽¹²⁾
Hidrelétricas							
Batalha	São Marcos	52,5	48,8	15.08.2006	14.08.2041	–	10.04.2043
Corumbá I ⁽⁸⁾	Corumbá	375	217,4	05.10.1981 e 29.11.1984	29.11.2014	31.12.2042	03.02.2043
Funil ⁽⁸⁾	Paraíba do Sul	216	115	16.06.1961 e 10.03.1967	07.07.2015	31.12.2042	06.02.2043
Furnas ⁽⁸⁾	Grande	1.216	582	26.07.1957	07.07.2015	31.12.2042	02.02.2043
Itumbiara ⁽¹³⁾	Paranaíba	2.082	948,9	26.02.1970	21.03.2020 ⁽⁷⁾	26.02.2050	26.03.2058
Luiz Carlos Barreto de Carvalho ⁽⁸⁾	Grande	1.050	495,4	18.06.1962	07.07.2015	31.12.2042	03.02.2043
Marimbondo ⁽⁹⁾	Grande	1.440	689,7	03.03.1967	07.03.2017	31.12.2042	06.02.2043
Mascarenhas de Moraes ⁽⁸⁾	Grande	476	289,5	31.10.1973	29.01.2024 ⁽⁶⁾	–	29.01.2025
Porto Colombia ⁽⁸⁾	Grande	320	186	11.03.1967 e 20.08.1968	16.03.2017	31.12.2042	03.02.2043
Simplicio/Anta ⁽³⁾	Paraíba do Sul	333,7	191,3	15.08.2006	14.08.2041	–	30.12.2043
Hidrelétricas Compartilhadas (Parceria)							
Manso ⁽⁸⁾	Manso	210	87,8	10.02.2000	09.02.2035	–	10.09.2037
Serra da Mesa ⁽⁸⁾	Tocantins	1.275	637,5	06.05.1981 e 12.11.2004	30.09.2040 ⁽²⁾	–	10.05.2046
Termelétricas							
Campos (Roberto Silveira) ⁽¹⁰⁾	Campos dos Goytacazes	25	20,9	27.07.2007	27.07.2027	–	–
São Gonçalo (fora de operação)	São Gonçalo	–	–	12.01.1953 e 14.07.1977	Prorrogação negada ⁽⁸⁾	–	–
Santa Cruz ⁽⁴⁾	Rio de Janeiro	500	401,2	22.08.1963 e 10.03.1967	07.07.2015 ⁽⁹⁾	–	–

(1) Potência homologada pela Aneel;

(2) Referia-se ao 2º Termo aditivo ao contrato nº 005/2004, assinado em 26 de maio de 2017. (REA 6055/2016);

(3) Usina de Simplicio, com capacidade instalada de 305,70 MW(*) e garantia física de 175,4 MW(*); PCH Anta com capacidade instalada de 28 MW e garantia física de 15,90 MW(*);

(4) A potência de 500 MW(*) exclui as UGCs 3 e 4, cuja operação comercial se encontra suspensa por tempo indeterminado, conforme Despacho Aneel nº 3.263, de 19 de outubro de 2012. Inclui, todavia, a potência de 150 MW(*) ainda não disponível devido ao atraso nas obras de expansão da usina, ao final das quais as UGCs 11 e 21 funcionarão em ciclo combinado com as UGCs 1 e 2. A garantia física de 401,2 MW(*) é relativa à potência instalada de 500 MW(*);

(5) Prorrogação negada por meio da Portaria MME nº 245, de 20 de abril de 2012, antes, portanto, da edição da MP 579, em setembro do mesmo ano;

(6) 3º Termo aditivo ao contrato nº 004/2004, assinado em 26 de maio de 2017. (REA 6054/2016);

(7) Por meio do Despacho GM/MME, de 13 de dezembro de 2021, o Ministério de Minas e Energia (MME) deferiu, nos termos do art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e do art. 10 da Lei nº 13.182, de 3 de novembro de 2015, o pedido de prorrogação do prazo do Contrato de Concessão nº 04/2004/ANEEL da UHE Itumbiara pelo prazo de trinta anos, contado a partir de 27 de fevereiro de 2020;

(8) A Portaria MME Nº 178, de 3/05/2017, revisou os valores de garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas Despachadas Centralizada no SIN, com validade a partir de 1º de janeiro de 2018;

(9) Solicitada à Aneel prorrogação da concessão nos termos do requerimento REQ.GCO_P27.2013, de 05.07.2013 cujas condições seguem vigentes;

(10) A UTE Roberto Silveira (Campos) encontra-se fora da operação comercial, conforme consta no Despacho ANEEL 708/2019. Potência instalada de 25,00 MW conforme despacho ANEEL 484/2016;

(11) Segundo a Lei nº 12.783/2013;

(12) O prazo está contemplando a extensão de outorga decorrente da repactuação do risco hidrológico (Lei nº 14.052/2020), homologada pelas Resoluções ANEEL 2.919/2021 e 2.932/2021. O aditamento do contrato de concessão, já com o novo prazo, será assinado tão logo os trâmites administrativos na ANEEL forem concluídos;

(13) Garantia física alterada conforme publicado na Portaria SPE/MME nº 1.102 de 08/12/2021.

(*) Informação não auditada

Furnas foi designada como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica por meio da Usina Hidrelétrica Jaguari, com 27,60 MW(*) de potência instalada, a partir de 1º de janeiro de 2021, até a assunção do concessionário vencedor da licitação da Usina, conforme Portaria nº 409, de 13 de novembro de 2020, do Ministério de Minas e Energia (MME).

Ainda no segmento de geração de energia, Furnas participa em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) detentoras de empreendimentos de geração, cujo detalhamento apresentamos a seguir:

Empreendimento	Local	Potência Instalada (MW) ⁽¹⁾ (*)	Garantia Física (MW médio) (*)	Data da Concessão ou Outorga	Data de Vencimento
Hidrelétricas em Operação					
Baguari ⁽⁶⁾	Doce	140	84,7	15.08.2006	14.08.2041
Foz do Chapecó ⁽⁶⁾	Uruguai	855	427,2	07.11.2001	06.11.2036
Peixe Angical ⁽⁶⁾	Tocantins	498,75	280,5	07.11.2001	06.11.2036
Retiro Baixo ⁽⁵⁾	Paraopeba	82	36,6	15.08.2006	14.08.2041
Santo Antônio ^{(7) (10)}	Madeira	3.568,30	2.424,20	13.06.2008	12.06.2043
São Manoel ⁽⁹⁾	Teles Pires	735,84	430,4	10.04.2014	09.04.2049
Serra do Facão ^{(5) (14)}	São Marcos	212,58	178,8	07.11.2001	06.11.2036
Teles Pires ⁽¹³⁾	Teles Pires	1.819,80	939,4	07.06.2011	06.06.2046
Hidrelétricas em Operação - Regime de Cotas					
Três Irmãos	Tietê	807,5	217,5	10.10.2014	09.10.2044
Empreendimento Suspenso					
Inambari ⁽²⁾	AM/Peru	2.200,00	-	-	-
Complexos Eólicos - Brasil Ventos Energia S.A.⁽⁸⁾					
Fortim - São Januário ⁽¹¹⁾	Fortim/CE	21	9,7	19.07.2012	18.07.2047
Fortim - Nossa Senhora de Fátima ⁽¹¹⁾	Fortim/CE	30	13,6	10.08.2012	09.08.2047
Fortim - Jandaia ⁽¹¹⁾	Fortim/CE	27	14,1	10.08.2012	09.08.2047
Fortim - São Clemente ⁽¹¹⁾	Fortim/CE	21	10,2	26.07.2012	25.07.2047
Fortim - Jandaia I ⁽¹¹⁾	Fortim/CE	24	10,6	06.07.2012	05.07.2047
Famosa - Famosa I ⁽³⁾	Tibau/RN	-	-	-	-
Famosa - Pau Brasil ⁽³⁾	Icapuí/CE	-	-	-	-
Famosa - Rosada ⁽³⁾	Tibau/RN	-	-	-	-
Famosa - São Paulo					

2.2.2 Empreendimentos de transmissão em regime de SPE

Investida	km ⁽¹⁾ (*)	Capacidade de Transformação (MVA)*	Data da Concessão ou Outorga	Prazo da Concessão ou Outorga
Baguari Energia	2,57	—	15.08.2006	35 anos
Belo Monte Transmissora de Energia	4.264,84 ⁽²⁾⁽³⁾	9.412,80	16.06.2014	30 anos
Brasil Ventos Energia - Fortim	68,76	140	26.07.2012	35 anos
Caldas Novas Transmissão	—	150,00	16.06.2011	30 anos
Empresa de Energia São Manoel	40,00	780	10.04.2014	35 anos
Chapecoense Geração	5,83	—	07.11.2001	35 anos
Enerpeixe	20,00	525	07.11.2001	35 anos
Goiás Transmissão	478,55	1.600,00	12.07.2010	30 anos
Interligação Elétrica do Madeira	4.858,96 ⁽²⁾⁽³⁾	7.440,00	26.02.2009	30 anos
Lago Azul Transmissão	69,34	—	14.05.2014	30 anos
Madeira Energia	95,25	4.130,00	13.06.2008	35 anos
Mata de Santa Genebra Transmissão	886,45	3.600,00	14.05.2014	30 anos
MGE Transmissão	269,75	1.800,00	12.07.2010	30 anos
Paranaíba Transmissora de Energia	953,30	—	02.05.2013	30 anos
Retiro Baixo Energética	45,06	100	15.08.2006	35 anos
Serra da Fáçao Energia	65,60	237	07.11.2001	35 anos
Teles Pires Participações	18,60	2.025,00	07.06.2011	35 anos
Transenergia Goiás	186,98	—	19.11.2009	30 anos
Transenergia Renovável	707,60	975,00	23.04.2009	30 anos+ 399 dias ⁽⁴⁾
Transenergia São Paulo	—	1.200,00	19.11.2009	30 anos
Triângulo Mineiro Transmissora	298,43	—	14.08.2013	30 anos
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia	163,40	1.080,00	09.10.2013	30 anos

⁽¹⁾ Valores aproximados;⁽²⁾ Para as linhas de transmissão em corrente contínua de SPE foi alterada a premissa de contabilização da extensão de rede, de forma a alinhar com as premissas adotadas pelo Ministério de Minas e Energia. Nesses casos, Furnas passou a considerar a extensão por polo, e não mais por trecho, como era relatado anteriormente;⁽³⁾ A extensão total das linhas de transmissão em corrente contínua inclui a extensão das Linhas de Eletrodo e;⁽⁴⁾ A SPE obteve recomposição do prazo de concessão em 399 dias, conforme Despacho nº 1.355/2021.⁽⁵⁾ A participação acionária de Furnas em Transenergia Goiás S.A. (TGO) aumentou para 100%, devido à compra das ações da J. Malucelli, em 05/02/2021.

(*) Informação não auditada.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão elencadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Empresa compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e as disposições contidas na legislação societária brasileira. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenás essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Empresa.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais a Empresa optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Nas demonstrações financeiras individuais, as demonstrações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto, assim como das coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidas pelo seu valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da Empresa no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para as demonstrações financeiras consolidadas as controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é detido pela Empresa e a consolidação é interrompida a partir da data em que a Empresa deixa de ter o controle.

As demonstrações financeiras da Empresa apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente e em conformidade com as normas internacionais. A revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 do CPC (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, o CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas demonstrações separadas da investidora, eliminando essa diferença, até então existente, entre a legislação brasileira e a normal internacional. Já para os investimentos em empreendimentos onde a Empresa detém o controle, as demonstrações financeiras dessas controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que se obtém o controle até a data em que o controle deixa de existir.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de alguns ativos e passivos não circulares e instrumentos financeiros provenientes de suas investidas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação destas demonstrações financeiras envolve o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis de Furnas e suas investidas em conjunto. Sendo assim, aquelas áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3.3.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o Real, moeda do principal ambiente econômico onde a Empresa atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

3.2 Práticas e políticas contábeis

As práticas e políticas contábeis relacionadas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Empresa e suas investidas em suas demonstrações financeiras.

3.2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem informações de Furnas e das controladas Transenergia Goiás S.A. e Brasil Ventos Energia S.A., considerando as participações descritas na Nota 9.1.

As transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

a) Controladas

O controle é determinado quando a entidade está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com outra entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Empresa e de suas controladas.

Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas entre as controladas da Empresa são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

(c) Controladas em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

3.2.2 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e à gestão de caixa da Empresa.

3.2.3 Caixa restrito

O caixa restrito é composto por aplicações financeiras mensuradas ao valor justo, sendo os recursos arrecadados pelos respectivos fundos que são utilizados exclusivamente para atender às suas disposições regulamentares não estando disponíveis para a Empresa.

3.2.4 Contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias

São decorrentes da venda de energia, da disponibilização do sistema de transmissão, de serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

3.2.5 Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

São estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que não há perspectiva de realização dos valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

As perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa são calculadas com base em análise confiável e no histórico de inadimplência, sendo estas deduzidas das receitas de contratos com clientes já no reconhecimento inicial (inclusive títulos a vencer), e não mais em momento em que tais perdas sejam prováveis, obedecendo o critério de perda esperada a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que toma como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro em conjunto com os critérios discriminados nos itens anteriores.

3.2.6 Cauções e depósitos vinculados

As cauções e depósitos vinculados, referentes a garantias prestadas, estão auferidos até a data do balanço e registrados ao custo histórico, acrescidos dos respectivos rendimentos.

3.2.7 Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado, classificados no Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante, representam itens para uso próprio e investimento e estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos de estimativa para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, há três principais categorias de classificação para os ativos financeiros, a saber: Custo amortizado (CA), instrumento patrimonial mensurado ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Tais classificações, bem como suas mensurações são baseadas, em duas condições: (i) no modelo de negócios da Empresa no qual o ativo é mantido; e (ii) nas características de fluxo de caixa contratual do referido ativo financeiro.

Em resumo, os modelos de negócios são divididos em três categorias, conforme apresentados a seguir:

Modelo	Contexto
1 Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais	Os que apresentam como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais, compostos somente de principal e juros, e cujo objetivo é de carregar esse instrumento até o seu vencimento. As vendas são incidentais a este objetivo e espera-se que sejam insignificantes ou pouco frequentes.
2 Manter tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros	Aqueles que demonstram como característica a coleta de fluxos de caixa contratuais de principal e juros e a venda destes ativos, e cujo objetivo é de vendê-los antes do seu vencimento.
3 Demais Modelos de Negócio para os instrumentos financeiros	Aqueles que não se enquadram em nenhum dos dois modelos anteriores.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se às categorias de classificação e mensuração dos ativos financeiros, conforme definições abaixo:

Classificação e Mensuração - CPC 48	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A tabela que demonstra as categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros encontra-se na Nota 30.1.

3.2.9 Investimentos

Furnas possui participações em Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs), sob controle compartilhado com outros acionistas. Todos têm o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer o controle individual.

Os resultados dessas SPEs são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial. Quando a participação da Empresa nas perdas acumuladas das investidas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Empresa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou realizado pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada no passivo.

Quando necessário, as políticas contábeis das empresas investidas são ajustadas para garantir consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisões para perdas, quando aplicável.

3.2.10 Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é reconhecida com base

3.2.15 Impostos diferidos

O IR e CSSL diferidos (impostos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se os critérios definidos pela regra fiscal forem atendidos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponde a itens registrados em outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

3.2.16 Benefícios a empregados

A Empresa é patrocinadora de fundo de pensão em que os planos são financiados por pagamentos a fundos fiduciários, determinados por cálculos atuariais periódicos. Existem planos de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD).

Em geral, os planos de BD estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como: idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação ao plano de pensão da BD, é o valor presente da obrigação de BD na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos.

A obrigação de BD é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de BD é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação de plano de pensão. Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Um plano de CD é um plano de pensão segundo o qual são feitas contribuições fixas a uma entidade separada. Para a empresa, não existem obrigações legais nem constitutivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período correto e anterior.

Com relação ao plano de CD, são feitas contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. Não há nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso, em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros, estiver disponível.

Furnas possui outros benefícios pós-emprego relacionados com seguro de vida e plano de saúde que também foram determinados atuarialmente e que se encontram provisionados.

A Empresa contabiliza os ganhos e perdas atuariais reconhecendo-os de forma integral na rubrica outros resultados abrangentes (ORA) no Patrimônio Líquido (PL), conforme previsto no CPC 33 (R1)/IAS 19 – Benefícios a empregados, líquido dos efeitos tributários.

3.2.17 Remuneração aos acionistas

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre capital próprio (JCP), baseados nos limites definidos em lei.

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 e ICPC 08 (R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos, e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Empresa estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, e após as devidas destinações legais, a Empresa registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no passivo circulante e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Os lucros não destinados deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos da Lei nº 10.303/2001.

3.2.18 Reconhecimento de receita

O CPC 47/IFRS 15 estabeleceu um novo conceito para o reconhecimento de receita, substituindo o CPC 30/IAS 18 Receita, o CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas a partir de 1º de Janeiro de 2018.

A norma estabelece um modelo de cinco etapas, sendo elas:

- identificação do contrato;
- identificação das obrigações de desempenho;
- determinação do preço da transação;
- alocação do preço de transação; e
- reconhecimento da receita, para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor.

O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

- a) com o passar do tempo, de uma forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou
- b) em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

Os contratos de concessão de transmissão foram considerados como ativos contratuais e registrados de acordo com a norma CPC 47/IFRS 15.

3.2.19 Ativo de Contrato de Transmissão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia elétrica até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir, e (ii) manter e operar a infraestrutura.

Ao cumprir essas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e, em contrapartida, recebe a Receita Anual Permitida (RAP) durante a vigência do contrato. A RAP recebida no exercício remunera a atividade de operação e manutenção e amortiza os investimentos feitos na infraestrutura de transmissão. Quando previsto no contrato de concessão, a transmissora tem direito ao recebimento de indenização decorrente de eventuais investimentos não depreciados/amortizados ao final do contrato.

O direito de recebimento das contraprestações (RAPs) originadas pela execução das atividades de construção, operação e manutenção não dependem somente da passagem do tempo, mas sim da disponibilização completa da estrutura de transmissão, como mencionado anteriormente, com isso, as contraprestações da transmissão da Empresa são classificadas como ativos contratuais.

As principais premissas para mensuração do ativo contratual da transmissão seguem abaixo sumarizadas:

- Receita (RAP) prevista;
- Taxa de depreciação considerada no contrato de concessão;
- Provisão de indenização de eventual saldo residual após o encerramento do prazo contratual da concessão;
- Projeção de custos de construção;
- Projeção de custos de operação e manutenção;
- Taxa de desconto implícita, obtida após a projeção do fluxo de construção, operação e manutenção, a precificação das margens e a projeção do fluxo de recebíveis (RAPs + Indenização) no momento da celebração contratual;
- Identificação das margens. As margens identificadas refletem a estratégia definida pela Empresa para cada concessão, e variam em função de vários fatores de negócio; e
- Parcela variável (PV) utilizada como critério de risco na formação das margens consideradas na precificação das atividades de construção, operação e manutenção.

3.2.20 Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação.

Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira, por sua vez, devem ser convertidos utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado, no período em que ocorrerem, exceto:

- variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionada a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e
- variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar, com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em ORA e reclassificadas do PL para o resultado da amortização de itens monetários.

3.2.21 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos imobilizados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são acrescidos ao custo de tais ativos até a data em que estesjam prontos para o uso.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos, ainda não gastos com o ativo, são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

3.2.22 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.2.23 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e segue as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e é apresentada como informação adicional.

3.2.24 Concessões a pagar

A Empresa, mediante suas concessões nas usinas de Simplicio, Batalha e na usina de Baguari (em consórcio), e por meio de suas investidas Cia Hidrelétrica Teles Pires, Chapecoense Geração S.A., Enerpeixe S.A., Retiro Baixo Energética S.A., Serra do Facão Energia S.A. e Madeira Energia S.A., possui ônus em seus contratos de concessão com a União para a utilização do bem público para a geração de energia.

3.3 Uso de julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração de Furnas deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da e suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Empresa pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em períodos futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, são apresentadas as principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração de Furnas e de suas controladas, a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios:

3.3.1 Ativo e passivo fiscais diferidos (nota 16)

O mesmo critério adotado para apuração e contabilização do IRPJ e da CSLL é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias foram realizadas, levando-se em consideração a capacidade de realização futura pela geração de lucros tributáveis.

O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar, ou não, o montante do ativo fiscal diferido.

3.3.2 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos de longa duração (nota 12.4)

A Administração da Empresa adota variáveis e premissas em testes de determinação de recuperação de ativos de longa duração para cálculo do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário.

Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência, na gestão do ativo (conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa), que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela ANEEL aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens em vigor.

Além disso, diversos eventos intrinsecamente incertos impactam no cálculo das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuros descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao final dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detida pela Empresa, em especial os valores de sua reversão ao final do prazo de concessão.

3.3.3 Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros (nota 21)

Furnas reconhece provisão para riscos com causas tributárias, cíveis, trabalhistas e outros. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Empresa revisa suas estimativas e premissas em bases trimestrais.

3.3.4 Obrigações atuariais (nota 19)

As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes. Os resultados reais futuros podem ser distintos das estimativas contábeis utilizadas nestas demonstrações financeiras, dadas as diferenças entre as variáveis, premissas e condições efetivamente verificadas e as utilizadas na época do julgamento.

3.3.5 Contabilização de contratos de concessão (nota 9)

Na contabilização dos contratos de concessão, a Empresa efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. Nesta avaliação, determina-se a forma de reconhecimento dos contratos, incluindo a taxa de desconto e as receitas de infraestrutura associadas.

3.4 Arrendamento**3.4.1 Contratos de arrendamento (leasing)**

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se ele é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

NOTA 5 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**5.1 Títulos e Valores Mobiliários**

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284/05, emitida pelo Banco Central do Brasil (BCB), a aplicação das disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da administração federal indireta, somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Brasil (BB) ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. Logo, a Empresa e suas Controladas aplicam suas disponibilidades em fundos extramercado lastreados em títulos públicos substancialmente de vencimento de longo prazo, cuja utilização contempla tanto o programa de investimento corporativo no curto prazo como também a manutenção do caixa operacional da Empresa.

Esta rubrica possui a seguinte composição:

Descriutivo	Controladora e Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Fundos de investimentos ⁽¹⁾	2.596.575	961.930
Notas do Tesouro Nacional – série P	35	35
Fundo de investimentos restrito ⁽²⁾	165.571	–
Total circulante	2.762.181	961.965

⁽¹⁾ Para fundo FESC, ver nota 5.2

⁽²⁾ Valor referente a recebimento do convênio entre Furnas e Itaipu para revitalização de equipamentos, registrados no BB Renda Fixa Curto Prazo Fluxo Automático FIC de FI.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor de R\$ 2.596.575 refere-se, principalmente, a aplicações em fundos de investimentos conforme demonstrados a seguir:

- a) R\$ 2.526.944 (R\$ 591.453 em 31.12.2020), registrados no BB Extramercado FAE Fundo de Investimento em Renda Fixa e BB Extramercado FAE 2 Fundo de Investimento em Renda Fixa; e
- b) R\$ 69.631 (R\$ 370.457 em 31.12.2020), registrados no Fundo de Investimento Caixa Extramercado Comum IRFM-1 Renda Fixa e Fundo de Investimento Caixa Extramercado VI IRF-M 1 Renda Fixa.

5.2 Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste (FESC)

Fundo setorial, criado pela MP nº 677/2015, convertida em Lei nº 13.182, de 03 de novembro de 2015, com o objetivo de prover recursos para suprir as empresas eletrointensivas do Centro-Oeste e do Sudeste. O FESC permite que Furnas negocie energia elétrica a preços competitivos com as indústrias de ferro/liga, de silício metálico, ou de magnésio, com ampliação dos investimentos em energia elétrica, especialmente nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Do total de fundos de investimentos, R\$ 554.123 (R\$ 253.731 em 31.12.2020) referem-se ao FESC, aplicado no BB Extramercado FAE 2.

NOTA 6 – CLIENTES

Descriutivo	Controladora				
	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Parcelamento	31.12.2021	31.12.2020
Usa da rede elétrica	426.905	21.088	9.806	457.799	691.847
Suprimento de energia	449.563	26.449	1.645	477.657	363.871
Energia de curto prazo	–	31.280	–	31.280	225.571
Consumidores industriais	107.577	–	100	107.677	121.612
Parcelamento	–	–	–	49.644	49.664
Serviços de engenharia	11.167	–	–	11.167	18.304
(-) PECLD (Nota 6.1)	–	(62)	(978)	(11.113)	(12.153)
Total circulante	995.212	78.755	10.573	38.531	1.123.071
Parcelamento	995.212	78.755	10.573	38.531	1.407.982
Comercialização de energia	–	–	759.506	759.506	693.511
Suprimento de energia	–	–	293.560	293.560	293.560
Usa da rede elétrica	–	–	9.548	9.548	9.548
(-) PECLD (Nota 6.1)	–	–	4.348	4.348	4.348
Total não circulante	–	–	(307.456)	(496.211)	(803.667)
Total	995.212	78.755	10.573	301.826	1.386.366
					1.680.565

Descriutivo	Consolidado				
	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Parcelamento	31.12.2021	31.12.2020
Usa da rede elétrica	433.223	21.088	9.806	464.117	698.831
Suprimento de energia	449.563	26.449	1.645	477.657	363.871
Energia de curto prazo	–	31.280	–	31.280	225.571
Consumidores industriais	107.577	–	100	107.677	121.612
Parcelamento	–	–	–	49.644	49.664
Serviços de engenharia	11.167	–	–	11.167	18.304
(-) PECLD (Nota 6.1)	–	(62)	(978)	(11.113)	(12.153)
Total circulante	1.001.530	78.755	10.573	38.531	1.129.389
Parcelamento	1.001.530	78.755	10.573	38.531	1.414.966
Comercialização de energia	–	–	759.506	759.506	693.511
Suprimento de energia	–	–	293.560	293.560	293.560
Usa da rede elétrica	–	–	9.548	9.548	9.548
(-) PECLD (Nota 6.1)	–	–	4.348	4.348	4.348
Total não circulante	–	–	(307.456)	(496.211)	(803.667)
Total	1.001.530	78.755	10.573	301.826	1.392.684
					1.687.549

6.1 Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

A Empresa e suas controladas constituem e mantêm provisões a partir de análise dos valores constantes das contas a receber vencidas e a vencer, analisando o histórico de perdas e a expectativa da Empresa com relação a perdas esperadas sobre os créditos, cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas esperadas na realização desses ativos a vencer e vencidos.

As movimentações na provisão nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são as seguintes:

Descriutivo	Controladora e Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
(Constituição)	(668.956)	(741.607)
Reversão	(86.388)	(76.357)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 e 2021	13.737	2.144
	(741.607)	(815.820)

O total provisionado em 31 de dezembro de 2021 monta R\$ 815.820 (R\$ 741.607 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$ 496.211 (R\$ 420.927 em 31 de dezembro de 2020) se referem à Companhia Energética de Goiás (CELG), atualmente Enel Distribuição Goiás, conforme descrito na nota 6.2.

6.2 Parcelamentos

Os parcelamentos são decorrentes de créditos de energia financiados com os seguintes intervenientes:

Descriutivo	Adição/ Ajuste	Provisão/mentos	Recebimento/monetária	Variação/monetária	Transferências de LP para CP	31.12.2021	
						31.12.2020	31.12.2021
CEA	12.530	518	–	(1.935)	–	11.113	
Eletronuclear	5.774	–	23.622	(30.014)	5.658	33.491	38.531
Total circulante	18.304	518	23.622	(31.949)	5.658	33.491	49.644
Celg D	420.927	–	8.474	–	66.810	–	496.211
Eletronuclear	272.583	–	–	–	24.203	(33.491)	263.295
Total não circulante	693.510	–	8.474	–	91.013	(33.491)	759.506
Total	711.814	518	32.096	(31.949)	96.671	–	809.150

NOTA 7 - RISCO HIDROLÓGICO**7.1 - Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)**

Em setembro 2020, foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação da Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados usinas estruturantes, relacionados à diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização e os valores da agregação efetiva de cada

11.1 Provisões para perdas em investimentos

A Empresa estima o valor recuperável de seus investimentos com base no método de equivalência patrimonial.

A premissa utilizada considera a melhor estimativa da Administração da Empresa sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos das SPEs. A principal premissa está descrita a seguir:

- Quando a participação da Empresa nas perdas acumuladas das investidas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Empresa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou realizado pagamentos em nome dessas sociedades. Nesses casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada no passivo.

O saldo das provisões para perda de investimentos é demonstrado a seguir:

	Descriutivo	Controladora e Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020
Empresa de Energia São Manoel		(177.516)	(197.467)
Mata de Santa Genebra		(73.868)	(124.623)
IE Madeira		(155.206)	(105.046)
Madeira Energia		–	(66.372)
Belo Monte Transmissora		–	(55.687)
Lago Azul Transmissão		(7.020)	(2.257)
Inambari Geração de Energia		(93)	(93)
Total		(413.703)	(551.545)

11.2 Mutação do investimento no período indicado:

Segue abaixo a movimentação dos investimentos mais relevantes da Empresa:

Controladas, Coligadas e Controladas em Conjunto	Saldo em	Capitalização de	Aumento/Redução	Ajustes de Exercícios	Dividendos e Juros	Equivalência	Provisão	Saldo em
	31.12.2020	AFAC/ AFAC (a)	de Capital	Anteriores (b)	sobre capital próprio	patrimonial	para Perda	31.12.2021
Brasil Ventos	309.990	20.600	–	–	–	(63.426)	–	267.164
Transenergia Goiás	129.144	–	1.304	–	–	16.471	–	146.919
Belo Monte Transmissora	829.732	–	–	1.095	(18.982)	79.924	55.687	947.456
IE Madeira	687.658	–	–	–	(66.461)	133.953	(50.160)	704.990
Teles Pires Participações	373.398	–	19.340	–	–	2.248	–	394.986
Mata de Santa Genebra	534.167	–	–	–	(13.559)	62.921	50.755	634.284
Chapecoense	373.740	–	–	–	(93.861)	174.380	–	454.259
Empresa de Energia São Manoel	434.379	–	–	–	–	(26.162)	19.951	428.168
Enerpeixe	265.711	–	–	–	1.725	(1.127)	–	266.309
Madeira Energia (vide nota 11.3.1.1)	906.289	–	–	–	–	(972.661)	66.372	–
Paranaíba	173.434	–	–	–	(5.732)	20.973	–	188.675
Triângulo Mineiro Transmissora	126.654	–	–	34.220	(3.920)	25.874	–	182.828
Goiás Transmissão	212.431	–	–	–	(79.724)	44.567	–	177.274
Retiro Baixo	157.183	1.225	–	–	–	(3.214)	13.532	168.726
MGE Transmissão	137.148	–	–	–	(7.332)	38.457	–	168.273
Transenergia Renovável	116.397	–	–	–	(33.401)	14.465	–	97.461
Vale do São Bartolomeu	64.019	–	–	–	–	15.387	–	79.406
Baguari Energia	68.700	–	–	–	(16.070)	15.167	–	67.797
Transenergia São Paulo	59.320	–	–	–	(27.621)	10.763	–	42.462
Caldas Novas Transmissão	12.516	–	–	13.551	(1.375)	5.789	–	30.481
Lago Azul Transmissão	32.461	–	–	478	(2.168)	3.060	(4.763)	29.068
Tijoá Participações e Investimentos	22.630	–	–	–	(33.827)	35.274	–	24.077
Serra do Facão (vide nota 11.3.2.1)	22.952	–	2.106	–	–	(17.159)	–	7.899
Centro de Soluções Estratégicas (vide nota 11.3.1.4)	784	–	–	–	(343)	(240)	–	201
Subtotal	6.050.837	21.825	22.750	49.344	(405.865)	(367.570)	137.842	5.509.163
Investimentos pelo custo de aquisição	16.393	–	1.319	–	–	–	–	17.712
Total	6.067.230	21.825	24.069	49.344	(405.865)	(367.570)	137.842	5.526.875

(a) O valor de AFAC está condicionado à aprovação do SEST para a integralização no capital da Brasil Ventos (R\$ 20.600). O AFAC de Retiro Baixo (R\$ 1.225) se refere a regularização contábil no saldo de investimento da SPE, sem efeito caixa.
 (b) Valores registrados em lucros/prejuízos acumulados referentes ao Refis na SPE Belo Monte (R\$ 1.095) e à participação de Furnas sobre os ajustes registrados no Patrimônio Líquido das SPEs transmissoras Triângulo Mineiro (R\$ 34.220), Caldas Novas (R\$ 13.551) e Lago Azul (R\$ 478) decorrentes da adequação do Ativo de Contrato conforme Ofício CVM 04/2020 dos exercícios de 2017, 2018 e 2019. A SPE Triângulo Mineiro efetuou a reapresentação dos saldos de 31 de dezembro de 2020 em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, e as demais em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Controladas, Coligadas e Controladas em Conjunto	Saldo em	Capitalização de	Aumento/Redução	Ajustes de Exercícios	Dividendos e Juros	Equivalência	Provisão	Saldo em
	31.12.2019	AFAC/ AFAC	de Capital	Anteriores	sobre capital próprio	patrimonial	para Perda	31.12.2020
Brasil Ventos	384.901	22.000	(6.427)	–	–	(90.484)	–	309.990
Transenergia Goiás	76.285	43.150	–	–	–	9.709	–	129.144
Madeira Energia	1.518.931	–	–	–	–	(622.438)	9.796	906.289
Belo Monte Transmissora	785.897	–	–	4.393	(17.124)	72.097	(15.531)	829.732
IE Madeira	783.528	–	–	–	(2.859)	12.035	(105.046)	687.658
Teles Pires Participações	376.921	–	14.245	–	–	(17.768)	–	373.398
Mata de Santa Genebra	570.803	–	39.322	–	–	48.665	(124.623)	534.167
Chapecoense	409.864	–	–	–	(148.310)	112.186	–	373.740
Empresa de Energia São Manoel	528.412	–	–	–	–	(25.260)	(68.773)	434.379
Enerpeixe	254.272	–	–	–	(35.175)	46.614	–	265.711
Paranaíba	153.725	–	–	–	(6.139)	25.848	–	173.434
Triângulo Mineiro Transmissora	112.865	–	–	–	(1.470)	15.259	–	126.654
Goiás Transmissão	204.859	–	–	–	(2.358)	9.930	–	212.431
Retiro Baixo	144.796	–	–	–	(3.858)	16.245	–	157.183
MGE Transmissão	139.176	–	–	–	–	(2.028)	–	137.148
Transenergia Renovável	116.471	–	–	–	(9.992)	9.918	–	116.397
Vale do São Bartolomeu	60.305	–	357	–	–	3.357	–	64.019
Baguari Energia	69.485	–	–	–	(9.388)	8.603	–	68.700
Transenergia São Paulo	54.797	–	–	–	(1.409)	5.932	–	59.320
Caldas Novas Transmissão	11.769	–	–	–	(231)	978	–	12.516
Lago Azul Transmissão	26.357	–	–	–	(2.179)	2.019	6.264	32.461
Tijoá Participações e Investimentos	13.191	–	–	–	(25.762)	35.201	–	22.630
Serra do Facão	21.892	–	–	–	–	1.060	–	22.952
Centro de Soluções Estratégicas	3.499	–	(1.697)	–	(574)	(444)	–	784
Energia Olímpica	1.244	–	(1.244)	–	–	–	–	–
Subtotal	6.824.245	65.150	44.556	4.393	(266.828)	(322.766)	(297.913)	6.050.837
Investimentos pelo custo de aquisição	17.315	–	1.319	–	–	–	–	

11.3 Resumo das informações dos principais empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Informações Financeiras	Chapacoense	Enerpeixe	Madeira Energia	IE Madeira	Principais Investidas				Demais Investidas	Total
					Serra do Facão	Teles Pires Participações	Belo Monte Transmissora	Total		
Caixa e equivalente de caixa	209.790	31.419	179.644	33	204.522	83.423	43.086	751.917	332.477	1.084.394
Outros ativos circulantes	281.247	104.699	748.095	362.179	56.788	123.923	289.347	1.966.278	807.472	2.773.750
Ativo financeiro, intangível e imobilizado	2.699.904	1.582.649	19.372.838	6.522.199	1.808.978	4.311.630	8.032.607	44.330.805	12.135.618	56.466.423
Outros ativos não circulantes	60.963	148.207	3.913.258	132.750	157.988	395.256	146.861	4.955.283	620.103	5.575.386
Total Ativo	3.251.904	1.866.974	24.213.835	7.017.161	2.228.276	4.914.232	8.511.901	52.004.283	13.895.670	65.899.953
Empréstimos e financiamentos (Circulantes)	137.959	116.566	657.478	251.667	-	147.926	439.287	1.750.883	387.401	2.138.284
Outros passivos circulantes	303.512	93.519	1.651.905	358.355	214.309	145.897	106.880	2.874.377	399.256	3.273.633
Empréstimos e financiamentos (Não Circulantes)	642.698	528.916	18.033.021	1.387.238	-	2.695.923	2.676.660	25.964.456	5.059.039	31.023.495
Outros passivos não circulantes	1.032.089	462.200	2.379.394	1.508.892	1.999.343	309.282	1.421.899	9.113.099	1.012.457	10.125.556
Patrimônio Líquido	1.135.646	665.773	1.492.037	3.511.009	14.624	1.615.204	3.867.175	12.301.468	7.037.517	19.338.985
Total Passivo	3.251.904	1.866.974	24.213.835	7.017.161	2.228.276	4.914.232	8.511.901	52.004.283	13.895.670	65.899.953

Informações Financeiras	Chapacoense	Enerpeixe	Madeira Energia	IE Madeira	Principais Investidas				Demais Investidas	Total
					Serra do Facão	Teles Pires Participações	Belo Monte Transmissora	Total		
Balanços Patrimoniais em 31.12.2021										
Caixa e equivalente de caixa	209.790	31.419	179.644	33	204.522	83.423	43.086	751.917	332.477	1.084.394
Outros ativos circulantes	281.247	104.699	748.095	362.179	56.788	123.923	289.347	1.966.278	807.472	2.773.750
(a)										
Ativo financeiro, intangível e imobilizado	2.699.904	1.582.649	19.372.838	6.522.199	1.808.978	4.311.630	8.032.607	44.330.805	12.135.618	56.466.423
Outros ativos não circulantes	60.963	148.207	3.913.258	132.750	157.988	395.256	146.861	4.955.283	620.103	5.575.386
Total Ativo	3.251.904	1.866.974	24.213.835	7.017.161	2.228.276	4.914.232	8.511.901	52.004.283	13.895.670	65.899.953
Demonstrações dos Resultados em 31.12.2021										
(+) Receita Líquida	1.068.277	421.390	3.757.969	920.715	384.502	833.258	896.974	8.283.085	1.941.719	10.224.804
(-) Custo da Operação	(168.460)	(275.559)	(2.291.671)	(32.251)	(105.510)	(625.440)	(82.719)	(3.581.610)	(650.204)	(4.231.814)
Lucro Bruto	899.817	145.831	1.466.298	888.464	278.992	207.818	814.255	4.701.475	1.291.515	5.992.990
(-) Despesas operacionais	(21.451)	(7.822)	(80.547)	(19.245)	(4.832)	(24.738)	(15.660)	(174.295)	(62.633)	(236.928)
(+) Receita financeira	18.592	13.791	265.048	25.551	(7.528)	7.913	16.000	339.367	38.949	378.316
(-) Despesa financeira	(240.055)	(182.455)	(3.475.505)	(185.910)	(321.643)	(155.012)	(324.403)	(4.884.983)	(565.293)	(5.450.276)
Lucro antes dos impostos	656.903	(30.655)	(1.824.706)	708.860	(55.011)	35.981	490.192	(18.436)	702.538	684.102
(-) Impostos sobre o lucro	(220.952)	27.838	1.812.320	(162.114)	23.236	(26.887)	(163.971)	1.289.470	(151.577)	1.137.893
Lucro Líquido (Prejuízo)	435.951	(2.817)	(12.386)	546.746	(31.775)	9.094	326.221	1.271.034	550.961	1.821.995
Outras informações:										
Depreciação e amortização	(162.453)	(65.004)	(869.997)	(5.336)	(44.024)	(170.817)	(805)	(1.318.436)	(131.282)	(1.449.718)

(a) Saldo composto, principalmente, pelos valores registrados nas seguintes investidas: São Manoel (R\$ 3.171.655), Mata de Santa Genebra (R\$ 3.017.404) e Paranaíba (R\$ 1.665.662).

Informações Financeiras	Chapacoense	Enerpeixe	Madeira Energia	IE Madeira	Principais Investidas				Demais Investidas	Total
					Serra do Facão	Teles Pires Participações	Belo Monte Transmissora	Total		
Balanços Patrimoniais em 31.12.2020										
Caixa e equivalente de caixa	122.643	297.446	262.620	31	5	159.315	45.182	887.242	517.393	1.404.635
Outros ativos circulantes	142.464	179.129	682.523	439.614	378.347	114.706	216.448	2.153.231	295.361	2.448.592
Ativo financeiro, intangível e imobilizado	2.568.432	1.631.862	19.316.488	6.091.110	1.595.958	4.496.217	7.765.476	43.465.543	(a) 11.643.631	55.109.174
Outros ativos não circulantes	56.550	126.955	2.053.498	108.496	149.982	422.158	134.610	3.052.249	664.401	3.716.650
Total Ativo	2.890.089	2.235.392	22.315.129	6.639.251	2.124.292	5.192.396	8.161.716	49.558.265	13.120.786	62.679.051
Demonstrações dos Resultados em 31.12.2020										
(+) Receita Líquida	935.862	303.132	3.200.238	595.799	402.091	792.973	833.619	7.063.714	1.714.546	8.778.260
(-) Custo da Operação	(300.255)	32.574	(2.719.299)	(158.691)	(130.330)	(666.993)	(84.733)	(4.028.227)	(840.574)	(4.

Cabe mencionar que os valores apresentados nas tabelas acima estão brutos da provisão para *impairment*. Informações sobre o *impairment* podem ser observadas em maiores detalhes na nota 12.4.

Controladora						
Descriutivo	Saldo em 31.12.2019	Adição / Constituição	Baixas / Reversões	Depreciação	Transferências	Saldo em 31.12.2020
Imobilizado em Serviço						
Terrenos	611.439	-	-	-	645	612.084
Barragens, reservatórios e adutoras	2.996.061	-	(85.033)	44.247	2.955.275	
Edificações, obras civis e benfeitorias	532.008	-	(39.795)	27.491	519.704	
Máquinas e equipamentos	2.145.135	-	(150) (111.100)	107.874	2.141.759	
Veículos	6.844	-	(3.923)	7.448	10.369	
Móveis e utensílios	4.255	-	(13) (663)	(103)	3.476	
Subtotal	6.295.742	-	(163) (240.514)	187.602	6.242.667	
Imobilizado em Curso						
Barragens, reservatórios e adutoras	116.600	32.891	-	(35.745)	113.746	
Edificações, obras civis e benfeitorias	34.524	9.445	-	(27.058)	16.911	
Material em depósito	63.680	16.528	-	-	80.208	
Máquinas e equipamentos	357.088	299.109	-	(109.917)	546.280	
Móveis e utensílios	10	164	-	(164)	10	
Outros	24.113	4.393	-	(9.590)	18.916	
Subtotal	596.015	362.530	-	(182.474)	776.071	
Direito de Uso						
Imobilizado em Serviço						
Máquinas e equipamentos	130.848	(18.840)	-	(14.737)	-	97.271
Subtotal	130.848	(18.840)	-	(14.737)	-	97.271
Provisão para valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	(1.014.458)	-	294.422	-	-	(720.036)
Obrigações especiais vinculadas à concessão	(308.616)	-	-	-	-	(308.616)
Imobilizado Total	5.699.531	343.690	294.259 (255.251)	5.128	6.087.357	

Consolidado						
Descriutivo	Saldo em 31.12.2019	Adição / Constituição	Baixas / Reversões	Depreciação	Transferências	Saldo em 31.12.2020
Imobilizado em Serviço						
Terrenos	611.439	-	-	645	612.084	
Barragens, reservatórios e adutoras	2.996.061	-	(85.033)	44.247	2.955.275	
Edificações, obras civis e benfeitorias	532.008	-	(39.795)	27.491	519.704	
Máquinas e equipamentos	2.145.166	-	(150) (111.100)	107.876	2.141.782	
Veículos	6.844	-	(3.923)	7.448	10.369	
Móveis e utensílios	4.649	-	(13) (681)	(303)	3.652	
Subtotal	6.296.167	-	(163) (240.542)	187.404	6.242.866	
Imobilizado em Curso						
Barragens, reservatórios e adutoras	116.600	32.891	-	(35.745)	113.746	
Edificações, obras civis e benfeitorias	34.396	9.573	-	(27.058)	16.911	
Material em depósito	67.567	12.641	-	-	80.208	
Máquinas e equipamentos	372.986	299.109	-	(110.283)	561.812	
Móveis e utensílios	12	554	-	(166)	400	
Outros	572.775	129.947	-	(13.935)	688.787	
Subtotal	1.164.336	484.715	-	(187.187)	1.461.864	
Direito de Uso						
Imobilizado em Serviço						
Máquinas e equipamentos	130.848	(18.840)	-	(14.737)	-	97.271
Subtotal	130.848	(18.840)	-	(14.737)	-	97.271
Provisão para valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	(1.015.118)	(70.610)	294.422	-	-	(791.306)
Obrigações especiais vinculadas à concessão	(308.616)	-	-	-	-	(308.616)
Imobilizado Total	6.267.617	395.265	294.259 (255.279)	217	6.702.079	

12.2 Composição do imobilizado, por macro atividade

Controladora						
Descriutivo	31.12.2021			31.12.2020		
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em Serviço						
Geração	2,13%	9.638.887	(3.916.608)	5.722.279	5.874.755	
Transmissão (a)	3,00%	257.226	(33.910)	223.316	232.978	
Administração	8,12%	684.802	(472.462)	212.340	232.198	
Comercialização	10,34%	1.130	(1.130)	-	7	
Subtotal	10.582.045	(4.424.110)	6.157.935	6.339.938		
Em curso						
Geração	-	855.671	-	855.671	577.281	
Transmissão (a)	-	232.039	-	232.039	182.388	
Administração	-	21.808	-	21.808	16.402	
Subtotal	1.109.518	-	1.109.518	776.071		
(-) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativos	(447.541)	-	(447.541)	(720.036)		
(-) Obrigações vinculadas à concessão (b)	(289.268)	-	(289.268)	(308.616)		
Imobilizado Líquido - Total	10.954.754	(4.424.110)	6.530.644	6.087.357		

Consolidado						
Descriutivo	31.12.2021			31.12.2020		
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em Serviço						
Geração	2,13%	10.291.067	(3.964.388)	6.326.679	5.874.755	
Transmissão (a)	3,00%	257.226	(33.910)	223.316	232.978	
Administração	8,12%	685.240	(472.748)	212.492	232.397	
Comercialização	10,34%	1.130	(1.130)	-	7	
Subtotal	11.234.663	(4.472.176)	6.762.487	6.340.137		
Em curso						
Geração	-	878.571	-	878.571	1.255.613	
Transmissão (a)	-	232.039	-	232.039	188.971	
Administração	-	21.808	-	21.808	17.280	
Subtotal	1.132.418	-	1.132.418	1.461.864		
(-) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativos	(523.537)	-	(523.537)	(791.306)		
(-) Obrigações vinculadas à concessão (b)	(289.268)	-	(289.268)	(308.616)		
Imobilizado Líquido - Total	11.554.276	(4.472.176)	7.082.100	6.702.079		

(a) Os valores expressos nas rub

Moeda Estrangeira

BID

Subtotal

Moeda Nacional

Eletrobras

Eletrobras

Eletrobras

BNDES

BNDES

BNDES

BNDES

BNDES

Banco do Brasil (Aditivo)

Banco do Brasil

Banco do Brasil

CEF

CEF

CEF - Finame

CEF - Finame

Bradesco

Itaú

Banco da Amazônia

Banco BTG

Santander

BBM

State Grid

Finep Sub A

Finep Sub B

Finep 2019

FIDC Imperium

Banco do Nordeste do Brasil (*)

Subtotal

Debêntures

1ª Emissão – Série 1

1ª Emissão – Série 2

Subtotal

Total

(*) As informações referentes ao Banco de Nordeste do Brasil referem-se aos empréstimos da empresa Brasil VENTOS que é consolidada de Furnas.

14.1.1 Debêntures

Furnas emitiu 1ª oferta de debênture em duas séries simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações. A primeira série

foi emitida em 20 de dezembro de 2019 com vencimento em 15 de novembro de 2024, e a segunda série foi emitida em fevereiro

de 2020 com vencimento em 15 de novembro de 2029.

14.2 Composição dos financiamentos, empréstimos e debêntures

O saldo do principal do endividamento não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Desritivo	Controladora			
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	2020
2022	1.143.492	42.127	1.185.619	1.244.711
2023	789.675	42.127	831.802	629.700
2024	702.872	42.127	744.999	318.058
2025	885.224	42.127	927.351	482.683
2026	565.170	42.127	607.297	447.638
2027	860.302	168.511	1.028.813	981.408
Após 2027	4.946.735	379.146	5.325.881	5.640.487
Total	4.946.735	379.146	5.325.881	5.640.487

Desritivo	Consolidado			
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	2020
2022	1.143.492	42.127	1.185.619	1.245.309
2023	803.419	42.127	845.546	661.177
2024	718.503	42.127	760.630	331.802
2025	902.259	42.127	944.386	498.044
2026	584.014	42.127	626.141	464.673
2027	1.264.946	168.511	1.433.457	1.381.027
Após 2027	5.416.633	379.146	5.795.779	6.118.704
Total	5.416.633	379.146	5.795.779	6.118.704

14.3 Mutação dos financiamentos, empréstimos e debêntures

Descritivo

Descritivo	Controladora	Consolidado	
		Moeda nacional	Moeda estrangeira
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.830.701	8.169.596	
Ingressos	1.220.001	1.361.596	
Encargos	339.147	369.451	
Variação monetária e cambial	188.558	188.558	
Capitalização de juros	28.608	28.608	
Amortizações – principal	(2.053.216)	(2.062.037)	
Amortizações – encargos	(360.020)	(360.020)	
Amortizações – dação em pagamento	(28.987)	(28.987)	
Custo de transação	(22.147)	(22.147)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.142.645	7.644.618	
Ingressos	1.606.057	1.606.057	
Encargos	394.620	457.845	
Variação monetária e cambial	194.833	194.833	
Amortizações – principal	(2.037.547)	(2.098.271)	
Amortizações – encargos	(425.696)	(425.696)	
Custo de transação	2.666	2.667	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.877.578	7.382.052	

As principais variações ocorridas no exercício de 2021, na mutação dos financiamentos, empréstimos e debêntures, estão compostas como segue:

- a) Ingressos (moeda nacional): acréscimo no valor de R\$ 1.606.057, referentes, principalmente à liberação de empréstimo realizado com: Banco Itaú S.A., no valor de R\$ 500.000 com vencimento em 04/08/2028; Banco Bradesco S.A., no valor de R\$ 300.000 com vencimento em 16/08/2028; Banco da Amazônia S.A., no valor de R\$ 200.000 com vencimento em 20/08/2026 e Banco do Brasil S.A., no valor de R\$ 600.000 com vencimento em 13/06/2028.
- b) Amortizações (moeda nacional e estrangeira): R\$ 2.523.968, referentes a: 1) R\$ 426.296 de pagamento de encargos; e 2) R\$ 2.097.672 de amortização de principal da dívida com BNDES, CEF, BB, Financiadoras de Estudos e Projetos – FINEP, Banco Santander, Banco BBM, State Grid Brazil Holding, Eletrobras e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

14.4 Cláusulas contratuais restritivas (Covenants)

A Empresa possui em seus contratos de financiamentos cláusulas restritivas (covenants financeiros), conforme abaixo:

Instituição Financeira	Nº do Contrato	Saldo Devedor	Condições Restritivas	Condição Atendida
BNDES	07.2.0953.1 (UHE Simplicio)	355.323	Índice de capitalização mínimo de FURNAS igual ou superior a 0,3	Sim
BNDES	10.2.0625.1 (UHE Batalha)	78.042	Índice de capitalização mínimo de ELETROBRAS igual ou superior a 0,3	Sim
BNDES	10.2.0046.1 (UHE Baguari)	19.839	Índice de capitalização mínimo de ELETROBRAS igual ou superior a 0,3	Sim
BTG Pactual	Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditorios	464.082	Índice de Cobertura Mínimo do faturamento Cedido igual ou superior a 1,5 do aporte mensal na Reserva (QMM)	Sim
BBI	Debêntures 1ª série	455.608	Div. Líquida/EBITDA ≤4 (ELETROBRAS e FURNAS)ANUAL	Sim
BBI	Debêntures 2ª série	919.045	Div. Líquida/EBITDA ≤4 (ELETROBRAS e FURNAS)ANUAL	Sim
BB	NCE BB – 600 MM	603.673	Div. Líquida/EBITDA ≤4 (FURNAS)	Sim
BRADESCO	CCB Bradesco 2021	301.409	Div. Líquida/EBITDA ≤4 (FURNAS)	Sim

14.5 Garantias

14.5.1 Garantias Corporativas

Empresa	Tipo	Descrição
	Garantia	Os contratos de empréstimo/financiamento celebrados por Furnas preveem garantias de diversas modalidades, condicionadas às negociações levadas a efeito junto às Instituições Financeiras e, concomitantemente, à Eletrobras. Dentre as modalidades, avulta-se: acesso a conta corrente por meio de procuração, nota promissória, seguro garantia ou fiança bancária, aval corporativo da Eletrobras, garantia do Tesouro Nacional e cessão fiduciária de direitos creditórios dos contratos de geração e/ou transmissão de energia.
Furnas	Covenant	Alguns contratos preveem o EBITDA suficiente para honrar com as obrigações assumidas nos respectivos instrumentos e outros a manutenção do indicador Patrimônio Líquido / Ativo Total maior ou igual a 0,3, ora no balanço de Furnas, ora no da Eletrobras, quando está se apresenta como interveniente garantidora da operação de crédito. Nas séries das debêntures emitidas por Furnas e em alguns contratos, consta na escritura a obrigação da Empresa de manter a relação Dívida Líquida/EBITDA ≤ 4.

14.5.2 Garantias das investidas de Furnas (SPEs)

Todas as garantias são na modalidade de fiança corporativa, ora apresentadas diretamente pela Eletrobras, ora por Furnas, com a anuência da Eletrobras e na qualidade de interveniente garantidora.

Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade	Participação da Controlada (%)	Devedor em 31/12/2021	Término da Garantia
UHE Santo Antônio	BNDES Direto Original	SPE	43,06%	1.960.620	17/09/2040
UHE Santo Antônio	BNDES Direto Suplementar	SPE	43,06%	642.970	17/09/2040
UHE Santo Antônio	BNDES Repasse Original	SPE	43,06%	2.078.378	17/09/2040
UHE Santo Antônio					

16.3 IRPJ e CSLL no resultado

O IR e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício. No entanto, quando estiverem relacionados a itens registrados em Outros Resultados Abrangentes (ORA) ou diretamente no Patrimônio Líquido (PL), os tributos acompanharão a base de registro e serão reconhecidos em ORA ou diretamente no PL.

A conciliação da apropriação das despesas de IR e CSLL com os valores revertidos de IR diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, estão a seguir demonstradas:

Descriutivo	Controladora				Consolidado				Controladora			
	31.12.2021	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	31.12.2020	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	31.12.2021	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	31.12.2020	IRPJ (25%)	CSLL (9%)
Lucro / Prejuízo antes dos impostos	5.922.667	5.922.667	3.903.986	3.903.986	5.923.586	5.923.586	3.905.264	3.905.264	3.905.264	3.905.264	3.905.264	3.905.264
Encargo dos impostos apurado com base nas alíquotas nominais	(1.480.667)	(533.040)	(975.997)	(351.359)	(1.480.897)	(533.123)	(976.316)	(351.474)				
Efeitos das adições e exclusões:												
Receita Financeira - Ativo de Contrato	(57.958)	(20.865)	166.597	59.975	(57.958)	(20.865)	166.597	59.975	59.975	59.975	59.975	59.975
Adições / Exclusões da Lei nº 12.973/2014 (2010/2014)	326.114	117.401	77.022	27.728	326.114	117.401	77.022	27.728	27.728	27.728	27.728	27.728
Ajustes 1ª adoção Lei nº 12.973/2014 (2010/2014)	(5.281)	(1.901)	(5.281)	(1.901)	(5.281)	(1.901)	(5.281)	(1.901)	(1.901)	(1.901)	(1.901)	(1.901)
Ajustes INRFB 1771/2017 CPC 47 – IFRS 15 e 16	76.617	27.582	(36.899)	(13.284)	76.617	27.582	(36.899)	(13.284)	(13.284)	(13.284)	(13.284)	(13.284)
Provisões operacionais	(351.356)	(126.488)	(260.343)	(93.723)	(351.356)	(126.487)	(351.356)	(126.487)	(126.487)	(126.487)	(126.487)	(126.487)
Equivalência patrimonial	(91.892)	(33.081)	(83.611)	(30.100)	(91.892)	(33.081)	(91.892)	(33.081)	(33.081)	(33.081)	(33.081)	(33.081)
Outros	13.243	12.957	10.241	3.412	13.243	12.957	10.241	3.412	3.412	3.412	3.412	3.412
Demais adições/exclusões	(14.194)	(5.109)	(6.162)	(2.218)	(14.194)	(5.109)	(6.162)	(2.218)	(2.218)	(2.218)	(2.218)	(2.218)
Constituição/Reversão de créditos tributários	(579.076)	(208.467)	(35.406)	(12.746)	(579.076)	(208.467)	(35.406)	(12.746)	(12.746)	(12.746)	(12.746)	(12.746)
Contrato Oneroso	(13.700)	(4.932)	(712)	(256)	(13.700)	(4.932)	(712)	(256)	(256)	(256)	(256)	(256)
Benefício pós emprego / Atuarial	(4.666)	(1.680)	(20.253)	(7.291)	(4.666)	(1.680)	(20.253)	(7.291)	(7.291)	(7.291)	(7.291)	(7.291)
Impairment / GAG Melhorias	64.078	23.068	55.986	20.155	64.078	23.068	55.986	20.155	20.155	20.155	20.155	20.155
SPEs	–	–	–	–	(475)	(475)	(475)	(475)	(475)	(475)	(475)	(475)
Incentivos Fiscais	17.196	–	7.253	–	17.196	–	7.253	–	7.253	–	7.253	–
JCP	158.066	56.904	127.680	45.964	158.066	56.904	127.680	45.964	45.964	45.964	45.964	45.964
Receita de Revisão de Ciclo Rap	341.141	122.811	–	–	341.141	122.811	–	–	–	–	–	–
Recup. custos-Repactuação Risco Hidrológico	211.358	76.089	–	–	211.358	76.089	–	–	–	–	–	–
Total	(1.390.977)	(498.751)	(979.885)	(355.644)	(1.391.682)	(499.112)	(980.713)	(356.069)				
Corrente	(811.901)	(290.284)	(944.479)	(342.898)	(812.353)	(290.506)	(945.127)	(343.224)				
Diferido	(579.076)	(208.467)	(35.406)	(12.746)	(579.329)	(208.606)	(35.586)	(12.845)				
Total	(1.390.977)	(498.751)	(979.885)	(355.644)	(1.391.682)	(499.112)	(980.713)	(356.069)				
Aliquota efetiva	23%	8%	25%	9%	23%	8%	25%	9%				
Total												
	(1.889.728)		(1.335.529)		(1.890.794)		(1.336.782)					

NOTA 17 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

Descriutivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Participações nos lucros (PLR)	160.546	113.135	160.546	113.135
Folha de pagamento	99.707	39.307	99.849	39.526
Provisões sobre férias	87.857	73.787	88.278	74.224
Encargos sobre férias	44.033	39.768	44.182	39.951
Provisão de 13º salário	9.406	5.207	9.406	5.210
Encargos sobre 13º salário	4.544	3.828	4.637	3.837
Outros	2.353	2.917	2.353	2.917
Total circulante	408.446	277.949	409.251	278.800

NOTA 18 – ENCARGOS SETORIAIS

Descriutivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	17.604	35.715	17.604	35.715
Quota para Reserva Global de Reversão (RGR)	45.811	32.401	45.845	32.471
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Recurso em poder da empresa	16.695	10.627	16.954	10.828
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)	2.399	3.149	2.403	3.153
Total circulante	82.509	81.892	82.806	82.167
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Projetos Próprios	189.887	254.456	189.887	254.456
Total não circulante	189.887	254.456	189.887	254.456
Total	272.396	336.348	272.693	336.623

NOTA 19 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Furnas possui contratos com a Fundação Real Grandeza (FRG) – fundo de pensão – para a concessão de benefícios pós-emprego aos seus funcionários, bem como contribui como patrocinadora desse Fundo.

O plano de benefício previdenciário normalmente expõe o Grupo a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

- Risco de investimento: O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em ações, instrumentos de dívida e imóveis. Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, o conselho do fundo de pensão considera apropriado que uma parcela razoável dos ativos do plano deva ser investida em ações e imóveis para alavancar o retorno gerado pelo fundo;
- Risco de taxa de juros: Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano;
- Risco de longevidade: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano;
- Risco de salário: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial para os benefícios previdenci

As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo da Fundação (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Empresa ajustou, a valor presente, esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação:

Controladora e Consolidado			
	Valor Original		Valor Atualizado
Usinas/Duração da concessão	Pagamento Anual	Saldo a pagar	Pagamento Anual
Batalha - 35 anos	249	5.318	345
Simplício - 35 anos	972	21.475	1.435
			31.697

NOTA 21 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Furnas é parte envolvida em diversas ações no âmbito administrativo e judiciário principalmente nas esferas tributária, trabalhista e cível. A Administração, de acordo com a Deliberação CVM nº 594/2009, que aprovou o CPC - 25 /IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Empresa em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas	Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Financeiras.

21.1 Provisões

Descriptivo	Controladora/Consolidado	
	30.12.2021	31.12.2020
Trabalhistas	829.091	880.315
Tributários	513.617	204.667
Regulatórios	422.392	348.727
Ambientais	29.491	36.052
Fundiários	187.534	153.290
Cíveis	428.157	414.913
Total não circulante	2.410.282	2.037.964

Estas provisões tiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a seguinte evolução:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	Controladora/Consolidado
	30.12.2020
Constituição de provisões	600.139
Reversão de provisões	(87.015)
Atualização monetária	11.441
Depósitos judiciais	(36.553)
Pagamentos	(115.694)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.410.282

A movimentação da constituição de provisões na Controladora e no Consolidado está relacionada à revisão de estimativas em razão da evolução de decisões na fase de execução e liquidação dos processos judiciais em sua maioria relacionados a causas trabalhistas, cíveis e regulatórios.

21.1.1 Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021 os processos trabalhistas somam R\$ 829.091 (R\$ 880.315 em 31 de dezembro de 2020). Destacamos o montante de R\$ 140.078 referente às ações movidas por funcionários aposentados que pleiteiam o recebimento do seu complemento de aposentadoria, o montante de R\$ 106.877 referente à demanda de trabalhadores pelo pagamento do adicional de periculosidade em suposta desconformidade com a súmula 191 do TST (Tribunal Superior do Trabalho), e o montante de R\$ 15.762 referente a demanda de ex-trabalhadores terceirizados que sustentam ser Furnas responsável de forma subsidiária pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas do seu empregador.

Os demais valores provisionados neste grupo são decorrentes de reclamações vinculadas, principalmente, a: (i) disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias, bem como a outros itens amparados pela legislação trabalhista brasileira que o reclamante julga ter direito, ou, mesmo tendo recebido o direito, julgou que foi por valor diverso do que deveria; e (ii) complementação de aposentadoria equiparada à remuneração dos empregados ativos.

21.1.2 Tributários

Em 31 de dezembro de 2021 os processos tributários prováveis somam R\$ 513.617 (R\$ 204.667 em 31 de dezembro de 2020).

Destacamos a mudança de prognóstico de possível para provável, do processo nº 5011315-38.2018.4.02.5101, no valor atual de R\$ 181.015. Trata-se de ação anulatória que visa a desconstituição de crédito tributário de origem no processo administrativo nº 16682.720878/2013-04.

Destacamos também o processo nº 0084092-14.2015.4.02.5101 movido por Furnas contra a União Federal, no valor atual de R\$ 174.544, referente a uma ação anulatória proposta por Furnas com a finalidade de questionar cobrança final decorrente de auto de infração que apontou incompatibilidade entre os valores de PIS/COFINS informados por meio da DCTFs (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) e DACON (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais) no exercício de 2010. Furnas tinha o entendimento de que as receitas recebidas pelo uso da rede elétrica de Itaipu seriam isentas, não as submetendo à incidência do PIS/COFINS. Foi divulgada sentença que julgou improcedente o pedido de Furnas, e a Empresa apresentou recurso de apelação e aguarda julgamento. O valor está integralmente depositado em juiz.

Adicionalmente, o processo nº 0085231-98.2015.4.02.5101 tendo como partes a Fazenda Nacional (autora) e Furnas (ré), teve julgamento parcialmente procedente a Execução Fiscal, desta forma em 31 de dezembro de 2021, tem valor atualizado de R\$ 83.333 com prognóstico de perda provável (R\$ 752.706 com prognóstico de perda possível, conforme item 21.2.2), enquanto em 31 de dezembro de 2020 todo o prognóstico era de perda possível no valor de R\$ 818.334. Trata-se de lançamentos fiscais com aplicação de multa de ofício, contidos nos autos de infração que compõem o processo administrativo nº 16682.720331/2012-10, em virtude da desconsideração de compensações de IRPJ e CSLL realizadas sem a apresentação de PER/DCOMP.

21.1.3 Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2021 os processos regulatórios prováveis somam R\$ 422.392 (R\$ 348.727 em 31 de dezembro de 2020). Destacamos o processo nº 0073708-71.2006.8.19.0001 movido pela AMPLA Energia e Serviços S.A., no valor de R\$ 148.498, referente à ação ordinária na qual a mesma pede a anulação de ato administrativo, alegando violação ao congelamento de preços, que foram implementadas pelos Decretos Lei nº 2.283/86 e nº 2.284/86.

21.1.4 Ambientais

Em 31 de dezembro de 2021 os processos ambientais prováveis somam R\$ 29.491 (R\$ 36.052 em 31 de dezembro de 2020). Destacamos a mudança de prognóstico da Auto de Infração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA 1001E, no valor de R\$ 19.065.

21.1.5 Fundiários

Em 31 de dezembro de 2021 os processos fundiários prováveis somam R\$ 187.534 (R\$ 153.290 em 31 de dezembro de 2020). Destacamos o processo nº 0061172-72.2008.8.26.0224, no valor de R\$ 157.233, movido pela Empreendimentos e Representações Cabugu Ltda. Trata-se de ação de indenização por servidão de passagem de linha de transmissão elétrica Guarulhos-São José dos Campos ajuizada em 1985, referente à expropriação ocorrida em 1963. Furnas ajuizou ação rescisória julgada procedente com acolhimento da prescrição, mas que aguarda julgamento no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

21.1.6 Cíveis

Em 31 de dezembro de 2021 os processos cíveis prováveis somam R\$ 428.157 (R\$ 414.913 em 31 de dezembro de 2020). Destacamos o processo nº 0168397-68.2010.8.19.0001 no valor de R\$ 109.563, indenizatório, pela Convap Engenharia e Construções S.A.

21.2 Passivos contingentes

Descriptivo	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Trabalhistas	896.736	726.833
Tributários	7.523.659	7.044.689
Regulatórios	914.617	817.676
Bloqueios (BacenJud)	77.452	95.158
Ambientais	80.582	94.249
Fundiários	937.782	798.327
Cíveis	10.430.828	9.576.932
Total	9.376.689	8.901.131

21.2.1 Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021 os processos trabalhistas com risco possível somam R\$ 896.736 (R\$ 726.833 em 31 de dezembro de 2020). Destacam-se a seguir os principais tipos processos que compõem esse montante: 118 ações movidas por funcionários aposentados que pleiteiam o recebimento de sua complementação de aposentadoria. O somatório dos valores dessas ações蒙ta R\$ 61.090; 63 ações movidas por trabalhadores pelo pagamento do adicional de periculosidade em suposta desconformidade com a súmula 191 do Tribunal Superior do Trabalho (TST). O somatório dessas ações monta R\$ 13.687; 1.047 ações movidas por ex-trabalhadores terceirizados que sustentam ser Furnas responsável de forma subsidiária pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas do seu empregador. O somatório dessas ações monta R\$ 198.211.

21.2.2 Tributários

Em 31 de dezembro de 2021 os processos tributários com probabilidade possível somam R\$ 7.523.659 (7.044.689 em 31 de dezembro de 2020).

Dado o estágio em que se encontram, os processos abaixo são acompanhados com maior atenção pela Administração, de modo que a ocorrência de desdobramentos desfavoráveis poderá acarretar uma reavaliação e, eventualmente, alteração no prognóstico de risco, sendo certo que, no atual momento, a classificação de risco adotada se mostra adequada e coerente com a avaliação realizada por nossos consultores jurídicos e representam nossa melhor estimativa contábil:

a) Processo nº 50303107-2019.4.02.5101, no valor de R\$ 1.774.328 (R\$ 1.903.685 em 31 de dezembro de 2020), tendo como partes Furnas (autor) e Fazenda Nacional (réu). Trata-se de processo judicial que visa a discutir a cobrança decorrente do Auto de Infração lavrado em função de supostas irregularidades na apuração do IRPJ e CSLL, no qual foi excluída do Lucro Real a reversão do passivo atuarial da FRG, discussão administrativa travada no processo administrativo nº 16682.720517/2011-98. Por se tratar de superávit atuarial, o valor foi excluído da base de cálculo e foi oferecido à tributação à medida de sua realização. Também foi apontada exclusão indevida de saldos negativos referentes a 2007, 2008 e 2009 sem apresentação do PERDCOMP. Após a decisão administrativa desfavorável, Furnas impetrou ação para ter seu direito reconhecido judicialmente, sendo que, em 31 de dezembro de 2021, não havia sido prolatada sentença no processo. União Federal ajuizou Execução Fiscal para cobrar o débito, mas o juiz suspendeu o seu andamento até que a questão seja definitivamente analisada na Ação Anulatória proposta por Furnas;

b) Processo nº 5002123-76.2021.4.02.5101, no valor de R\$ 1.551.613 (R\$ 1.282.226 em 31 de dezembro de 2020), tendo como partes a Fazenda Nacional (autuante) e Furnas (autuada). Trata-se de processo administrativo criado para cobrar o valor decorrente da parte definitivamente julgada no processo administrativo nº 16682.720516/2011-43 referente a auto de infração lavrado em função de suposta insuficiência de recolhimento para o PIS/COFINS tendo em vista que Furnas excluiu da apuração as seguintes receitas: Exclusão da RGR da base de cálculo; Receitas de transmissão Itaipu (exclusão da base de cálculo); Inclusão como receita financeira, no mês de Dezembro de 2007, da receita proveniente do passivo atuarial mantido junto à FRG. Ademais, a autuação comprehende valores que deixaram de ser recolhidos a título de PIS e COFINS em razão da empresa ter procedido à compensação sem apresentação do documento hábil PERDCOMP. O CARF julgou improcedente o Recurso Voluntário de Furnas, que intentou Recurso Especial de Divergência que foi parcialmente admitido. Apenas a matéria relativa à exclusão da RGR permanece em análise no CARF no processo originário. As demais matérias foram definitivamente julgadas em sede administrativa. Furnas apresentou garantia para possibilitar a emissão de Certidão e levar a discussão para a esfera judicial;

c) Processo nº 16682.722.946/2015-23, no valor de R\$ 832.589 (R\$ 815.434 em 31 de dezembro de 2020), tendo como partes Fazenda Nacional (autora) e Furnas (ré). Trata-se de auto de Infração lavrado em função da utilização de despesa ocorrida em 2000 como prejuízo fiscal registrado em 2009 e, por conseguinte, compensado nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011. Foram glosadas pela autoridade fiscal as despesas deduzidas no ano-calendário de 2010. O Recurso Voluntário interposto por Furnas foi julgado parcialmente procedente para reduzir a multa isol

NOTA 25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021 o patrimônio da Empresa, no valor de R\$ 26.821.827 (R\$ 23.826.562 em 31 de dezembro 2020), está assim composto:

25.1 Capital Social

O capital social da Empresa, no total de R\$ 6.531.154 (R\$ 6.531.154 em 31 de dezembro 2020), está distribuído entre ações ordinárias e preferenciais como segue:

Descriutivo	31.12.2021					
	Ordinárias		Preferenciais		Capital Total	
Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras)	52.647.326	99,83%	14.659.407	98,62%	67.306.733	99,56%
Outros	91.700	0,17%	205.278	1,38%	296.978	0,44%
Total	52.739.026	100,00%	14.864.685	100,00%	67.603.711	100,00%

Descriutivo	31.12.2020					
	Ordinárias		Preferenciais		Capital Total	
Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras)	52.647.326	99,83%	14.659.407	98,62%	67.306.733	99,56%
Outros	91.700	0,17%	205.278	1,38%	296.978	0,44%
Total	52.739.026	100,00%	14.864.685	100,00%	67.603.711	100,00%

25.2 Reserva de Capital

Essa reserva representa o excedente de capital acumulado da Empresa. Os montantes destinados a esse objetivo são permanentemente investidos e não podem ser usados para pagar dividendos.

Descriutivo	Controladora e Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros		
Outros	3.405.297	3.405.297
Remuneração das imobilizações em curso - capital próprio	1.647.748	1.647.748
Total	5.053.045	5.053.045

25.3 Reservas de Lucro

Reserva legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva de lucros a realizar	Total de reservas de lucro
	756.649	3.737.481	8.209.219
Saldo em 31 de dezembro de 2019			
Reserva especial de dividendos não distribuídos 2020	—	1.284.110	—
Destinação do resultado	131.651	—	131.651
Saldo em 31 de dezembro de 2020	888.300	5.021.591	8.209.219
Reserva especial de dividendos não distribuídos 2021	—	2.748.168	—
Destinação do resultado	204.114	—	204.114
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.092.414	7.769.759	8.209.219

25.4 Destinação do Lucro do Exercício

Descriutivo	Controladora e Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Ofício CVM 04/2020 (a)		60.165
Lucros acumulados	49.345	4.394
Lucro do Período / Exercício	4.032.937	2.568.457
(-) Reservas de lucro	(3.112.740)	(2.122.297)
(-) Dividendos adicionais propostos	—	—
(-) Dividendos obrigatórios	(969.542)	(510.719)
Total	—	—

(a) Valores referente aos ajustes registrados decorrentes da adequação do Ativo de Contrato conforme Ofício CVM 04/2020.

25.5 Remuneração aos Acionistas

Descriutivo	Controladora e Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Juros sobre capital próprio	537.425	510.719
Dividendos declarados	337.277	—
Dividendos adicionais a pagar	19.431	—
Total	894.133	510.719

Em agosto de 2021, a Empresa realizou o pagamento dos Dividendos/JCP, atualizados pela SELIC no período de 01 de janeiro de 2021 até 31 de agosto de 2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 29 de dezembro de 2021, os acionistas aprovaram a antecipação da distribuição aos acionistas de Furnas de Juros Sobre o Capital Próprio (JCP) referentes ao exercício de 2021, no montante de R\$ 632.265, sendo o valor líquido de IRRF de R\$ 537.425.

Nesta mesma AGE, foi retificada a distribuição à título de dividendos do lucro líquido do exercício de 2020, no contexto de adesão ao programa de stand still promovido pelo BNDES em março de 2020, ocasionando dividendos adicionais a pagar de R\$ 19.431.

25.6 Dividendos Propostos

Descriutivo	Controladora e Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Dividendos adicionais propostos	160.458	706.536
Total	160.458	706.536

25.7 Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Descriutivo	Controladora e Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
ORA acumulado (*)	(1.994.222)	(2.583.283)
Total	(1.994.222)	(2.583.283)

(*) Refere-se a efeitos atuariais apresentados em laudo atuarial elaborado por atuário independente, conforme demonstrado na nota 19.

NOTA 26 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descriutivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Geração				
Suprimento	2.958.089	2.615.016	3.028.153	2.667.881
Fornecimento	1.249.779	1.186.892	1.249.779	1.186.892
Receita de operação e manutenção	1.490.181	1.414.059	1.490.181	1.414.059
CCEE	263.394	224.935	280.147	224.935
Receita de construção	82.205	37.800	82.205	37.800
Subtotal Geração	6.043.648	5.478.702	6.130.465	5.531.567
Transmissão				
Receita financeira contratual	4.213.701	2.750.163	4.238.573	2.762.824
Receita de operação e manutenção	2.114.632	1.905.457	2.116.614	1.908.099
Receita de construção	764.804	253.938	764.804	253.938
Subtotal Transmissão	7.093.1			

Em atendimento ao CPC 05 (R1) apresentamos, a seguir, o gasto total com a remuneração do pessoal-chave da Administração, composta por Conselheiros de Administração e Fiscal e Diretores Executivos de Furnas e das SPEs consolidadas, Transenergia Goiás e Brasil Vento Energia S.A.

Desritivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Honorários de Diretoria e Conselheiros	3.401	4.475	4.705	5.170
Encargos sociais	674	800	1.013	947
Benefícios + contribuições sociais diversas	662	113	805	265
Total	4.737	5.388	6.523	6.382

31.1 Empresas do Grupo Eletrobras

Empresas	Ativo						Passivo			
	Clientes	Clientes Renegociação	Contas a receber	(-) PECLD	Outros Créditos	Imobilizado – Obrigações vinculadas à concessão	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos captados	Dividendos e JCP	Contas a pagar
Eletrobras	100	–	172	–	–	–	(885)	(a) (616.202)	(890.190)	–
CGT Eletrosul	418	–	2	–	–	–	(2.494)	–	–	–
Chesf	6.898	–	30.097	(30.096)	(b) 3.726	–	(6.834)	–	–	–
Eletronorte (c)	6.226	–	–	–	–	(9.150)	(4.475)	–	–	–
Eletronuclear	1.724	301.826	1.004	(995)	–	–	–	–	–	–
Itaipu	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(165.571)
Eletropar	–	–	105.726	(105.261)	–	–	–	–	–	–
Luziânia-Niquelândia Transmissora	9	–	–	–	–	–	(11)	–	–	–
Total 31.12.2021	15.375	301.826	137.001	(136.352)	3.726	(9.150)	(14.699)	(616.202)	(890.190)	(165.571)
Total 31.12.2020	22.723	278.357	138.148	(136.324)	2.392	–	(16.347)	(1.462.897)	(508.472)	(161.070)

(a) Moeda Nacional, nota 14
(b) Trata-se de investimento ao custo de aquisição
(c) A Eletronorte incorporou a Amazona GT em 01.07.2021

Empresas	Receita de uso da rede elétrica		Encargos sobre o uso da rede elétrica		Compra de energia		Receita de prestação de serviços		Receita financeira		Despesa financeira		Outras Receitas / (Despesas)	
	Clientes	Renegociação	Contas a receber	(-) PECLD	Outros Créditos	Imobilizado – Obrigações vinculadas à concessão	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos captados	Dividendos e JCP	Contas a pagar	–	–	–	–
Eletrobras	1.452	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(196.241)	(3.422)	–	–
CGT Eletrosul	5.620	(30.305)	–	–	–	–	–	–	–	–	(1)	700	–	–
Chesf	110.327	(87.722)	–	–	–	–	–	–	–	–	(1)	–	–	–
Eletronorte	93.822	(58.665)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.247)	–	–
Eletronuclear	21.347	–	–	–	–	–	–	–	–	–	55.824	(2.346)	(306)	–
Itaipu	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(4.501)	–	–	–
Eletropar	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(152)	–	–
Luziânia-Niquelândia Transmissora	–	(125)	–	–	–	–	–	–	–	–	479	–	–	133
Total 31.12.2021	232.568	(176.817)	–	–	–	–	7.138	57.343	(203.090)	(4.294)	–	–	–	–
Total 31.12.2020	251.655	(180.018)	(2.989)	–	–	–	4.383	34.042	(194.108)	25.748	–	–	–	–

31.2 Fundação Real Grandeza (FRG) e investidas de Furnas

Desritivo	Ativo						Passivo				
	Clientes	Contas a Receber	Dividendos a receber	Fornecedores	Obrigações estimadas	Contas a pagar	Empréstimos e Financiamentos	–	–	–	–
Empresas	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Empresas de Geração	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Enerpeixe	420	–	–	(8.816)	–	–	–	–	–	–	–
Baguari	27	–	6.511	–	–	–	–	–	–	–	–
Retiro Baixo	–	–	7.072	–	–	–	–	–	–	–	–
Serra do Facão Energia	2.281	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Chapacoense	–	740	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Foz do Chapecó	3.290	66	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Santo Antônio Energia	12.737	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Cia Hidrelétrica Teles Pires	2.645	–	–	–	(8.683)	–	–	–	–	–	–
Empresa de Energia São Manuel S.A.	909	140	–	(2.738)	–	–	–	–	–	–	–
Tijoá Participações e Investimentos S.A.	665	–	6.487	–	–	–	–	–	–	–	–
Subtotal de Geração	22.974	946	20.070	(20.237)	–	–	–	–	–	–	–
Empresas de Transmissão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Transenergia Renovável	–	–	3.435	(44)	–	–	–	–	–	–	–
IE Madeira	–	–	30.119	(1.377)	–	–	(427)	–	–	–	–
Transenergia São Paulo	–	–	2.691	(31)	–	–	–	–	–	–	–
Transenergia Goiás	50	–	–	(31)	–	–	–	–	–	–	–
MGE Transmissão	20	–	10.498	(112)	–	–	–	–	–	–	–
Goiás Transmissão	–	–	10.594	(157)	–	–	–	–	–	–	–
Caldas Novas Transmissão	19	46	1.840	(2)	–	–	–	–	–	–	–
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	–	11	–	(58)	–	–	–	–	–	–	–
Vale do São Bart											

TAC - LT Itaberá-Tijucu Preto III

Firmado, em 15 de dezembro de 2000, por Furnas e pelo IBAMA, com o Ministério Público Federal - MPF, incluindo responsabilidades relativas à Secretaria do Verde e Meio Ambiente do Município de São Paulo - SVMA/SP, ao Instituto Florestal - IF/SP, à Fundação Nacional do Índio - FUNAI e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, para remediar as pendências relativas aos impactos advindos da implantação da Linha de Transmissão Itaberá - Tijucu Preto III. De acordo com este TAC, Furnas se compromete a desenvolver projetos e programas socioambientais e culturais visando, principalmente, a proteção da Fauna, das Comunidades Indígenas e do Patrimônio Histórico e Arqueológico.

O prazo deste TAC se estende por 20 anos, sendo que para cada ação houve um cronograma específico. Cabe esclarecer que o referido TAC está em processo de avaliação pelo Ministério Público Federal para emissão de decisões saneadoras.

b.1) Prazos

Para cada atividade (item do TAC) prevista há prazos definidos de até 10 (dez) anos, sendo que o mesmo poderá ser ampliado, com a concordância do MPF e dos demais Órgãos envolvidos.

A situação deste TAC está descrita a seguir:

1.1. Dos recursos destinados aos programas e projetos culturais e sociais e à compensação ambiental - não existe prazo para cumprimento.

O TAC, em seu Capítulo I, diz que Furnas se compromete a destinar, no mínimo, a quantia de R\$ 4.186 à implementação de programas e projetos de natureza ambiental, cultural e social;

1.1.1. Georreferenciamento das áreas da unidade de conservação da cratera da colônia - em análise pelo MPF/PR-SP;

1.1.2. Ações em unidades de conservação existentes junto ao Instituto Florestal (IF) - aguardando posicionamento do MPF;

1.2. Das comunidades indígenas - atualmente em tratativa com o MPF;

1.3. Programa de patrimônio histórico e arqueológico - aguardando posicionamento do MPF/PR-SP;

Programa de educação patrimonial - concluído, conforme parecer do IPHAN. Ressalta-se que estamos aguardando manifestação formal do MPF/PR-SP sobre seu encerramento.

b.2) Condicionamentos

Os programas e ações ambientais estabelecidos no referido TAC foram elaborados e aprovados com anuência e participação dos órgãos licenciadores bem como fiscalizadores que assinaram esse Termo, além da Secretaria do Verde do Estado de São Paulo, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Paulo e o IF de São Paulo.

b.3) Penalidades

Estão estabelecidas no TAC sanções, para cada ação e programa que não tenham sido efetivamente cumpridos, ressaltando que, nas Disposições Finais do referido Termo, estabelece-se multa diária de R\$ 25.000 (vinte e cinco mil reais) a R\$ 100.000 (cem mil reais), variável em função do tempo de inadimplência. Todo valor do referido TAC está vinculado a UFR ou índice oficial que a substituir. Ressalta-se que, até o presente momento, não foi aplicada qualquer penalidade a este TAC - LT 750 kV Itaberá - Tijucu Preto III.

32.2.2 Políticas ambientais

Furnas reconhece que seu negócio pode levar à interferência ambiental e possui como compromisso conduzir suas atividades atendendo a legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal, bem como os acordos dos quais a Empresa é signatária. O cumprimento destes marcos é fiscalizado por órgãos e agências governamentais. Em consonância com os princípios e diretrizes da Política Ambiental das Empresas Eletrobras, as Políticas Ambiental e de Gestão de Resíduos norteiam as ações junto às comunidades e demais partes interessadas. A Política Ambiental de Furnas teve a sua última revisão concluída em 26/12/2019. Nos meses de novembro e dezembro de 2020 foi oferecido de forma remota a todos os colaboradores da empresa, treinamento da Política Ambiental, incluindo um processo avaliativo ao final do mesmo.

Para a implementação da Política de Gestão de Resíduos, há a Instrução Normativa - IN.005.2015, revisada em 2017, que estabelece critérios para o gerenciamento de resíduos associados às diversas atividades desenvolvidas pela Empresa, visando o controle e a redução de riscos às pessoas e ao meio ambiente, destacando-se o alinhamento com os princípios do desenvolvimento sustentável e com a legislação vigente. Outro instrumento da Política de Gestão de Resíduos é o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGR, que visa estabelecer critérios, procedimentos e medidas para controle e redução dos resíduos sólidos gerados pelo empreendimento, desde a geração até a destinação final de resíduos e disposição final de rejeitos.

32.3 Compromissos - Aportes nas SPEs

Os compromissos de longo prazo relacionados a aportes nas SPEs ocorrerão como seguem:

Descriativo	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Brasil Ventos Energia S.A.	644.591	195.263					839.854
Telê Pires Participações S.A.	19.012	18.334	17.562	16.788	16.013	56.016	143.725
Total	663.603	213.597	17.562	16.788	16.013	56.016	983.579

NOTA 33 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS**33.1 Instrumentos financeiros**

A Empresa opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável (concessão), contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, os quais se encontram registrados em contas patrimoniais, segundo a norma contábil vigente para cada caso.

Controladora	Consolidado			
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ativos Financeiros				
Custo amortizado	5.730.217	4.251.403	5.838.931	4.362.572
Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	14.404	170.120	116.800	274.305
Clientes (Nota 6)	1.386.366	1.680.565	1.392.684	1.687.549
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	2.762.181	961.965	2.762.181	961.965
Ativo financeiro - concessões (Nota 9)	1.449.680	1.367.475	1.449.680	1.367.475
Dividendos a receber - remuneração dos investimentos (Nota 31.2)	117.586	71.278	117.586	71.278
Passivos Financeiros				
Custo amortizado	7.746.535	8.026.034	8.328.153	8.614.206
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 14)	6.877.578	7.142.645	7.382.052	7.644.618
Fornecedores e outras obrigações (Nota 13)	667.040	682.362	668.272	694.885
Arrendamento mercantil	96.639	102.287	166.702	170.380
Concessões a pagar (Nota 20)	39.062	35.336	39.062	35.336
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 22)	66.216	63.404	72.065	68.987

O valor de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2021 se aproxima do valor registrado nas Demonstrações Financeiras. A Empresa não realizou no período operações com derivativos.

33.2 Gestão de capital

Os objetivos de Furnas ao administrar sua estrutura de capital são a salvaguarda da capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e qualidade nas obrigações previstas no contrato de concessão, e a busca de redução dos seus custos.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

Controladora	Consolidado			
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	6.877.578	7.142.645	7.382.052	7.644.618
Fornecedores	667.040	682.362	668.272	694.885
(-) Caixa e equivalente de caixa	(14.404)	(170.120)	(116.800)	(274.305)
(-) Títulos e valores mobiliários	(2.762.181)	(961.965)	(2.762.181)	(961.965)
Exposição líquida (A)	4.768.033	6.692.922	5.171.343	7.103.233
(+) Total do patrimônio líquido	26.821.827	23.826.562	26.822.036	23.828.221
Total do Capital (B)	31.589.860	30.519.484	31.993.379	30.931.454
Índice de alavancagem financeira (C = A/B x 100)	15%	22%	16%	23%

33.3 Risco de taxa de juros e de câmbio

a) Para análise de sensibilidade dos ativos e passivos as premissas macroeconômicas consideradas foram as estabelecidas pela Empresa, para composição dos saldos por indexador e análise de sensibilidade:

a.1) Moeda estrangeira

Foram realizadas análises de sensibilidade dos passivos em moeda estrangeira em diferentes cenários. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de câmbio.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

Controladora	Consolidado			
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	6.877.578	7.142.645	7.382.052	7.644.618
Fornecedores	667.040	682.362	668.272	694.885
(-) Caixa e equivalente de caixa	(14.404)	(170.120)	(116.800)	(274.305)
(-) Títulos e valores mobiliários	(2.762.181)	(961.965)	(2.762.181)	(961.965)
Exposição líquida (A)	4.768.033	6.692.922	5.171.343	7.103.233
(+) Total do patrimônio líquido	26.821.827	23.826.562	26.822.036	23.828.221
Total do Capital (B)	31.589.860	30.519.484	31.993.379	30.931.454
Índice de alavancagem financeira (C = A/B x 100)	15%	22%	16%	23%

Foram realizadas análises de sensibilidade dos indexadores nacionais à taxa de juros em diferentes cenários. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de juros.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

Controladora	Consolidado			
--------------	-------------	--	--	--

NOTA 35 - EVENTOS SUBSEQUENTES**35.1 Retificação das Revisões Periódicas de 2018 da Receita Anual Permitida.**

Em fevereiro de 2022, a ANEEL divulgou, por meio da Nota Técnica nº 13/2022-SGT/ANEEL, a retificação dos resultados das revisões periódicas de 2018 da RAP das concessionárias de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013.

As diferenças financeiras relativas aos ciclos tarifários 2020/2021 e 2021/2022, em função da retificação, serão consideradas na forma de Parcela de Ajuste no ciclo 2022/2023.

Os reflexos das revisões das RAPs serão registrados contabilmente logo após a ANEEL publicar a resolução homologatória para o ciclo 2022/2023, momento em que a Empresa conhecerá os reflexos financeiros definitivos decorrentes da retificação das revisões periódicas de 2018.

35.2 Guerra Rússia x Ucrânia

Em fevereiro de 2022, a Rússia deu início à invasão da Ucrânia, iniciando o conflito entre os dois países. Além dos efeitos diretos originados pela luta bélica, a guerra naturalmente afeta a economia da região envolvida, atingindo, portanto, as operações das empresas que lá atuam. A Empresa, atualmente, não mantém relação contratual econômico-financeira com entidades situadas na região do conflito.

CAIO POMPEU DE SOUZA BRASIL NETO

Diretor

FRANCISCO JOSÉ ARTEIRO DE OLIVEIRA

Diretor

JAIR MACHADO DE OLIVEIRA

Superintendência de Contabilidade - CRC - RJ 074.838/0-7

CLOVIS TORRES JUNIOR

Diretor – Presidente

JOSÉ ALVES DE MELLO FRANCO

Diretor

SIDNEI BISPO

Diretor

PEDRO EDUARDO FERNANDES BRITO

Diretor

GAUCY DOURADO DOS SANTOS

Departamento de Contabilidade Geral - CRC - RJ 101.402/O-6 – Contadora

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Furnas Centrais Elétricas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais de Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas" ou "Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas de Furnas Centrais Elétricas S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucrativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de Furnas Centrais Elétricas S.A. e de Furnas Centrais Elétricas S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase**Situação operacional das coligadas e de empresa controlada em conjunto**

Conforme mencionado nas Nota 11.3.3.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a controlada em conjunto Teles Pires Participações S.A. e as coligadas Madeira Energia S.A. e Enerpeixe S.A. apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes relevante em 31 de dezembro de 2021. As circunstâncias da controlada em conjunto e das coligadas demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Empresa e/ou demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Porque é um PAA****Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria****Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado (Nota 12) e dos investimentos em coligadas e controladas em conjunto (Nota 11)**

Os relevantes saldos do ativo imobilizado consolidados são compostos, principalmente, pelos custos de construção de usinas de geração hidroelétricas e termoelétricas, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada unidade geradora de caixa - UGC à qual os saldos se relacionam.

As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base no plano de negócios aprovado pela administração e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades de cada UGC, bem como outras premissas que subsidiaram essas projeções.

Adicionalmente a Empresa e suas controladas possuem saldos relevantes em investimentos contabilizados pelo método de equilíbrio patrimonial, para os quais também é feita uma avaliação de valor recuperável com base nas projeções de fluxo de caixa futuros esperados para os respectivos investimentos. Adicionalmente, para os casos em que o saldo contábil da participação é reduzido a zero é feita uma provisão para perdas adicionais nos casos em que a Empresa possui obrigação legal.

A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Empresa e por suas controladas para o ativo imobilizado e os investimentos. Além dos fatores citados acima, e considerando as deficiências de controles identificadas, foi necessário executar testes adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas internamente. Por essa razão, consideramos essa área como foco em nossa auditoria.

Mensuração do ativo contratual de transmissão (Nota 8)

O ativo contratual de transmissão refere-se ao direito da Empresa à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo.

Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação das margens de lucro esperadas em relação às obrigações de performance e a identificação das taxas de remuneração, que representam o componente financeiro embutido nos fluxos de recebimentos futuros, também requerem o uso de julgamento significativo por parte da administração e afetam a mensuração do valor presente com base nos fluxos de caixa futuro.

Consideramos essa área como foco de auditoria pois a utilização de diferentes premissas e sua revisão a partir das melhores práticas no mercado pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Empresa.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual de concessões das linhas de transmissão de energia elétrica.

Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos (quando aplicável) e discutimos com a administração os principais aspectos, entre eles os componentes variáveis do preço do contrato.

Efetuamos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida ("RAP") nos controles auxiliares com os dados constantes nos contratos de transmissão.

Adicionalmente, avaliamos as premissas relevantes relacionadas aos fluxos financeiros dos respectivos contratos, tais como: (i) definição da taxa de remuneração utilizada; e (ii) margem do contrato.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria****Contingências civis, trabalhistas e fiscais (Nota 21)**

A Empresa e suas controladas são partes passivas em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e fiscal originados no curso normal dos negócios.

A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a classificação das probabilidades de perda, exigem julgamento significativo da Empresa e de suas controladas, sendo reavaliados periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável.

Devido à complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas cíveis, trabalhistas e fiscais e a seus possíveis impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como os testes adicionais necessários em decorrência das deficiências de controles internos identificadas, consideramos essa como uma área de foco na nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões.

Obtivemos confirmação de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Empresa e suas controladas, para obtenção dos dados relacionados à avaliação do prognóstico, completude das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado.

Avaliamos, ainda, a governança em torno desse processo e a experiência dos assessores jurídicos internos e externos envolvidos nas ações.

Para determinadas causas, com o apoio dos nossos especialistas, obtivemos as opiniões legais dos consultores jurídicos internos e externos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como a argumentação e a existência de jurisprudências.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração para a determinação das provisões são razoáveis e consistentes com as divulgações efetuadas e as informações e dados obtidos.

Análise de constituição de tributos diferidos ativos (Nota 16.2)

A Empresa possui base de imposto de renda e contribuição social, substancialmente relacionados com diferenças temporárias, os quais foram reconhecidos considerando o histórico de lucro tributável e as suas expectativas de realização determinadas com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, que consideram premissas de receitas decorrentes dos contratos atuais nos ambientes regulado e livre, custos operacionais e resultado financeiro.

Face aos julgamentos significativos em relação à estimativa dos resultados tributáveis futuros, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado, bem como à relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos dos processos de avaliação do registro de tributos diferidos.

Com o apoio de nossos especialistas internos em temas tributários, testamos as bases de cálculo dos impostos, confrontando-as com as escrituras fiscais correspondentes. Também analisamos a razoabilidade das projeções, o que inclui premissas financeiras e operacionais tais como: quantidade de energia comercializada, receitas, custos, encargos financeiros, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração nas projeções de lucros tributáveis futuros são razoáveis, bem como as divulgações são consistentes com as informações e os dados obtidos.

Outros assuntos**Demonstrações do Valor Adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude ou erro é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Ob